

Relatório- país



Brasil 2008



Missão de Monitoramento Externo Maio-Junho 2008

Eptisa International, EPRD, Eurecna, Helsinki Consulting Group

O presente relatório foi preparado pela equipe de Monitoramento Externo dos Projetos e Programas da CE na América Latina e não reflete necessariamente as opiniões da Comissão Europeia.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP	África, Caribe, Pacífico
ALA	América Latina e Ásia
CAUC	Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios
CE	Comissão Européia
CE	Cooperação Econômica
CSP	Country Strategy Paper
CFT	Cooperação Financeira e Técnica
DCE	Delegação da Comissão Européia
ENV	Environnement
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEDA	Região Mediterrânea
ONG	Organizações Não-Governamentais
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PME	Pequenas e Médias Empresas
PIN	Programa Indicativo Nacional
PPG7	Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PVD	Pays en Voie de Développement
RFT	Rain Forest Trust Fund
ROM	Results-Oriented Monitoring
SPRN	Sub Programa de Recursos Naturais
TACIS	Programa de Assistência técnica aos países da Comunidade de Estados Independentes

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. BREVE APRESENTAÇÃO DO ROM E SUA APLICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA	1
3. CONTEXTO DA COOPERAÇÃO DA CE NO BRASIL	2
CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	2
CONTEXTO POLÍTICO	4
ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO DA CE NO BRASIL	5
4. O EXERCÍCIO DE MONITORAMENTO NO BRASIL	7
ANTECEDENTES (2002-2008)	7
AMOSTRA DE PROJETOS DA MISSÃO DE MONITORAMENTO EM 2008	7
RELAÇÃO DOS PROJETOS COM OS EIXOS DO CSP E TIPO DE IMPACTO.	11
PERFIL DOS MONITORES.....	12
IMPLEMENTAÇÃO DA MISSÃO	12
5. RESULTADOS GERAIS DA MISSÃO	13
QUALIDADE GERAL E EVOLUÇÃO DOS PROJETOS	14
PERTINÊNCIA E QUALIDADE DO DESENHO DOS PROJETOS	17
EFICIÊNCIA DOS PROJETOS.....	19
EFICÁCIA DOS PROJETOS.....	20
IMPACTO POTENCIAL	21
SUSTENTABILIDADE POTENCIAL	22
MONITORAMENTO EX-POST	23
6. TEMAS DE REFLEXÃO E RECOMENDAÇÕES.....	24
A NECESSIDADE DE MELHORAR O MONITORAMENTO INTERNO DOS PROJETOS	24
A NECESSIDADE DE MELHORAR O GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO EM PROJETOS DE ONGS	25
AS DIFICULDADES DE TRABALHAR DE FORMA EFICAZ COM AS ESTRUTURAS E PROCEDIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL E DO BANCO MUNDIAL	26
AS DIFICULDADES DE GERENCIAR PROJETOS NO CONTEXTO DE PROCESSOS INSTITUCIONAIS DE LONGA DURAÇÃO	27
LIÇÕES APRENDIDAS DOS EX-POST: AS CONDIÇÕES DO IMPACTO E DA SUSTENTABILIDADE ...	28
7. LIÇÕES APRENDIDAS: O VALOR ACRESCIDO EXCEPCIONAL DA COOPERAÇÃO EUROPÉIA NOS PROCESSOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	29
8. ANEXOS	31

1. Introdução

O presente relatório-país apresenta uma visão geral e aspectos transversais relevantes dos resultados da missão de monitoramento externo dos projetos financiados pela Comissão Europeia no Brasil durante os meses de Maio e Junho de 2008, contribuindo com informações específicas para a gestão dos projetos e programas financiados pela CE, tais como:

- Conclusões gerais do exercício de monitoramento externo de 2008 com respeito à evolução da qualidade dos projetos e programas estudados e resumo das recomendações mais importantes da equipe de monitoramento;
- Temas de reflexão válidos para a supervisão dos projetos existentes e a preparação de futuros projetos e programas no Brasil;
- Recomendações específicas para melhorar o valor acrescido da cooperação europeia no Brasil.

O relatório foi preparado pelo chefe da missão, com base nos relatórios dos diferentes monitores e em colaboração com a equipe de coordenação do Monitoramento Externo para a América Latina.

2. Breve apresentação do ROM e sua aplicação na América Latina

O Sistema de “Monitoramento Externo Orientado a Objetivos” (*Results-Oriented Monitoring* ou ROM) foi testado nos países TACIS a partir de 1993. Em 1999, o Conselho da União Europeia recomendou reforçar o monitoramento, a avaliação e a transparência da cooperação em geral. Em 2000, a Comissão Europeia iniciou um contrato piloto de monitoramento no conjunto de países beneficiários da cooperação (ACP, ALA, MEDA e Países Balcânicos). Em 2002 iniciaram 5 contratos regionais supervisionados pelas Unidades Geográficas da EuropeAid. Os contratos regionais foram renovados após concursos públicos em 2005 e 2008.

O monitoramento consiste na coleta, análise e tratamento sistemático e periódico de informações para melhorar a gestão e a tomada de decisão dos projetos e programas de cooperação. O monitoramento externo, realizado por especialistas independentes, foi chamado de “Monitoramento Orientado a Objetivos” porque complementa a visão do monitoramento interno que deve ser implementado pelas unidades de gestão, com um olhar externo concentrado no estado de alcance dos resultados, objetivo específico e objetivo geral no quadro lógico.

As missões de Monitoramento externo complementam, mas sem substituir, os outros instrumentos de gestão que são o monitoramento interno, as avaliações intermédias e finais, e as auditorias. Além disso, o monitoramento externo permite comparações entre projetos e programas, graças ao uso de um formato normalizado de relatório e de uma metodologia rigorosa.

Nos últimos anos a metodologia do ROM foi enriquecida com a inclusão do ROM “ex-post” para projetos fechados, e experimentos para validar uma metodologia de ROM adaptada aos programas setoriais SPSP (Sector Policy Support Programs).

3. Contexto da cooperação da CE no Brasil

Contexto socioeconômico

O crescimento da economia brasileira chamou ultimamente a atenção ao nível mundial com a consolidação do seu lugar nos países emergentes, no grupo dos chamados “BRIC” (Brasil, Rússia, Índia, China). A maioria dos indicadores macro-econômicos do país é alentadora, com mercados financeiros em plena expansão, a taxa de desemprego mais baixa em décadas, e superávit consistente na balança comercial. O Brasil é agora a oitava maior economia do mundo; conquistou estabilidade econômica, atraindo investimentos estrangeiros. Em 2006, o PIB atingiu a marca de 1,888 trilhões de dólares passando países como Espanha, Canadá, Itália e França e se aproximando do Reino Unido. As exportações dobraram em quatro anos de aproximadamente 60 bilhões de dólares em 2002 para mais de 160 bilhões de dólares em 2007. O Eurostat indicou que o Brasil recebeu em 2007 mais investimentos diretos da União Européia (UE) que a China. O total de investimentos do bloco europeu no Brasil foi de 7,1 bilhões €, enquanto na China esse total chegou a 1,8 bilhão.

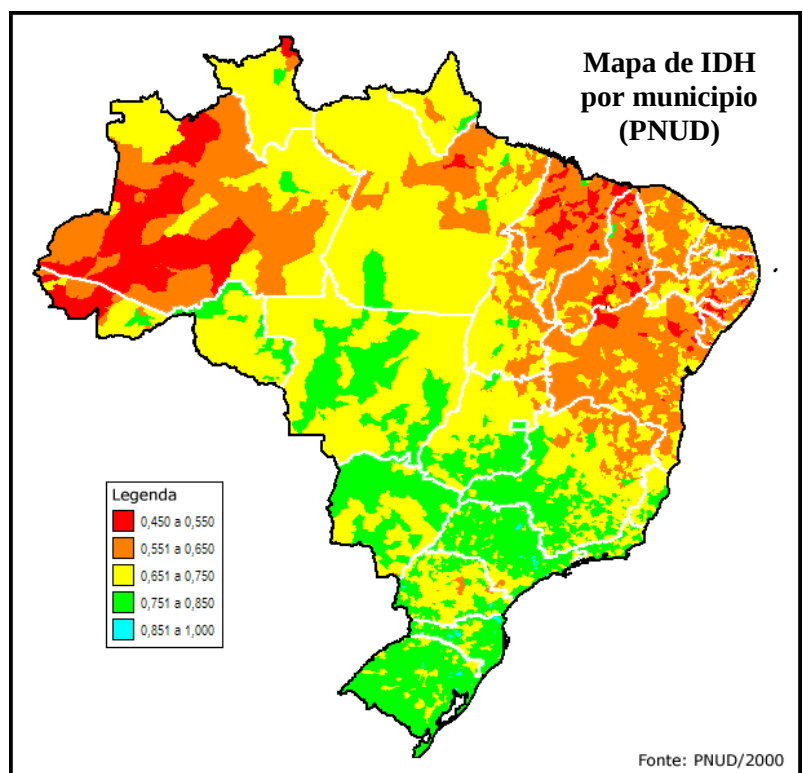
"Não é exagero dizer que o Brasil está em vias de adquirir o status de superpotência", diz um artigo recente do "Financial Times", "as perspectivas, aparentemente, nunca foram melhores". Em uma época de crescente demanda global por alimentos e energia, o Brasil está em uma posição única: já o maior produtor mundial de vários produtos agrícolas, inclusive álcool feito da cana-de-açúcar, o Brasil é o quarto maior fabricante de veículos e logo se tornará um importante exportador de petróleo. O "Wall Street Journal" destacou que o Brasil deveria alcançar em 2008 um crescimento de 5% pelo segundo ano consecutivo, um índice muito distante da China, mas impressionante para um país que "parecia na beira de uma moratória em massa de dívidas em 2002".

Um indicador da consolidação econômica, foi o fato da empresa “Fitch Ratings” elevar a nota de risco de investimento do Brasil de “BB+” para “BBB-”, confirmando a promoção do rating brasileiro anunciada no final de abril 2008 pela agência Standard & Poor’s, que foi a primeira a cancelar o país como bom pagador.

Ainda a economia apresenta características que freiam o desenvolvimento, como uma infraestrutura insuficientemente desenvolvida, uma burocracia federal e estadual muito cara, e a fraqueza estrutural das finanças públicas. A inflação também poderia começar a ameaçar parte dos bons resultados econômicos em termos de renda.

O elemento mais interessante da evolução sócio-econômica recente, é que o Brasil mostra indícios de começar a reduzir nessa década, os níveis extremos de desigualdade e pobreza que sempre caracterizaram o país como um dos mais desiguais do planeta. Em 2000 dos 182 milhões de habitantes, 40 viviam com menos de \$ 2 por dia, e 14,6 milhões com menos de \$ 1. Em 2004, a metade mais pobre da população viu sua renda média incrementar por 14%, quatro vezes mais do que a média nacional. Entre 2000 e 2005, o número de famílias com renda média (entre 5,900 e 22,000 dólares) aumentou de 14 a 22 milhões, enquanto o número de famílias mais pobres caiu em proporção. Refletindo esse crescimento da “classe média baixa”, por primeira vez em 2007, o crescimento do PIB foi sustentado pela demanda interna e não pelas exportações. O número de famílias empregadas no setor formal também aumentou. O Brasil alcançou nos últimos anos grandes melhorias nos seus indicadores econômicos e sociais. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) cresceu de 0,64 em 1975, até 0,80 em 2005, entrando pela primeira vez para o grupo de países com elevado desenvolvimento humano .

Contudo, o país segue com níveis de pobreza qualificados como inaceitáveis para um país de renda média, e continua a ser uma sociedade onde a diferença na qualidade de vida de ricos e pobres é imensa. Os 20% dos brasileiros mais ricos recebem uma renda 33 vezes superior à dos 20% mais pobres. O índice Gini de distribuição da renda familiar baixou de 0,59 em 2000 a 0,50 em 2008; a desigualdade entre os rendimentos dos trabalhadores brasileiros caiu quase 7% entre o quarto trimestre de 2002 e o primeiro de 2008, acorde com estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O Brasil ficando contudo entre os países mais desiguais do mundo, sub-repassado na América só pela Bolívia. A pobreza e a desigualdade são estreitamente ligadas a questões de raça e de níveis educacionais, e apresentam características regionais acentuadas. Enquanto a região Sul tem alguns indicadores socioeconômicos comparáveis com países do Norte, o índice de Desenvolvimento Humano do Nordeste compara com a Índia e o Quênia. A pobreza é geral no Nordeste (47,8%) e no Norte (30,7%) (veja mapa anexo do PNUD), enquanto bolsões de pobreza existem nas outras regiões em áreas urbanas e rurais.



Acima da pobreza e desigualdade, o Brasil tem grandes deficiências ambientais que ameaçam a saúde da maioria: nesse país muito urbanizado, 17% dos lares urbanos não têm acesso a saneamento e nas áreas rurais, 42% das famílias carecem de água potável e 65% de esgoto. Os recursos naturais do Brasil são

usados de forma não sustentável, especialmente nas áreas de expansão agrícola que ameaçam grandes partes da floresta amazônica, e também os remanescentes de ecossistemas como a Mata Atlântica e o Cerrado. O crime também é outra grande preocupação da população das grandes cidades.

O Banco Mundial definiu o maior desafio do Brasil como combinar um modelo de crescimento mais equitativo, um desenvolvimento mais sustentável mediante o fornecimento de serviços locais e a gestão dos recursos naturais para melhorar a qualidade de vida, e uma economia mais competitiva mediante o estímulo ao crescimento sustentável.

Contexto político

Os economistas acordam-se em reconhecer a importância da combinação das políticas macro-econômicas e programas sociais dos três últimos períodos de governo nos bons resultados sócio-econômicos do Brasil.

O Plano 2004-2007 “Um Brasil de todos” reflete as prioridades do segundo Governo Lula:

- Incremento da inclusão social e redução das desigualdades (fortalecimento dos serviços sociais, apoio à geração de renda na agricultura familiar e pequena empresa, programas especiais como Fome Zero, Bolsa-Escola e PETI- erradicação do trabalho infantil);
- Crescimento econômico sustentável reduzindo diferenciais regionais (adoção de uma abordagem sócio-ambiental dos investimentos, apoio a clusters locais e regionais, diversificação, investimentos seletivos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, etc.);
- Promoção da cidadania e participação social, para melhorar a governabilidade e a administração do setor público.

O Programa Bolsa Família é apontado como uma das principais razões para os importantes resultados sociais atingidos pelo Brasil nos últimos anos. O sucesso motivou adaptações em quase 20 países, como Chile, México, República Dominicana, Indonésia, África do Sul, Turquia e Marrocos. O Programa Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

No “mega objetivo II” do Plano dedicado às políticas econômicas, encontram-se importantes elementos, tais como a democratização do acesso ao crédito, o apoio à formação profissional e legalização dos empreendimentos informais, o fortalecimento da reforma agrária, a regionalização dos mecanismos de incentivo econômico.

As políticas ambientais, em particular no que toca à conservação das florestas da bacia amazônica, tem sido objeto de muita polemica, os setores ecologistas considerando às vezes as posições do Governo Lula como mais favoráveis ao

agro negócio, em particular os grandes produtores de soja. Os progressos registrados na governança ambiental, os quais foram traduzidos numa queda importante da taxa de desmatamento na Amazônia legal até 2006, são ainda frágeis frente aos incentivos do crescimento dos mercados agrícolas. Após largas discussões o Governo federal finalmente arrancou em maio de 2008 com o Plano Amazônia Sustentável (PAS) detalhando as diretrizes estratégicas para o cumprimento de 16 compromissos entre os quais os mais importantes são promover o desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade sócio-cultural e ecológica e a redução das desigualdades regionais; ampliar a presença democrática do Estado, com integração das ações dos três níveis de governo, da sociedade civil e dos setores empresariais; fortalecer os fóruns de diálogo intergovernamentais e esferas de governos estaduais para contribuir para uma maior integração regional; combater o desmatamento ilegal, garantir a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e mitigar as mudanças climáticas; promover a recuperação das áreas já desmatadas, com aumento da produtividade e recuperação florestal; implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico e acelerar a regularização fundiária; assegurar os direitos territoriais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e promover a equidade social. Os críticos desde agora indicam que o plano contém muitos objetivos dificilmente compatíveis. Contudo tem o mérito de indicar um quadro de ação comum para todas as agências públicas.

O contexto dos processos de desenvolvimento no Brasil após 2004 caracteriza-se por um alto nível de inovação, um diálogo político muito ativo e a multiplicação de iniciativas de todos os tipos. Pela primeira vez, Governo e Sociedade Civil mantêm um diálogo permanente e os debates antes ideológicos, são substituídos por Fora, Comissões Mistas e outros instrumentos de uma democracia mais consensual.

Estratégia de cooperação da CE no Brasil

A Cooperação bilateral entre o Brasil e a União Européia foi regida até 2002 por um Acordo Quádruplo assinado em 1992 e ratificado pelo Congresso brasileiro em maio de 1995.

A partir de 2002 a formulação de projetos e programas bilaterais foi enquadrada nos programas indicativos nacionais (PIN), o primeiro para o período 2002-2006, o segundo para 2007-2013. O Memorando de Entendimento para 2002-2006 manteve algumas das prioridades das orientações estratégicas anteriores:

- Reforma econômica (30 milhões de euros - 47%);
- Desenvolvimento social (15 milhões de euros - 23%) (alternativas geográficas: Norte, Nordeste e/ou as favelas das grandes cidades);
- Meio ambiente (6 milhões de euros - 9%)

Os dois projetos bilaterais incluídos na missão de monitoramento externo 2008 pertencem a essa geração de projetos.

A novas orientações dadas a partir do PIN 2007-2013 tomam em conta as experiências e as necessidades cambiantes da cooperação. Em particular reconhecem o caráter de país emergente do Brasil e o impacto pouco significativo que tiveram algumas intervenções limitadas no quadro de projetos pontuais. Os novos eixos da cooperação são organizados em duas prioridades:

- Prioridade 1: reforçar as relações bilaterais com três ações: apoio a diálogos setoriais, programa de educação superior, e Instituto de Estudos Europeus (com 70% do orçamento indicativo ou seja 42,7 milhões €);
- Prioridade 2: promoção da dimensão ambiental no desenvolvimento sustentável (com 30% do orçamento indicativo ou seja 18,3 milhões €).

No primeiro eixo, a abordagem será nos diálogos e intercâmbios nos temas sociais, de governança, associações de negócios e sociedade civil. A Comissão assinou em abril de 2008, um memorando de entendimento com o Ministro brasileiro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para o intercâmbio de conhecimentos sobre legislação, políticas e programas, com o objetivo de reforçar a coesão social.

A cooperação com a sociedade civil e em matéria de meio ambiente e florestas tropicais segue a programação dos editais centralizados das linhas principais de financiamento: meio ambiente (ENV), atores da sociedade civil (ONG-PVD), direitos humanos (DDH) e saúde. Os projetos monitorados em 2008 ainda não refletem a reorganização dos instrumentos de cooperação e pertencem as linhas orçamentárias ONG-PVD e ENV.

A cooperação no desenvolvimento sustentável ambiental mantém-se portanto como estratégica, principalmente com projetos destinados a promover o desenvolvimento sustentável e a preservação das florestas tropicais do país, principalmente na Amazônia e na Mata Atlântica, seja ao nível de editais temáticos como da cooperação bilateral. Refletindo essa prioridade, a maioria dos projetos monitorados em 2008 tem que ver com o tema dos recursos naturais e das florestas (diretamente 11 projetos da linha ENV mais 6 projetos da linha ONG-PVD com importante componente de gestão dos recursos naturais).

O Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7) foi o elemento mais importante da cooperação ambiental a partir da cúpula do G-7 em 1990. O Governo brasileiro, a Comissão Europeia e outros doadores estabeleceram o PPG7 baixo a administração do Banco Mundial, para desenvolver programas de proteção da floresta consistentes com os objetivos de desenvolvimento estabelecidos pelo Governo brasileiro. Do volume total destinado pelos países doadores ao PPG7 até 2002 (€ 350 milhões), € 65 milhões vieram da União Europeia. A maioria dos recursos foi administrada por meio do Fundo Fiduciário para as Florestas Tropicais (Rain Forest Trust Fund); a contribuição realizada pela Comissão Europeia ao Programa é canalizada pelo Banco Mundial. Além do PPG7, a Comissão Europeia financiou uns 65 projetos implementados no Brasil por ONGs

Três prioridades da cooperação em 2002-2006: reformas econômicas, desenvolvimento social e meio ambiente

Dois eixos para 2007-2013: diálogos bilaterais e meio ambiente

ambientais; a maioria com caráter demonstrativo de alternativas à exploração irracional dos recursos naturais .

A Missão de Monitoramento 2008 concentrou sua atenção nos projetos das linhas ENV e ONG-PVD (20 dos 22 projetos monitorados), constituindo uma mostra representativa de dois instrumentos importantes da cooperação.

4. O exercício de monitoramento no Brasil

Antecedentes (2002-2008)

As missões de monitoramento externo começaram no Brasil em 2002 (anteriormente houve monitoramento de alguns projetos na fase piloto do ROM). Como amostra o quadro a seguir, a quantidade e o volume financeiro dos projetos monitorados aumentou consideravelmente a partir de 2005 (não houve missão em 2004 por falta de recursos no orçamento).

Quadro 1 Evolução da cobertura das missões de monitoramento externo no Brasil

Ano	2002	2003	2005	2006	2007	2008
Número de projetos	12	11	14	23	23	22
CFT/CE	3	2	4	4	6	2
ONG	4	6	5	9	9	9
ENV	4	2	4	10	7	11
Outras linhas	1	1	1	0	1	0
Montante total financiado M €	28,36	24,47	53,66	72,4	75,2	82,5

O volume financiado na amostra subiu de 28,36 em 2002 para 82,5 € milhões em 2008 (63,2 excluindo monitoramento ex-post).

Amostra de projetos da missão de monitoramento em 2008

A missão de monitoramento de 2008 estudou 22 projetos, incluindo 14 dos 23 projetos monitorados em 2007 (ver lista no quadro seguinte). A amostra foi selecionada dum listado de 38 projetos teoricamente elegíveis aplicando os critérios do monitoramento externo, dum total de 116 projetos financiados pela CE no Brasil. A lista original de 38 projetos tinha 7 projetos CFT/CE, 10 projetos ENV , 14 projetos ONG-PVD e um DDH, mais 6 projetos potenciais para o monitoramento “ex-post”. Na maioria dos 16 projetos que ficaram fora da lista de monitoramento tinham apenas começado, ou o volume de financiamento foi considerado pequeno demais, caso de muitos projetos ONG-PVD. Inicialmente estavam previstos 23 projetos; por causa da saída dum monitor por razões de força maior, um projeto foi eliminado da lista: o projeto CFT-19 09 01 (Programa de Apoio Institucional)

Foram monitorados 22 projetos (3 ex-post) para um monto total de 82,5 milhões de €. A mostra de 22 projetos monitorados em 2008 foi altamente representativa dos projetos ENV, parcialmente dos projetos ONG-PVD e pouco representativa dos projetos CE/CFT

Quadro 2 Lista de projetos incluídos na missão de monitoramento 2008

Nº	Identificação	Nome do Projeto (1)
1	ONG-PVD-21 02 03	Formação Integral e Inclusão Socioeconômica de Jovens nas áreas menos desenvolvidas do Nordeste brasileiro
2	ONG-PVD-21 02 03	Estabilização da Agricultura Familiar em Frentes Pioneiras do Sul do Pará - Amazônia Oriental - Brasil
3	ONG-PVD-21 02 03	Apoio a comunidades de Quilombos no Brasil: iniciativas inovadoras de desenvolvimento sustentável
4	ONG-PVD-21 02 03	Aprimoramento das condições de vida de mulheres pobres quebradoras de babaçu na floresta de babaçu e no Nordeste
5	ONG-PVD-21 02 03	Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Nordeste do Brasil
6	ONG-PVD-21 02 03	Aprimoramento das condições de vida de agricultores familiares da região do Sertão do São Francisco
7	ONG-PVD-21 02 03	Capacitação e apoio ao desenvolvimento de Comunidades Negras Tradicionais no Brasil.
8	ONG-PVD-21 02 03	Mulheres organizadas gerando novas condições de vida - Brasil.
9	ENV-21 02 05	Superando a Divisão: Aprimoramento de Gestão Florestal, Administração e Mercadejo na Amazônia Brasileira
10	ENV-21 02 05	Introduzindo serviços de Mercadejo, Certificação e Códigos de Conduta em Florestas Brasileiras e Áreas Periféricas
11	ENV-21 02 05	Sistemas integrados de gestão participativa dos recursos florestais e agrícolas pelas populações rurais na Amazônia
12	ENV-21 02 05	Promoção do um ordenamento florestal sustentável através da produção e comercialização de madeira no Estado do Amazonas
13	ENV-21 02 05	Uso sustentável de florestas no complexo florestal Serra das Lontras–Una, estado da Bahia
14	ENV-21 02 05	Construindo consenso sobre o acesso aos recursos naturais da Amazônia Brasileira
15	ENV-21 02 05	FLORELOS: Redes Ecológicas e Sociais das Florestas Brasileiras através do desenvolvimento sustentável em paisagens produtivas
16	ENV-21 02 05	Corredores Ecológicos, Brasil
17	ENV-21 02 05	Governança Florestal compartilhada na região das nascentes do rio Xingu
18	CFT-19 09 01	Inclusão Social Urbana
19	CE-19 09 02	Apoio à Inserção Internacional das PMEs Brasileiras
Monitoramento ex-post		
20	ONG-PVD-21 02 03	SOS Corpo - Gênero e Cidadania: Projeto Institucional 2003-2006
21	ENV-21 02 05	Desenvolvimento Sustentável do Corredor Econômico Cuiabá-Santarém na Amazônia Central
22	1995/054-357	Subprograma de Políticas de Recursos Naturais (SPRN)

(1) Os nomes originalmente em Inglês ou Francês foram traduzidos ao Português

Após a seleção definitiva, e deixando por fora o projeto CFT-19 09 01 (Programa de Apoio Institucional) foram monitorados 19 projetos em execução e 3 ex-post. Em termos de representatividade da mostra monitorada, foi monitorado o 58% dos projetos elegíveis de acordo com os critérios do monitoramento.

Enquanto aos projetos em execução, a mostra foi altamente representativa da linha Meio Ambiente e Floresta Tropical (ENV), adequada para os projetos ONG-PVD e não representativa para os projetos bilaterais CFT/CE (veja quadro 3). Ao nível financeiro, a amostra representa um monto total de 63,2 milhões ou seja o 72% do monto de projetos elegíveis para monitoramento.

A missão teve de viajar em 15 estados do Brasil para visitar uma porção significativa das atividades da mostra de projetos e programas

Quadro 3 Representatividade da mostra de projetos monitorados em 2008

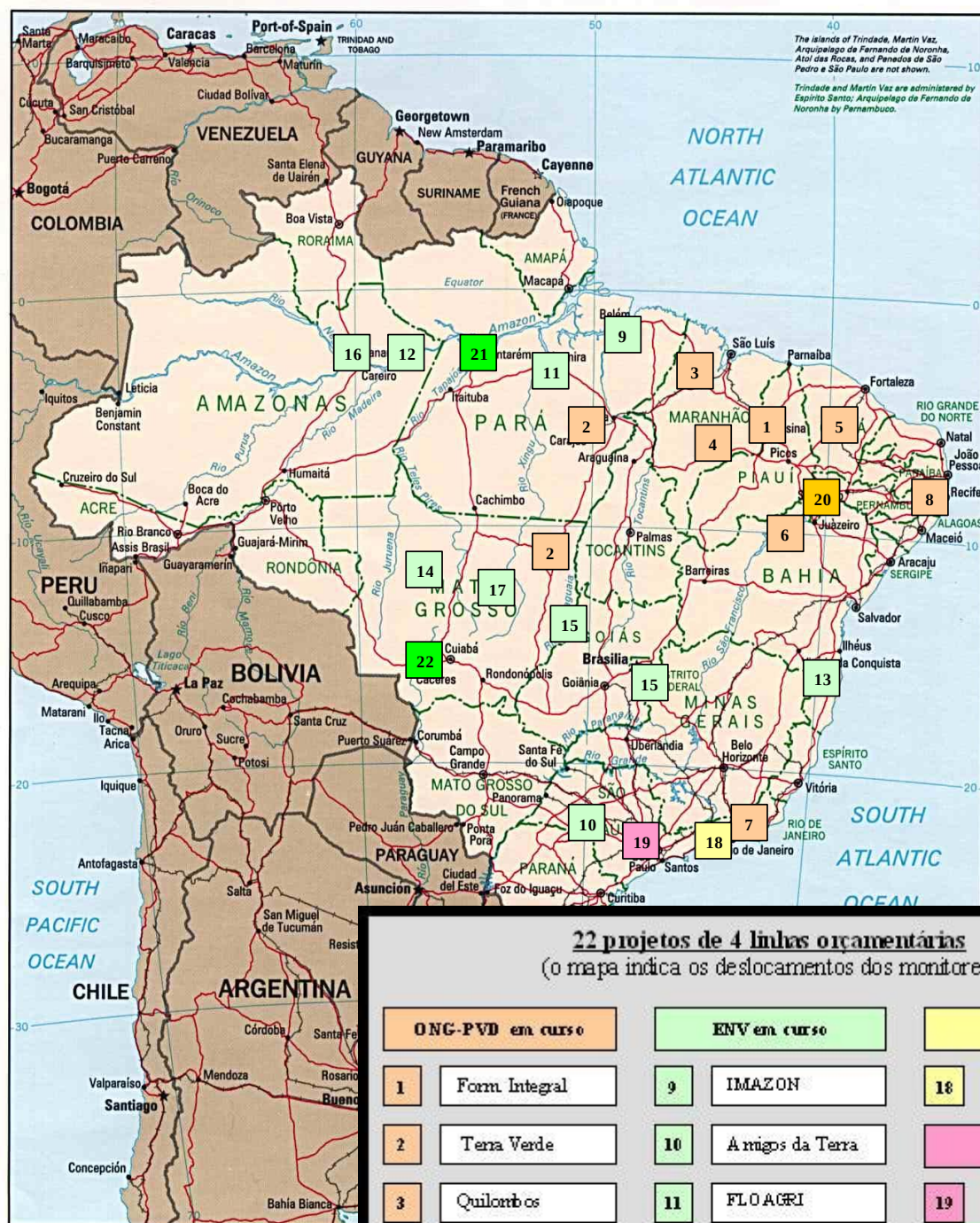
Linha/tema	Total elegível em execução / ex-post	Total monitorado	%
CFT/CE	7	2	29%
ONG-PVD	18	9	50%
ENV	12	11	92%
Outras linhas	1	0	0%
<i>Identificados para ex-post</i>	6	3	50%
Total	38	22	58%

O objetivo do monitoramento ex-post é gerar informações confirmadas sobre o impacto e a sustentabilidade real de programas e projetos, após o final do financiamento da CE. Nesse sentido, a utilidade é ter um instrumento mais leve do que a avaliação ex-post. Três projetos para monitoramento ex-post foram incluídos também na amostra de 2008.

A localização geográfica dos projetos visitados está indicada no mapa na página seguinte (a numeração corresponde ao quadro 2). Os monitores visitaram as sedes de todos os projetos e uma amostra das áreas de implementação, cobrindo 15 estados do Brasil.

Enquanto a grande maioria dos projetos ENV monitorados estava na região amazônica, a região Nordeste foi bastante visitada dessa vez, no contexto dos projetos da linha ONG-PVD ativos nos estados dessa região. Por primeira vez houveram várias visitas ao Estado de Mato Grosso. O mapa ilustra também as dificuldades logísticas das missões de monitoramento num país do tamanho do Brasil.

Mapa 1 Localização dos projetos monitorados em 2006 no Brasil

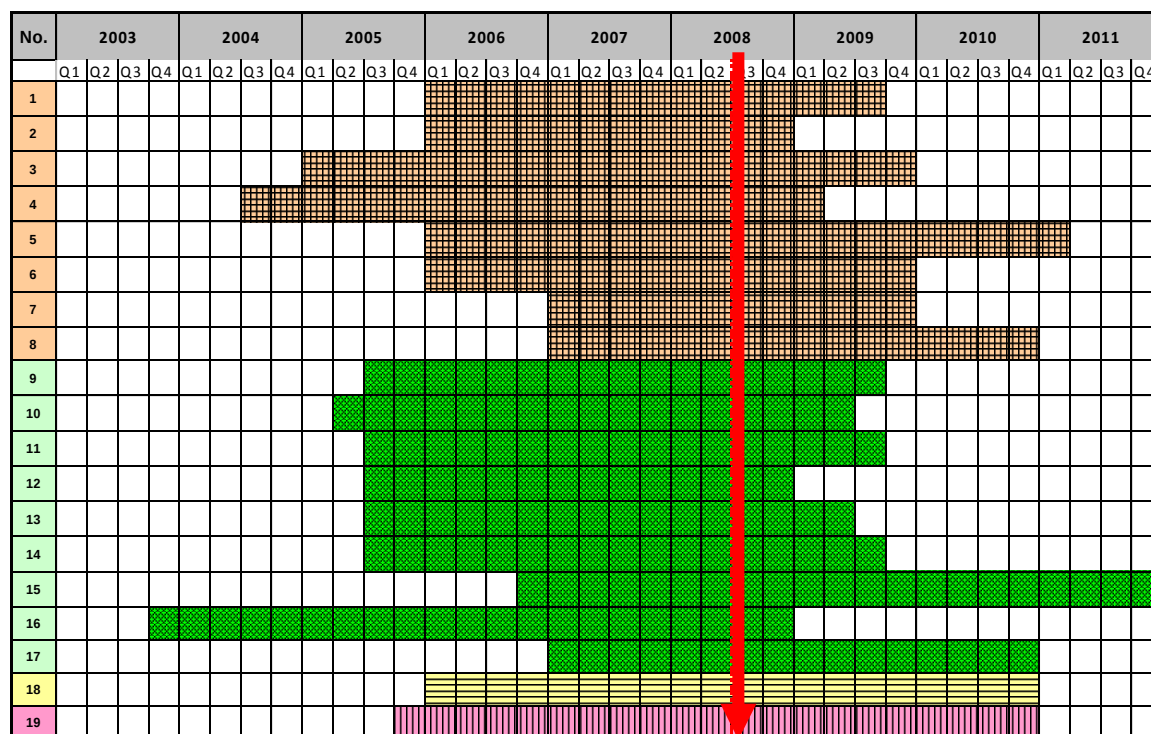


22 projetos de 4 linhas orçamentárias (o mapa indica os deslocamentos dos monitores)

ONG-PVD em curso		ENV em curso		CFT em curso	
1	Form Integral	9	IMAZON	18	Urban Inclusion
2	Terra Verde	10	Amigos da Terra	CE em curso	
3	Quilombos	11	FLOAGRI	19	Brazilian SMEs
4	Quebrad. Babaçu	12	GRET	ONG-PVD expost	
5	Agric. familiar	13	Serra das Lontras	20	Gênero cidadania
6	Sertão S. Francisco	14	Dialogos	ENV expost	
7	Comun. negras	15	Florelas	21	Cuiabá Santarém
8	Mulher organizadas	16	Conedores	22	SPRN
		17	ISA Xingu		

O quadro seguinte indica claramente a ubiquação temporal da missão de monitoramento na fase de maior curso ou final dos projetos monitorados.

Quadro 4 Calendário temporal dos projetos monitorados em 2008



Relação dos projetos com os eixos do CSP e tipo de impacto.

Todos os projetos em curso pertencem ao CSP 2002-2006 e foram estabelecidos baixo o regime da desconcentração. O quadro seguinte mostra a relação dos projetos selecionados com os quatro eixos do CSP. Também indica o tipo de impacto (projeto com intervenção local ou macro). Uma característica interessante dos projetos no Brasil é o grande numero de projetos com componente explicito de incidência nas políticas publicas (16 dos 22 projetos). Só os projetos da linha ONG-PVD são dominados com intervenções de tipo local, com pouca incidência política explicita.

Eixo do CSP 2002-2006	Nº de projetos	Linha orçamentaria			Impacto		Políticas publicas
		Bil.	ONG	ENV	Local	Macro	
Reforma da administração publica	1	1			1		1
Reforma econômica	1	1				1	1
Desenvolvimento social	8		8		8		3
Meio ambiente	12		1	11	6	6	11
Total	22	2	9	11	15	7	16

Perfil dos monitores

A equipe de monitoramento no 2008 foi composta de 8 pessoas (2 especialistas sênior, 5 especialistas médios e 1 regional). Nessa missão, todos os monitores tinham conhecimento básico do português e os relatórios foram estabelecidos nessa língua .

A lista dos especialistas a seguir indica a sua especialidade; a maioria da equipe, refletindo as necessidades da amostra, era especializada em meio ambiente, desenvolvimento rural e social.

- Frans Geilfus – especialista sênior (desenvolvimento rural e meio ambiente) e chefe de missão
- Nathalie Colmet (especialista sênior, recursos naturais)
- Rafael Eguiguren (especialista sênior, desenvolvimento econômico)
- Grazia Faieta (especialista sênior, desenvolvimento social)
- Yves Leenaerts (especialista sênior, desenvolvimento rural)
- Martin Rall (especialista sênior, desenvolvimento rural e recursos naturais)
- Angela Tonini (especialista sênior regional, desenvolvimento social)
- Jorge Vivar Mariscal (especialista sênior, desenvolvimento econômico)

Implementação da missão

A missão foi implementada do 14 de maio ao 9 de junho de 2008, começando com um briefing geral na Delegação da Comissão em Brasília. Os monitores voltaram para Brasília para um debriefing final no dia 9 de Junho. Na segunda semana o Sr Leenaerts, devido a um caso de força maior familiar, teve que voltar para Europa. Para os dois projetos que ele ainda devia monitorar, um foi assumido pelo chefe de missão (2006/114-422: Governança Florestal compartilhada na região das nascentes do rio Xingu) e o outro (1998/003-011: Programa de Apoio Institucional) foi retirado da lista, após consulta com o Task Manager em Bruxelas e com a Delegação de Brasília.

Com exceção desse problema imprevisto, a missão transcorreu sem incidente notável.

Durante a fase de preparação e implementação da missão, a Delegação da CE no Brasil assegurou um apoio eficiente e cordial ao trabalho dos monitores. O interesse nos resultados da missão por parte da Delegação constitui uma motivação grande para assegurar a qualidade do monitoramento.

5. Resultados gerais da missão

O sistema de Monitoramento externo estuda cinco critérios fundamentais: qualidade do desenho, eficiência, eficácia, impacto esperado e sustentabilidade potencial.

O quadro seguinte apresenta as valorizações feitas para os 22 projetos monitorados para os 5 critérios de avaliação (a=excelente, 4; b=satisfatório, 3; c=com problemas, 2; d= com deficiências, 1)..

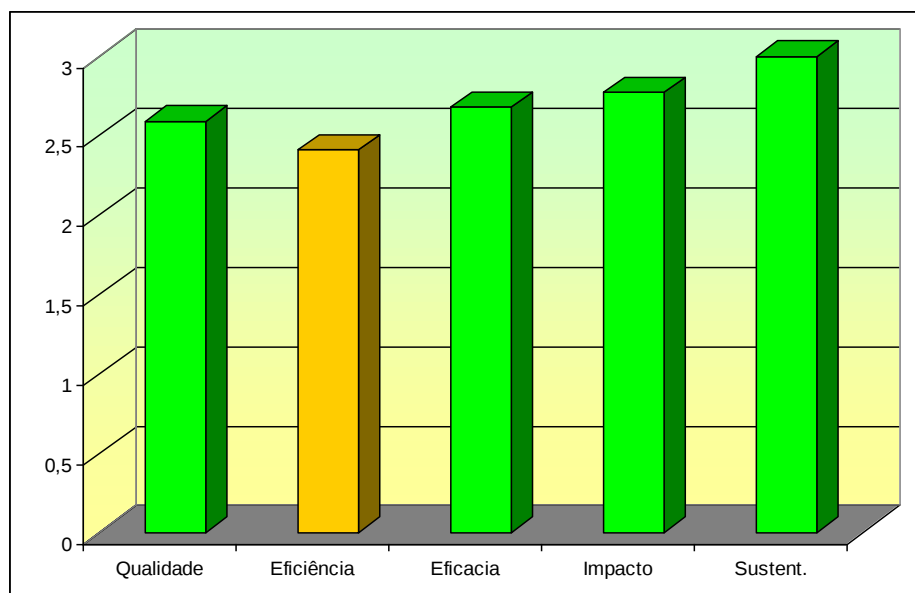
Quadro 5 Valorização dos critérios de qualidade dos projetos monitorados

Nome do projeto	Qualidade	Eficiência	Eficácia	Impacto	Sustent.
Formação Integral e Inclusão Socioeconômica de Jovens nas áreas menos desenvolvidas do Nordeste brasileiro	b	b	b	b	b
Estabilização da Agricultura Familiar em Frentes Pioneiras do Sul do Pará - Amazônia Oriental - Brasil	c	c	b	b	b
Apoio a comunidades de Quilombos no Brasil: iniciativas inovadoras de desenvolvimento sustentável	b	b	b	c	b
Aprimoramento das condições de vida de mulheres pobres quebradoras de babaçu na floresta de babaçu e no Nordeste	c	b	b	b	b
Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Nordeste do Brasil	c	c	c	c	b
Aprimoramento das condições de vida de agricultores familiares da região do Sertão do São Francisco	b	c	b	b	b
Capacitação e apoio ao desenvolvimento de Comunidades Negras Tradicionais no Brasil.	c	b	b	c	b
Mulheres organizadas gerando novas condições de vida - Brasil.	b	b	b	b	b
Superando a Divisão: Aprimoramento de Gestão Florestal, Administração e Mercadejo na Amazônia Brasileira	c	c	c	b	b
Introduzindo serviços de Mercadejo, Certificação e Códigos de Conduta em Florestas Brasileiras e Áreas Periféricas	c	c	c	c	b
Sistemas integrados de gestão participativa dos recursos florestais e agrícolas pelas populações rurais na Amazônia	b	c	b	b	b
Promoção do um ordenamento florestal sustentável através da produção e comercialização de madeira no Estado do Amazonas	b	c	b	b	b
Uso sustentável de florestas no complexo florestal Serra das Lontras–Una, estado da Bahia	b	b	b	c	b
Construindo consenso sobre o acesso aos recursos naturais da Amazônia Brasileira	c	c	c	b	b
FLORELOS: Redes Ecológicas e Sociais das Florestas Brasileiras através do desenvolvimento sustentável em paisagens produtivas	c	c	b	b	b
Corredores Ecológicos, Brasil	c	c	c	b	b
Governança Florestal compartilhada na região das cabeceiras do rio Xingu	b	a	b	b	b
Inclusão Social Urbana	b	c	c	b	b
Apoio à Inserção Internacional das PMEs Brasileiras	b	d	d	c	b
EX POST					
SOS Corpo - Gênero e Cidadania: Projeto Institucional 2003-2006	a	b	a	a	b
Desenvolvimento Sustentável do Corredor Econômico Cuiabá-Santarém na Amazônia Central	b	b	b	b	b
Subprograma de Políticas de Recursos Naturais (SPRN)	c	c	b	b	b

Qualidade geral e evolução dos projetos

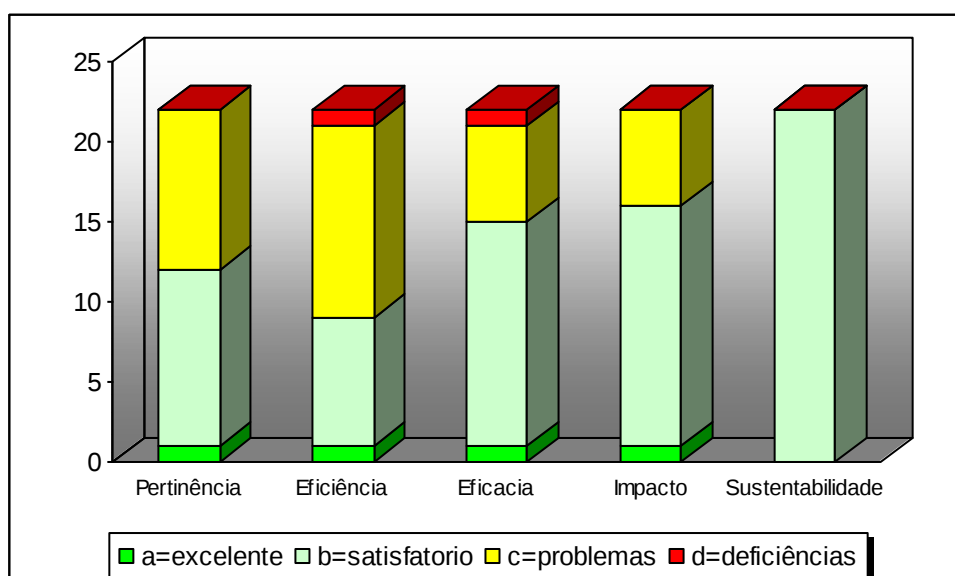
Em termos médios, os projetos monitorados colocam-se acima do limite de 2,5 pontos considerado com “bom”, para quatro dos 5 critérios. O valor médio fica em 2,4 para eficiência, ilustrando problemas crescentes em alguns projetos e, em particular, a valorização muito baixa do único projeto de cooperação econômica que foi incluído na mostra.

Gráfico 1 Resultados gerais do monitoramento: valorizações médias



A análise dos resultados por número de projetos em cada classe de valor mostra o contraste entre uma situação que precisa melhorar em quase a metade dos projetos para a qualidade do desenho, e mais da metade para a eficiência, com bons resultados nos outros critérios.

Gráfico 2 Número de projetos em cada classe por critério de avaliação

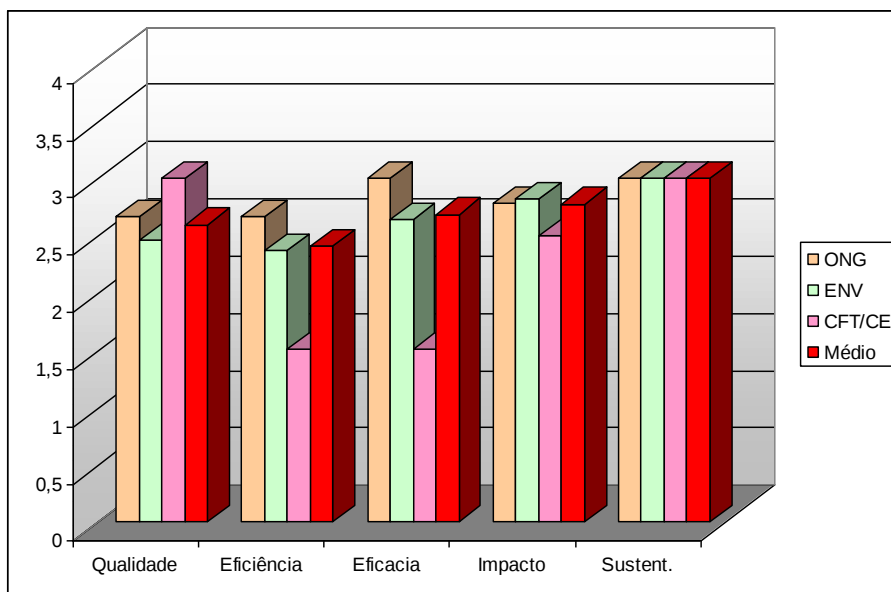


A tendência observada nos anos anteriores, de bons projetos mas com problemas crescentes de eficiência, vai confirmando-se em 2008

A valorizações variam bastante entre as linhas orçamentárias. O gráfico seguinte mostra que em termos de qualidade do desenho, os projetos CFT-CE estão por acima da média, e muito por debaixo para os critérios da eficiência e eficácia.

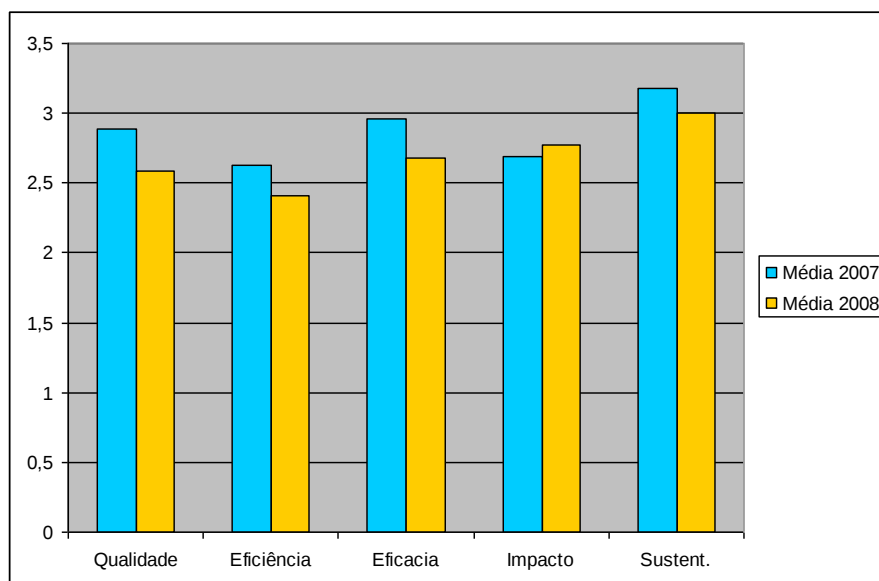
Os projetos ONG-PVD e ENV têm boas valorizações médias. Chama a atenção o valor elevado da sustentabilidade potencial para todos os projetos, que será discutida mais logo.

Gráfico 3 Valorizações por linha e média (todos os projetos em execução)



A avaliação permite também comparar quantitativamente os índices obtidos pelos projetos para cada critério utilizado. A qualidade média dos projetos diminuiu ligeiramente em comparação com 2007 para os 5 critérios.

Gráfico 4 – Evolução das médias por critérios, entre 2007 e 2008



O quadro seguinte permite visualizar a evolução individual dos 17 projetos que foram re-monitorados em 2006 (incluindo os três monitoramentos ex-post). Pode-se verificar que a situação melhorou em poucos casos, piorou em outros e ficou igual na maioria.

Quadro 6 Evolução da valorização dos projetos re-monitorados

Nome do projeto	Qualidade	Eficiência	Eficácia	Impacto	Sustent.
Formação Integral e Inclusão Socioeconômica de Jovens nas áreas menos desenvolvidas do Nordeste brasileiro	0	0	0	0	0
Apoio a comunidades de Quilombos no Brasil: iniciativas inovadoras de desenvolvimento sustentável	0	0	0	-1	-1
Aprimoramento das condições de vida de mulheres pobres quebradoras de babaçu na floresta de babaçu e no Nordeste	0	0	0	0	0
Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Nordeste do Brasil	-1	0	-1	-1	-1
Aprimoramento das condições de vida de agricultores familiares da região do Sertão do São Francisco	0	-1	0	1	0
Superando a Divisão: Aprimoramento de Gestão Florestal, Administração e Mercadejo na Amazônia Brasileira	-1	0	-1	0	0
Introduzindo serviços de Mercadejo, Certificação e Códigos de Conduta em Florestas Brasileiras e Áreas Periféricas	-1	0	-1	-1	0
Sistemas integrados de gestão participativa dos recursos florestais e agrícolas pelas populações rurais na Amazônia	0	0	1	1	0
Promoção do um ordenamento florestal sustentável através da produção e comercialização de madeira no Estado do Amazonas	0	-1	0	1	0
Uso sustentável de florestas no complexo florestal Serra das Lontras–Una, estado da Bahia	0	0	0	0	0
Construindo consenso sobre o acesso aos recursos naturais da Amazônia Brasileira	-1	0	-1	0	0
Corredores Ecológicos, Brasil	-1	-1	-1	0	-1
Inclusão Social Urbana	0	-1	-1	0	0
Apoio à Inserção Internacional das PMEs Brasileiras	1	0	-1	0	0
SOS Corpo - Gênero e Cidadania: Projeto Institucional 2003-2006	1	0	1	1	-1
Desenvolvimento Sustentável do Corredor Econômico Cuiabá-Santarém na Amazônia Central	0	0	-1	0	0
Subprograma de Políticas de Recursos Naturais (SPRN)	0	1	1	1	0
Numero de projetos que melhoraram a valorização	2	1	2	3	0
Numero de projetos que pioraram a valorização	5	4	8	3	4
Numero de projetos cuja valorização manteve-se igual	10	12	7	11	13

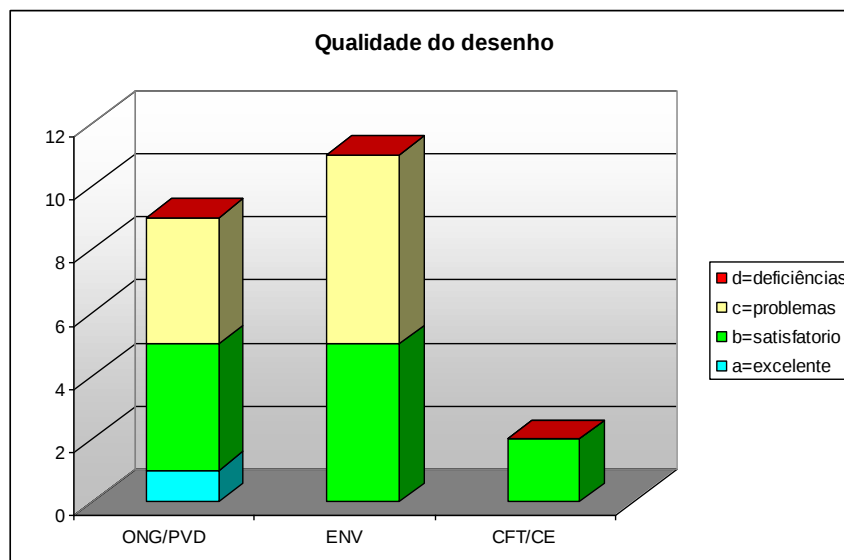
A análise dos resultados mostra que mais projetos mostraram resultados inferiores do que superiores aos monitoramentos anteriores; isso particularmente nos critérios de qualidade do desenho, eficiência e eficácia.

O mais importante sendo compreender as razões para tal evolução, a seguir detalhamos as observações por critério e por linha orçamentária.

Pertinência e qualidade do desenho dos projetos

Esse parâmetro do monitoramento considera a pertinência em termos das necessidades e prioridades dos beneficiários do projeto, levando em conta o contexto, e examina como o desenho foi adaptado às necessidades e mudanças do contexto em termos de planejamento. 1 projeto foi considerado excelente e 11 satisfatórios em relação à pertinência e qualidade do desenho. 10 projetos apresentam problemas. Não há diferença significativa entre projetos ONG-PVD e ENV.

Gráfico 5 – Valorização da qualidade do desenho por linha (nº de projetos)



A pertinência dos projetos e o caráter inovador das abordagens são pontos muito positivos. Para a maioria dos parceiros brasileiros o projeto faz parte dum esforço institucional de longo prazo mais amplo

Os projetos são todos pertinentes ou altamente pertinentes para os problemas enfrentados. Vale a pena insistir na frequência de propostas inovadoras enquanto a abordagem. Uma característica importante de notar para a discussão dos resultados, é o fato da maioria dos projetos serem integrados numa estratégia de longo prazo das agências implementadoras locais. Por tanto, o que pode constituir um projeto individualizado para a ONG europeia e para a CE, consiste estrategicamente num aporte específico para acompanhar um trecho de caminho para os parceiros brasileiros.

Os principais aspectos positivos podem resumir-se como segue:

- Muitos projetos altamente pertinentes e com **abordagem inovadora**;
- Muitos projetos **inseridos em processos de longo prazo**;

- Muitos projetos com **clara articulação aos processos de políticas públicas**;
- **Abordagem participativa**, muito bem estruturado e implementado;
- **Parcerias diversas com complementaridade** entre instituições de desenvolvimento e pesquisa, ONG e setor público municipal, estadual ou federal;
- **Articulações institucionais e redes** bem desenvolvidas assegurando sustentabilidade alta.

Os problemas aparentes na valorização vêm sempre da qualidade do desenho, onde as fraquezas mais correntes relatadas são:

- **Quadro lógico fraco quanto à lógica interna, a falta de indicadores adequados e as hipóteses sobre fatores externos** (16 casos); a situação nos projetos ONG e ENV é muito ligada ao sistema de parceria com ONGs européias, as quais prepararam as propostas duma maneira que não favorece a apropriação do instrumento do Quadro Lógico pelos parceiros brasileiros.
- **Planejamento pouco realista**: objetivos ambiciosos demais considerando os meios e tempo de implementação dos projetos (6 casos); no sistema de editais centralizados as ONGs têm o temor de não verem a proposta selecionada se não apresentaram objetivos muito ambiciosos, o que provoca às vezes uma certa distorção com os processos locais.
- **Quadro lógico complexo demais** com muitos objetivos específicos dificultando o monitoramento dos resultados e objetivos (3 casos): algumas ONGs ambientalistas tendem a construir parcerias complexas refletidas em planejamentos muito intrincados, difíceis de implementar e monitorar.
- **Arranjos institucionais para a implementação inadequados ou mal definidos** (5 casos); em vários casos a implementação concerne mais de uma agência gestora européia e varias ONGs e agências brasileiras, sem uma definição operacional de arranjos administrativos e gerenciais. Além disso algumas instituições pretendem sair da sua área de excelência (pesquisadores querem fazer gestão de desenvolvimento, sociólogos querem fazer desenvolvimento econômico).

Assim, os problemas de qualidade observados nas missões anteriores continuam parecidos. Chama a atenção que na maioria dos casos, as recomendações do monitor para os parceiros melhorarem o Quadro Lógico, não têm aplicação. Os quadros lógicos sem indicadores verificáveis para resultados e objetivos afetam a qualidade do processo (eficiência, eficácia, possibilidades de sistematização e replicabilidade) e a visibilidade da cooperação européia (poucos resultados documentados para sistematizar). A qualidade medíocre de muitos quadros lógicos reflete, mais que tudo, a baixa apropriação da metodologia pelas instituições e ONGs no Brasil, e não uma falta de análise das problemáticas e dos contextos, salvo no caso de projetos de agroecologia com limitada abordagem da realidade econômica.

Partindo dessa conclusão, pode se afirmar que as recomendações dos monitores e da DCE não poderiam ser suficientes para promover o uso de instrumentos de planejamento e monitoramento entre instituições que os percebem como uma exigência administrativa do doador, mais que com uma necessidade de gestão.

A maioria dos projetos sofre de fraquezas no desenho, particularmente na lógica de intervenção (quadro lógico, indicadores, avaliação de hipóteses e riscos) devido à baixa apropriação institucional do instrumento no Brasil

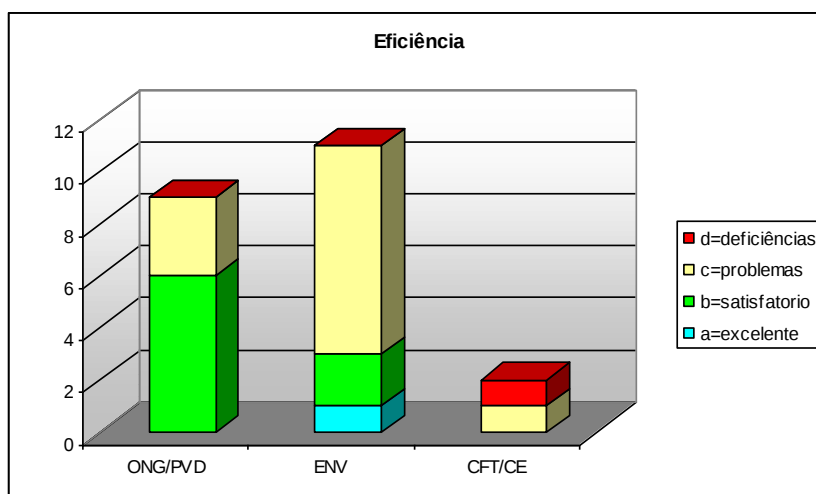
Eis as recomendações gerais da Missão de monitoramento de 2008 foram modificadas ao respeito do QL (veja capítulo 6).

Eficiência dos projetos

O critério da eficiência examina como o projeto investiu recursos para implementar as atividades e, assim, obter os resultados com o melhor custo. Considera a disponibilidade dos meios, a implementação das atividades conforme com o planejamento, o grau de realização e a qualidade dos resultados, e a participação dos parceiros do projeto.

Nove projetos tiveram uma eficiência satisfatória e muito satisfatória, enquanto 12 tiveram problemas e 1 apresentou deficiências. A maioria dos projetos da linha ENV apresentou problemas de eficiência.

Gráfico 6 – Valorização da eficiência por linha (nº de projetos)



Os problemas de eficiência pioraram em relação com o monitoramento anterior mas as causas permanecem iguais:

- Para os projetos do PPG7 (Corredores ecológicos e o ex-post do SPRN) a combinação dos procedimentos administrativos do Governo Federal, cada vez mais restritivos para o repasse de recursos às instituições descentralizadas, com os procedimentos da EU e a pouca flexibilidade do sistema de gestão do Banco Mundial;
- Para os projetos bilaterais, a combinação dos procedimentos federais e da EU voltou quase “Missão Impossível” para as Unidades de Gestão, as quais além disso sofrem de problemas de inserção institucional; ao final os recursos CE são mobilizados somente para assistência técnica, e as atividades funcionam na base dos recursos nacionais.
- Para os projetos implementados por ONG, a falta de mecanismos claros e eficientes de gestão interna dos consórcios provoca problemas de comunicação e toma de decisão, parceiros locais cometendo erros administrativos que tardam em serem corrigidos, com conseqüentes atrasos em desembolsos (9 casos);

Os problemas de eficiência são devidos às dificuldades dos procedimentos administrativos federais e da adequação aos procedimentos da CE, para os projetos CFT/CE e do PPG7.

Para as ONGs são produtos de arranjos operacionais inadequados e fraca capacidade administrativa associada a atrasos nos desembolsos.

- Para as ONGs menos experimentadas e sem perfil gestor, compreender as exigências dos procedimentos da EU resulta difícil e os “Info Days” organizados pela DCE não são suficientes para internalizar os procedimentos. Vários projetos percebem um déficit de comunicação e resposta ao nível administrativo com a DCE.
- Para todos os projetos em cursos, a revalorização do Real frente ao Euro significou uma redução, às vezes significativa, do orçamento disponível.

Comparando a avaliação da eficiência em 2008 e 2007 para os projetos re-monitorados, 4 pioraram e só um melhorou.

Nos aspectos positivos, o caso do consórcio do ISA no Alto Xingu constitui uma boa prática replicável: elaboraram um regulamento interno do consórcio, um mecanismo de monitoramento financeiro e técnico internalizado, um compêndio de procedimentos da CE, têm um gestor financeiro do ISA capacitando de forma permanente os parceiros. Isso aporta a prova da possibilidade de garantir uma gestão eficiente ainda com um consórcio bastante complexo. Nesse caso não existe a complicação dum parceiro europeu controlando a administração dos recursos.

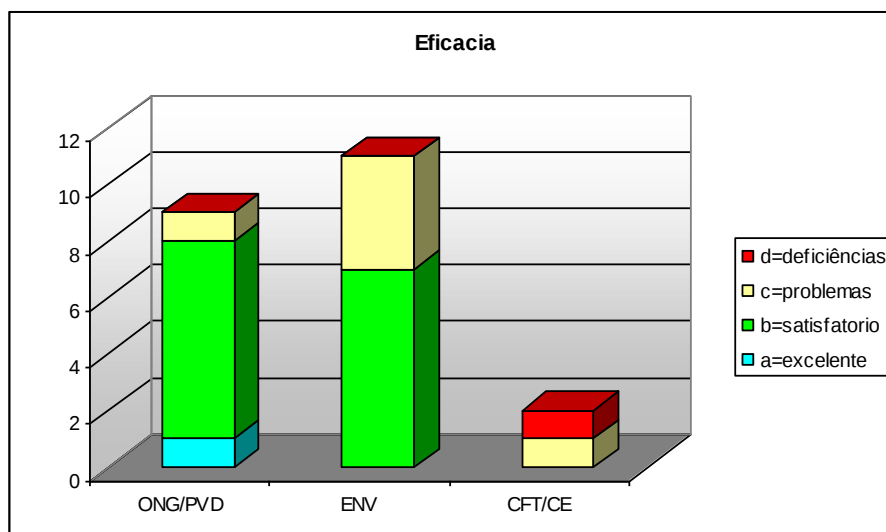
Também vale a pena ressaltar a alta qualidade técnica dos resultados obtidos pela maioria de projetos.

Eficácia dos projetos

O critério da eficácia analisa a contribuição dos resultados para obter o objetivo específico do projeto. Um sub-critério considera o alcance dos benefícios do projeto em termos do público-alvo planejado.

A maioria dos projetos monitorados (14 de 22) apresenta um nível de eficácia satisfatório e um muito satisfatório. Seis deles têm problemas nesse nível, e um apresenta deficiências.

Gráfico 7 – Valorização da eficácia por linha (nº de projetos)



Os projetos que apresentam problemas na eficácia ligados com baixos resultados são:

- Projetos que, por baixa eficiência, apresentam só avanços parciais no alcance de objetivos específicos, portanto, eficácia reduzida com relação à programação (6 casos);
- Projetos onde, por falta de indicadores e de monitoramento interno, fica difícil visualizar ainda de forma aproximada como alcançariam o objetivos específico (2 casos).
- Um projeto bilateral está em situação de falta de implementação tal que resulta impossível atingir o objetivo, nas condições vigentes.

No caso dos projetos do PPG7, além da dificuldade de assegurar um monitoramento dos indicadores de eficácia, os procedimentos gerenciais do Banco Mundial dificultam ainda o monitoramento da contribuição dos recursos comunitários.

Contudo, chama a atenção que 6 projetos com problemas de eficiência, têm bom nível de eficácia isso devido ao bom nível de qualidade dos resultados parciais obtidos, compensando a cobertura limitada pela replicabilidade e o efeito multiplicador.

A maioria dos projetos apresenta bons níveis de eficácia.

Os projetos com problemas de eficácia são os mesmos que amostraram baixa eficiência.

Contudo vários projetos com problemas de eficiência compensam com alta qualidade atingindo boa eficácia

Impacto esperado

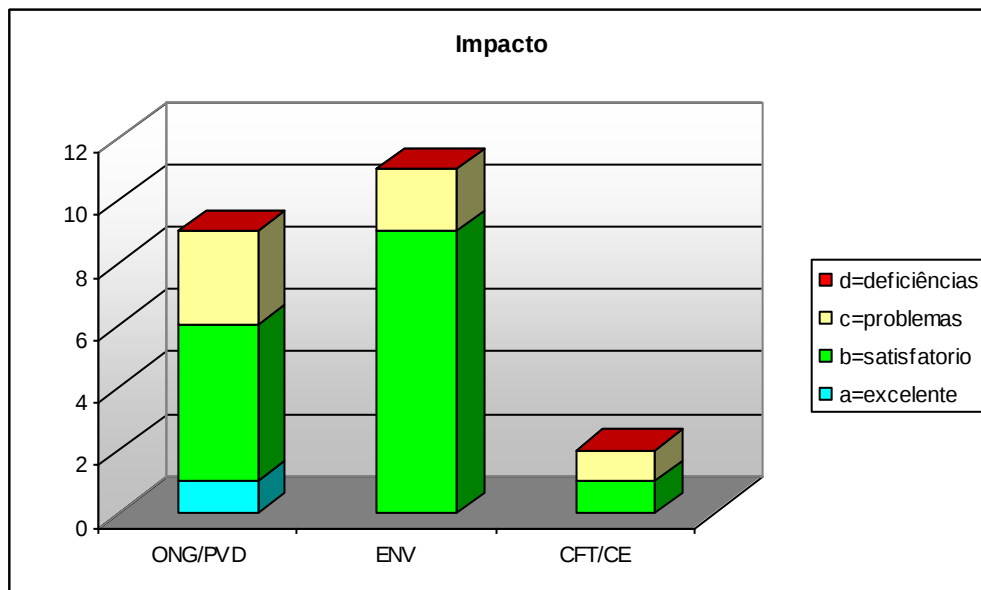
O critério do impacto considera o efeito das mudanças produzidas pela intervenção, nos aspectos setoriais mas amplos resumidos no objetivo geral. No monitoramento externo, os indicadores de impacto geralmente não podem ser verificados, e a análise concentra-se em fazer uma projeção prospectiva da probabilidade de impacto.

Quinze projetos têm um nível satisfatório e um tem um nível muito satisfatório de impacto potencial (verificado no caso dos três projetos monitorados ex-post).

Seis projetos têm problemas para o impacto. Entre esses, três projetos apresentam a cadeia lógica baixa eficiência- eficácia- impacto limitado, característica dos projetos em fim de sua fase de implementação.

Os outros 3 projetos com limitado impacto potencial, foram qualificados assim pela impossibilidade de avaliar o impacto potencial por falta total de indicadores e monitoramento interno ao nível de resultados e objetivos. Isso ligado também a problemas iniciais de planejamento irrealista.

O impacto geral dos projetos melhorou de forma importante comparado com 2006

Gráfico 8 – Valorização do impacto potencial por linha (nº de projetos)

As perspectivas de impacto de vários projetos, ainda alguns problemáticos (como Corredores Ecológicos) foi qualificada de boa, porque fazem contribuições importantes aos processos setoriais nos quais estão inseridos, em particular nos aspectos seguintes:

- Desenvolvimento ou consolidação de espaços de debate público entre a sociedade civil e as instituições públicas.
- Contribuições aos debates de políticas públicas com validação de abordagens e de instrumentos, e com sensibilização dos atores (caso geral dos projetos ENV e de alguns projetos de desenvolvimento social);
- Consolidação dos atores da sociedade civil nos debates de políticas públicas (a maioria de projetos);
- Influência direta ou indireta no marco legal setorial.

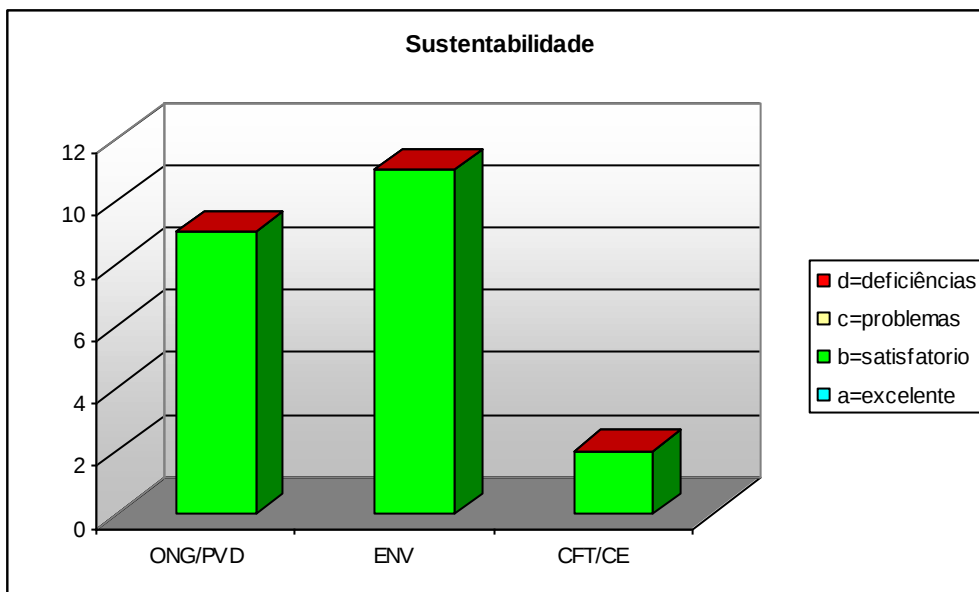
Essas contribuições, geralmente monitoradas de forma qualitativa, constituem um particularidade dos projetos financiados pela CE no Brasil.

Sustentabilidade potencial

A sustentabilidade também é um critério que os monitores avaliam como potencial para os projetos em curso. Consideram várias dimensões da sustentabilidade: financeira, social, institucional, de gênero, cultural, ecológica.

A sustentabilidade foi avaliada boa para todos os projetos. O fato de haver diminuído em caso de 4 projetos, de a para b, não tem muita transcendência e pode ser ligado, pelo menos no caso dos projetos ex-post, a uma avaliação agora mais objetiva.

16 de 22 projetos têm boas perspectivas de impacto. Na maioria dos casos fizeram contribuições importantes à governança nas áreas setoriais correspondentes, com validação de instrumentos, fortalecimento de atores e desenvolvimento de espaços de debates públicos.

Gráfico 9 – Valorização da sustentabilidade por linha (nº de projetos)

A sustentabilidade dos projetos no Brasil é excepcionalmente boa, devido ao desenvolvimento de redes institucionais, parcerias públicas-privadas e diálogos de políticas. O caráter de longo prazo dos programas das ONGs é outro fator de sustentabilidade.

As razões que explicam um alto nível de sustentabilidade de todos os projetos, ainda quando têm problemas na implementação, se explica por características específicas do quadro institucional no Brasil:

- Como explicado anteriormente, a maioria dos projetos é, para as agências de implementação brasileiras, um instrumento para acompanhar temporalmente etapas em processos institucionais de longo prazo; as agências em geral contam com fontes alternativas de recursos pelo menos parciais, para assegurar a continuidade dos processos;
- A constituição de redes de ONGs cada vez mais consolidadas no Brasil, melhora a sustentabilidade institucional; as parcerias privadas-públicas, cada vez mais frequentes entre ONGs, instituições públicas e universidades, também contribuem de forma importante;
- A boa inserção das ONGs sociais e da maioria das ONGs ambientais nos tecidos sociais das regiões onde desenvolvem as intervenções;
- A sustentabilidade econômica das atividades produtivas e comerciais consideradas (com exceções para algumas atividades de agroecologia);
- O apoio político ou pelo menos, o interesse das autoridades para debater aspectos de políticas públicas com a sociedade civil, garantem um entorno político geralmente favorável.

Monitoramento ex-post

A missão avaliou três projetos ex-post: um projeto ONG-PVD (SOS Corpo - Gênero e Cidadania: Projeto Institucional 2003-2006) e dois projetos ENV (Desenvolvimento Sustentável do Corredor Econômico Cuiabá-Santarém na Amazônia Central e Subprograma de Políticas de Recursos Naturais-SPRN).

O monitoramento ex-post concentra-se, a diferencia dos projetos em curso, no impacto e na sustentabilidade dos projetos, a qual resulta mais fácil avaliar de

forma objetiva, sempre que existem as fontes de verificação adequadas. Para o monitoramento ex-post os monitores avaliaram na realidade, se o fluxo de benefícios gerado pelo projeto continuava após o encerramento administrativo.

Nos casos dos três projetos avaliados nessa missão, a permanência das instituições e estruturas responsáveis pela execução, facilitou o trabalho dos monitores.

Alguns comentários específicos devem ser feitos com respeito a esses projetos:

- A valorização da pertinência do projeto “SOS Corpo” melhorou comparada com monitoramentos anteriores, porque a monitora considerou que o bom impacto e a alta sustentabilidade do projeto, tinham relação com a pertinência e qualidade do desenho;
- A valorização da eficácia e impacto dos projetos SPRN e Cuiabá Santarém melhorou porque, comparado com certos problemas que os projetos encaravam no momento do monitoramento anterior, os resultados acumulados ao final da implementação mostravam aportes incrementados aos objetivos. Isso particularmente para o SPRN, a pesar de fortes problemas de eficiência mencionados anteriormente para os projetos PPG7.
- Para a eficácia do projeto Cuiabá-Santarém, a valorização ex-post matizou duma “a” para uma “b”.

A parte mais importante do monitoramento ex-post, as principais lições aprendidas, fica resumida no capítulo seguinte. A importância de algumas lições e boas práticas identificadas, justifica o interesse do monitoramento “ex-post”.

6. Temas de reflexão e recomendações

A missão chamou à atenção vários temas de reflexão que surgem das suas observações e foram discutidas com o pessoal da Delegação em Brasília na apresentação final do dia. A seguir, apresentamos esses temas.

A necessidade de melhorar o monitoramento interno dos projetos

A falta de monitoramento interno ao nível de resultados e objetivos segue sendo um problema na maioria de projetos (16 casos de 22). Essa carência, a qual não é particular do Brasil, deve-se a várias razões mencionadas anteriormente:

- Falta de indicadores adequados no Quadro Lógico;
- Falta de arranjos operacionais adequados para monitorar os resultados e objetivos;

- Falta de aplicar sempre as exigências por parte da CE em termos de integrar o monitoramento de resultados e objetivos nos formatos de relatórios.

Ao nível das agências implementadoras, a falta de internalização dos instrumentos de monitoramento explica as dificuldades. As consequências, além da dificuldade de avaliar eficácia e impacto dos projetos, incluem limitações para a sistematização e replicação dos projetos, uma fraqueza importante porque a maioria dos projetos pretende influir nas políticas públicas e portanto, precisam demonstrar as qualidades das abordagens. Essa mesma fraqueza afeta a visibilidade da Cooperação Européia no Brasil, a qual depende em primeiro lugar da difusão dos resultados atingidos.

Os monitores têm recomendado por muitos anos, melhorar a qualidade dos Quadros Lógicos e dos indicadores, em geral com poucos resultados. Isso devido à pouca internalização dos instrumentos e a falta de experiência das agências na matéria; sejam ONGs ou instituições públicas. Dessa vez a recomendação geral aponta mais diretamente a melhorar o monitoramento de resultados e objetivos a partir da necessidade sentida pelas agências, de ilustrar a eficácia e impacto dos projetos não só para o doador, mas também para os parceiros locais.

Sugestões à Delegação:

- 1. Exigir dos projetos ao início, um plano de monitoramento de resultados e objetivos dirigido em particular a ilustrar a replicabilidade e aplicabilidade às políticas, obrigando a priorizar indicadores mais operacionais.*
- 2. Emitir diretivas para relatórios estruturados com base ao esquema geral do QL e com monitoramento dos indicadores prioritários.*

A necessidade de melhorar o gerenciamento administrativo em projetos de ONGs

Vários projetos de ONGs sofrem de baixo nível no gerenciamento administrativo e financeiro. Manifesta-se nos problemas seguintes:

- Dificuldades de entender e acatar todos os procedimentos administrativos da CE, em particular em casos de consórcios com uma ONG européia responsável, onde os parceiros brasileiros carecem de responsabilidades claras.
- Atraso de relatórios, ocorrência de despesas não elegíveis, carências de informações adequadas nos relatórios.
- Dificuldades de comunicação nos consórcios atrasando a solução de problemas.
- Dificuldades de comunicação com a Delegação.

A consequência mais séria desses problemas, sendo o atraso dos desembolsos da CE afetando a eficiência de alguns projetos, voltando-se crônica em uns casos enquanto outros melhoraram. A missão chegou à conclusão de que

algumas agências carecem de perfil gestor adequado, confiando a administração dos contratos a um pessoal insuficientemente qualificado ou dedicado ao assunto. Nesses casos, os “Info Days” e outros esforços de formação feitos pela Delegação não podem ser suficientes. Outro problema, menor comparado com os anos passados, é que há consórcios carentes de arranjos institucionais claros enquanto às responsabilidades administrativas.

Felizmente, a missão de monitoramento 2008 encontrou um exemplo de boas práticas de gerenciamento no consórcio dirigido pelo Instituto Sócio Ambiental ISA, para implementar o projeto ENV-21 02 05 “Governança Florestal compartilhada na região das nascentes do rio Xingu”.

A execução financeira vai acorde com o planejamento graças a um sistema de controle e monitoramento interno de despesas, que permite a cada parceiro do consórcio adequar-se as exigências de transparência e controle. O ISA desenvolveu um manual de gestão e um compêndio simplificado dos principais procedimentos exigidos pela Comissão Européia. Cada ONG conta com gestor administrativo coordenado por um gestor geral no ISA. Esse exemplo poderia servir de base para apoiar as ONGs com dificuldades a aprimorar sua gestão

Sugestões à Delegação:

- 1. Identificar os problemas administrativos mas freqüentes para focar as recomendações preventivas*
- 2. Revisar os instrumentos desenvolvidos pelo ISA e organizar uma oficina dirigida pelos gestores do ISA para os gestores de outros consórcios*
- 3. Exigir uma tabela com responsabilidades técnicas e administrativas claras dos parceiros em caso de consórcio (veja caso consórcio ISA Xingu).*

As dificuldades de trabalhar de forma eficaz com as estruturas e procedimentos do Governo Federal e do Banco Mundial

Os projetos das linhas CFT e CE, assim como os dois projetos do PPG7 na linha ENV, enfrentaram enormes dificuldades quanto a seguir os procedimentos de repasse de recursos cada vez mais complexos e exigentes do Governo Federal. Essas dificuldades às vezes até anulam os objetivos dos projetos de fortalecer as entidades estaduais ou municipais descentralizadas. Alguns mecanismos, como o CAUC (Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios, constituído para possibilitar consulta sobre o cumprimento das exigências legais para habilitação dos entes federativos para receber transferências voluntárias da União), na pratica voltam impossível respeitar os planejamentos específicos dos projetos.

A eficiência volta ainda mais difícil enquanto as entidades devem procurar combinar os procedimentos federais, estaduais com as exigências dos doadores (CE e também o Banco Mundial, no caso do PPG7).

Os projetos do PPG7 conheceram dificuldades adicionais com o gerenciamento centralizado do RFT (Rain Forest Trust Fund) e com os procedimentos internos do Banco Mundial, os quais ao início não incluíam o uso do Quadro Lógico, e resultam num monitoramento superficial enquanto ao cumprimento de resultados e objetivos. Em consequência, sempre foi tarefa muito difícil para a Delegação, obter informação adequada para avaliar eficácia e impacto dos componentes financiados com recursos comunitários.

A futuro é importante para a Cooperação Européia, evitar investir em mecanismos institucionais e administrativos conducentes à paralise, especialmente porque o incentivo do Governo Brasileiro, com fontes de recursos próprios importantes, não é acessar recursos dificilmente mobilizados, resultando em projetos paralisados e desacreditados, ou quase exclusivamente financiados com recursos nacionais. Essa preocupação, comum com os outros doadores, deve ser respondida por um entendimento mais profundo das possibilidades de mobilizar recursos para as entidades descentralizadas de forma mais eficiente.

Sugestões à Delegação:

- 1. Encomendar estudos comparativos dos mecanismos de repasso de recursos às entidades descentralizadas (PPG7, CFT/CE, ONGs, Fundações) para fazer recomendações precisas para a formulação de futuros programas e projetos descentralizados.*
- 2. Em caso de novas parcerias com o Banco Mundial precisar muito melhor os mecanismos e responsabilidades de monitoramento e comunicação e prever uma estrutura autônoma de monitoramento.*

As dificuldades de gerenciar projetos no contexto de processos institucionais de longa duração

Vários dos problemas de eficiência administrativa e falta de monitoramento da eficácia que frequentemente vêm afetar a qualidade técnica excepcional da maioria dos projetos no Brasil, têm a sua raiz na dificuldade que as agências implementadoras encontram para compatibilizar projetos de curto ou meio prazo, os quais na maioria são financiados a través de editais centralizados em Bruxelas, com seus processos institucionalizados de longo prazo. Várias ONGs brasileiras, com alta capacidade técnica e institucional, desenvolvem programas de longo prazo com componentes de pesquisa aplicada e de diálogos de políticas públicas altamente pertinentes. Na hora de aplicar para os editais centralizados da CE, devem adaptar suas agendas aos objetivos dos editais e às condições de concorrência, provocando alguns problemas já mencionados:

- Objetivos irrealistas no prazo proposto para os projetos;
- Quadros lógicos complexos confundindo os objetivos de longo prazo da agência implementadora com os objetivos de meio prazo do projeto;

- Inadequação entre os componentes financiados dentro do projeto e outros componentes do programa institucional complementares, mas geridos com ciclos e procedimentos diferentes;
- Divorcio entre as necessidades de monitoramento do projeto e as necessidades sentidas da agência implementadora em termos de objetivos institucionais;
- Alianças ad hoc com ONGs européias provocando arranjos operacionais às vezes pouco funcionais.

As qualidades excepcionais do trabalho e da abordagem de muitas ONGs brasileiras poderiam ser valorizadas melhor se os projetos financiados pela CE pudessem enquadrar nos objetivos de longo prazo de forma mais clara. O caráter não repetível dos financiamentos por editais e as quotas reduzidas por país reduzem as possibilidades para a CE financiar e acompanhar os processos mais promissórios. O exemplo do Instituto Sócio Ambiental (ISA) ilustra a dificuldade de assegurar uma parceria mais estável com os instrumentos existentes. Os novos eixos de cooperação do PIN 2007-2013 poderiam oferecer oportunidades para construir maiores sinergias.

Sugestões à Delegação:

- 1. Fomentar a sinergia entre os projetos bilaterais (diálogos de políticas e governança ambiental em particular) e os projetos de ONGs com participação e espaços comuns.*
- 2. Procurar desenvolver editais desconcentrados em temas de relevância para aprimorar a contribuição das ONGs brasileiras mais inovadoras nos processos de diálogos apoiados pela CE.*
- 3. Fomentar a sistematização de experiências dos projetos ONG inovadores em publicações e foros financiados no contexto dos novos eixos de diálogos e de desenvolvimento sustentável.*

Lições aprendidas dos ex-post: as condições do impacto e da sustentabilidade

Os três projetos ex-post têm em comum, ser três projetos bastante bem sucedidos em termos do impacto e da sustentabilidade, ainda se um deles (SPRN) teve sérios problemas de eficiência na execução. Podemos indicar três critérios comuns que explicam esse sucesso:

- O caráter participativo do planejamento e da sua adaptação garante a adequação dos resultados às necessidades dos beneficiários, tanto grupos sociais como instituições;
- As parcerias entre o projeto e instituições de diferentes níveis, com formação de redes formais e informais garantem a apropriação de boas práticas e instrumentos de gestão;
- Uma visão institucional clara e de longo prazo ajuda a integrar os resultados do projeto e a consolidar processos sustentáveis.

Outros aspectos específicos de cada um dos três projetos, detalhados nos relatórios respectivos, apontam ao valor acrescido da cooperação europeia no Brasil, comentado a continuação.

7. Lições aprendidas: o valor acrescido excepcional da Cooperação Europeia nos processos de políticas públicas no Brasil

A missão de monitoramento 2008 ilustrou o caráter particularmente inovador da maioria de projetos monitorados, em matéria de desenvolvimento de boas práticas com replicabilidade na área de governança, a través de processos de diálogos de políticas públicas e de parcerias com o setor público.

Além dos problemas de eficiência que afetam muitos projetos, os quais combinam razões de capacidade institucional com problemas estruturais ligados aos instrumentos da cooperação, chama a atenção a quantidade de experiências inovadoras, de processos e metodologias promissórias, e a sustentabilidade institucional, política e social da maioria das intervenções.

A missão assinala como principal lição aprendida, alguns aspectos que mostram um valor acrescido específico da cooperação no Brasil:

- Financia projetos de parcerias múltiplas que fortalecem o dialogo entre órgãos públicos e sociedade civil em aspectos estratégicos da gestão ambiental e do desenvolvimento social;
- Os projetos permitem reforçar a capacidade inovadora e de sistematização dos melhores parceiros, multiplicada a través de redes bem desenvolvidas;
- As experiências brasileiras de diálogos de políticas e de desenvolvimento de instrumentos de gestão compartilhada apresentam um rico acervo de lições para serem sistematizadas e adaptadas por Europaid em outros cenários.

Seria um erro assumir que o co-financiamento de projetos ONGs no Brasil não tem mais relevância, porque o Governo financia muitos programas ambientais e sociais com recursos próprios:

- O financiamento externo da CE constitui uma garantia de independência e credibilidade para as ONGs envolvidas em processos de geração de boas práticas de governança local e em diálogos de políticas públicas;
- Varias fontes de recursos externos diminuíram ou fecharam (ex cooperação holandesa, britânica).
- O acesso aos recursos dos programas federais é muitas vezes extremamente burocrático, e tende a transformar as ONGs de parceiros em prestadores de serviços.

A cooperação europeia tem muito para ganhar em manter seu apoio às ONGs mais inovadoras do Brasil, porque podem garantir dinamizar cenários de diálogos bilaterais que a Comissão pretende financiar, com experiências práticas e inovadoras de governança local e de participação cidadã. No Brasil, um país emergente, caracterizado por uma sociedade civil dinâmica e muito bem estruturada, existem oportunidades de aprendizagem também para a Cooperação Europeia, num diálogo que pode ser muito mais equilibrado do que em outros países.

A missão de monitoramento externo chegou a algumas recomendações para o futuro:

- a) Aproveitar as experiências e redes para alimentar os processos de diálogo Brasil Europa previstos nos quais o Brasil tem muito que ensinar também.
- b) Evitar a futuro os arranjos institucionais ineficientes (PPG7 ..) e procurar os mecanismos adequados de repasse de recursos.
- c) Focar as ações ambientais e sociais na descentralização estadual e municipal e na validação participativa de instrumentos e políticas na ponta (compensar as abordagens de “comando e controle” e a burocracia federal). Nesse nível encontra-se o maior potencial dos projetos (laboratórios de políticas).
- d) Incrementar o uso de editais desconcentrados para apoiar iniciativas em redes (aprender de PPG7).

8. ANEXOS

1. Quadro resumo dos resultados da missão
2. Relatórios de monitoramento

a	Muito satisfatório
b	Satisfatório
c	Problemas
d	Deficiências

Anexo 1 Resumo dos resultados da missão de monitoramento externo - 2008

Linha orçamentaria	Numero do projeto	Nome do projeto	Qualidade	Eficiência	Eficácia	Impacto	Sustent.
ONG-PVD-21 02 03	2005/095-495	Formação Integral e Inclusão Socioeconômica de Jovens nas áreas menos desenvolvidas do Nordeste brasileiro	b	b	b	b	b
ONG-PVD-21 02 03	2005/095-595	Estabilização da Agricultura Familiar em Frentes Pioneiras do Sul do Pará - Amazônia Oriental - Brasil	c	c	b	b	b
ONG-PVD-21 02 03	2004/063-147	Apoio a comunidades de Quilombos no Brasil: iniciativas inovadoras de desenvolvimento sustentável	b	b	b	c	b
ONG-PVD-21 02 03	2004/063-332	Aprimoramento das condições de vida de mulheres pobres quebradoras de babaçu na floresta de babaçu e no Nordeste	c	b	b	b	b
ONG-PVD-21 02 03	2005/112-055	Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Nordeste do Brasil	c	c	c	c	b
ONG-PVD-21 02 03	2005/094-651	Aprimoramento das condições de vida de agricultores familiares da região do Sertão do São Francisco	b	c	b	b	b
ONG-PVD-21 02 03	2006/118-888	Capacitação e apoio ao desenvolvimento de Comunidades Negras Tradicionais no Brasil.	c	b	b	c	b
ONG-PVD-21 02 03	2006/119-551	Mulheres organizadas gerando novas condições de vida - Brasil.	b	b	b	b	b
ENV-21 02 05	2005/081-390	Superando a Divisão: Aprimoramento de Gestão Florestal, Administração e Mercadejo na Amazônia Brasileira	c	c	c	b	b
ENV-21 02 05	2005/080-916	Introduzindo serviços de Mercadejo, Certificação e Códigos de Conduta em Florestas Brasileiras e Áreas Periféricas	c	c	c	c	b
ENV-21 02 05	2005/081-407	Sistemas integrados de gestão participativa dos recursos florestais e agrícolas pelas populações rurais na Amazônia	b	c	b	b	b
ENV-21 02 05	2005/081-658	Promoção do um ordenamento florestal sustentável através da produção e comercialização de madeira no Estado do Amazonas	b	c	b	b	b
ENV-21 02 05	2005/081-688	Uso sustentável de florestas no complexo florestal Serra das Lontras—Una, estado da Bahia	b	b	b	c	b
ENV-21 02 05	2005/081-415	Construindo consenso sobre o acesso aos recursos naturais da Amazônia Brasileira	c	c	c	b	b
ENV-21 02 05	2006/114-622	FLORELOS: Redes Ecológicas e Sociais das Florestas Brasileiras através do desenvolvimento sustentável em paisagens produtivas	c	c	b	b	b
ENV-21 02 05	2003/076-557	Corredores Ecológicos, Brasil	c	c	c	b	b
ENV-21 02 05	2006/114-422	Governança Florestal compartilhada na região das cabeceiras do rio Xingu	b	a	b	b	b
CFT-19 09 01	2005/017-576	Inclusão Social Urbana	b	c	c	b	b
CE-19 09 02	2005/006-189	Apoio à Inserção Internacional das PMEs Brasileiras	b	d	d	c	b
ONG-PVD-21 02 03	2002/020-348	SOS Corpo - Gênero e Cidadania: Projeto Institucional 2003-2006	a	b	a	a	b
ENV-21 02 05	2002/068-851	Desenvolvimento Sustentável do Corredor Econômico Cuiabá-Santarém na Amazônia Central	b	b	b	b	b
1995/054-357	1995/054-357	Subprograma de Políticas de Recursos Naturais (SPRN)	c	c	b	b	b

Anexo 2. Relatórios de monitoramento



MONITORING REPORT
Brasil – BR – Estabilização da agricultura familiar em frentes
pioneiras do Sul do Pará (Amazônia Oriental).
MR-105302.01 – 1/07/08

I. PROJECT DATA

Project Number: 2005 / 095-595	Task Manager:
Date Financing Agreement signed: 12/12/05	Delegation Advisor: Ana Almeida
Start date – planned: 09/12/05	Monitor: Angela Tonini
Start date - actual: 01/01/06	Project Authority: GRET
End date – planned: 08/12/08	Sector/Subsector: 31100 - Agriculture
End date - likely: 31/12/08	Monitoring visit date: From : 19/05/08 - To: 23/05/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	632621
Secondary Commitment (funds contracted):	€	632621
Funds Disbursed by the Commission:	€	245186
Expenditure Incurred by Project:	€	579253

* As at: **10/06/08**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	c
2. Efficiency of implementation to date	c
3. Effectiveness to date	b
4. Impact to date	b
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O projeto, tratado localmente como Projeto Terra Verde, é relevante para a população beneficiária (frentes pioneiras de pequenos agricultores do sul do Pará) por oferecer-lhes alternativas estratégicas para revalorizar e reforçar a pequena agricultura familiar e, portanto, contribuir para a sua permanência em seus lotes, contendo o desmatamento da região, sendo pertinente também às políticas do governo brasileiro. O OG responde, então, às necessidades identificadas pelos grupos beneficiários do projeto. Entretanto, o desenho do projeto é confuso, fragmentado e muito ambicioso quanto aos OEs, sendo o período de 3 anos muito curto para alcançá-los na totalidade num contexto tão complexo como é o da agricultura familiar no sul do Pará. Os resultados 1.1, 1.2 e 2.1 têm uma cobertura superdimensionada. O alcance do R1.1 (1000 famílias modificando técnicas de produção e difusão dessas técnicas) depende da redução da atividade pecuária (que na verdade tem se expandido) e da soja na região, ligadas a políticas do governo, e o R2.1 (1000 famílias comercializando) é condicionado a macro variações de preços. O R1.2 (125 jovens agricultores formados envolvendo 750 famílias), quando planejado, não levou em conta a disponibilidade de meios que não dependem do projeto, como 3 monitores, nem as condições logísticas e de distâncias da região, o que pode ameaçar o alcance do OE1.

2. Efficiency of implementation to date.

O projeto apresenta uma taxa de eficiência financeira baixa. Do orçamento total foram executados apenas 68,2%, estando o projeto a 7 meses da finalização. O relatório financeiro do primeiro ano (2006) só foi aprovado em fevereiro de 2008 e GRET tem antecipado recursos para evitar a interrupção das ações do projeto. O relatório financeiro de 2007 ainda não foi finalizado. Há uma adequada programação global e planos de atividades específicos de cada uma das entidades locais executoras (CPT, CFR, CAPPRU e ADAFAX), mas não há uma compreensão clara dos planos financeiros nem a apropriação da construção de instrumentos adequados de gestão do projeto como um todo por parte dessas entidades. ADAFAX, criada como aglutinadora das 3 executoras, assumiu o papel de gestora do Projeto, mas tem baixa capacidade de gestão técnica, administrativa e financeira. Os representantes das entidades executoras avaliam que o projeto teve até agora uma taxa de realização de 75%-80%. Com relação ao R1.1 (1000 famílias tendo modificado técnicas de produção, 250 a partir de acompanhamento direto do projeto, 750 a partir de encontros... para facilitar sua permanência no local), atualmente são atingidas

diretamente 260 famílias no total (180 famílias pela CAPPRU e 82 jovens das CFRs e suas famílias); a difusão não atingiu um número maior de famílias pelo fato de as CFRs terem realizado apenas duas turmas de alunos. O R1.2 (formação de 125 jovens agricultores envolvendo mais 750 famílias das suas comunidades e consolidação de 2 CFRs) tem poucas chances de ser alcançado até ao final do projeto, uma vez que apenas 14 jovens foram formados nas alternâncias, em 2007 devido à não realização das turmas planejadas e das dificuldades de acompanhamento dos grupos pelo único técnico. O R1.3 foi alcançado, tendo sido criada a ADAFAX como aglutinadora das três entidades executoras, tendo passado a funcionar como gestora do projeto a partir de janeiro de 2007. O R2.1 (1000 famílias do Alto Xingu comercializam cacau e produtos agroflorestais sustentáveis em 3 postos de compra e venda da CAPPRU) está no caminho de ser cumprido, e 800 famílias estão se beneficiando da comercialização de cacau, castanha, pimenta e milho, em 3 postos de compra e venda da CAPPRU. O fortalecimento da CAPPRU é um resultado (2.2) que está sendo alcançado, com aumento do volume de comercialização da Cooperativa entre 2006 e 2008. O R3.1 (implementação de programas de estabilização da AF em 3 regiões do sul do Pará em parcerias com CFRs e ARCAFAR) tem boas perspectivas de ser cumprido, já que há negociação de projetos no Território Alto Xingu e foi criada a Comissão Articuladora das 4 CFRs, para promover a integração das Casas, o intercâmbio de experiências e o monitoramento do acompanhamento às famílias. Com relação ao R3.2 (adoção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável da AF pelos poderes públicos em parceria com a sociedade civil - CPT, CFRs, Cooperativas), observam-se avanços na direção do seu cumprimento com a implantação do Território Alto Xingu pelo MDA, as parcerias com as prefeituras de Tucumã e de São Félix, a articulação com a SEMA (Secret. Meio Ambiente) e o ITERPA para efetivar a organização da APA Triunfo (criada em 2006) e o apoio à aprovação do convênio com a SEDUC (Secr. Educação), que incorporará a metodologia da Pedagogia da Alternância e absorverá 80% dos técnicos do projeto, convertendo as ações das CFRs em uma política pública.

3. Effectiveness to date.

Com relação ao OE1, com os resultados que o projeto já produziu pode-se inferir que há mudanças nas estratégias familiares e nos sistemas de produção e há indicações de pequenos incrementos na renda das famílias dos agricultores já atingidos diretamente pelo projeto. Quanto ao OE2, o melhor resultado do projeto é o fortalecimento da CAPPRU, que aumentou em 70% o seu volume de comercialização de 2006 a 2008 (de 350t para mais de 500t) e está se consolidando na região; a comercialização dos produtos de centenas de pequenos produtores e fornecedores da região nas lojas da CAPPRU é uma realidade que antes era impensável para eles. A adoção do Fundo Rotativo está permitindo o acesso de 143 cooperados da CAPPRU ao pequeno crédito. Seis pequenos agricultores do núcleo ALAX (Associação de Lavradores do Alto Xingu) da CAPPRU se uniram para acessar o pequeno crédito e compraram a bomba de pulverização do cacau para melhorar a qualidade do produto e aumentar a sua comercialização. O beneficiamento da terra com a introdução das técnicas de mecanização e a instauração do processo de certificação no mercado justo e orgânico, já iniciado em 2008, são também boas perspectivas dos pequenos agricultores familiares para a diversificação e o aumento da qualidade da produção e o incremento da comercialização, inclusive em novos mercados. Ainda que em pequena escala, os jovens filhos de agricultores familiares participantes das CFRs declaram nas suas famílias que estão satisfeitos com a formação e as novidades técnicas que aprendem e querem permanecer no local, além de se observar a aquisição de novos valores e atitudes positivas nos jovens frente à família e melhor equilíbrio nas relações familiares e comunitárias. Com relação ao OE3, não há uma consolidação da pequena agricultura familiar no sul do Pará e provavelmente isso não será verificado até ao final do projeto. O projeto, no entanto, está abrindo vias para isso, fomentando a intensificação das relações das organizações da sociedade civil com os poderes públicos e negociando projetos, como se verifica com os 3 projetos do Território Alto Xingu elaborados, sendo dois aprovados, e convênios estabelecidos com as prefeituras para o apoio às CFRs. São também significativas a articulação com a SEMA e o ITERPA, para efetivar a organização da APA Triunfo, e a publicação das atas do seminário Agricultura Familiar - Cameta.

4. Impact to date.

Ainda é cedo para falar de impacto, mas é possível fazer algumas considerações. Poderão se evidenciar impactos com a garantia da continuidade da política do governo federal e o compromisso dos novos prefeitos (em 2008 há eleições municipais) para dar continuidade às negociações e acordos já conveniados. As ações do projeto poderão provocar a implantação de serviços públicos em São Félix, onde, por enquanto, não há estruturas do INCRA, do IBAMA, do INSS e outros. Positivamente, as ações do projeto têm possibilitado ampliar os horizontes para o reforço e consolidação da agricultura familiar no sul do Pará. GRET teve a liderança na montagem do projeto IEB e também apoiou na elaboração do projeto Direitos Humanos encaminhado pela ADAFAX para concurso ao financiamento da CE em 15/05/08. Esses projetos virão somar e reforçar o que se está conseguindo com o Projeto Terra Verde. A atuação qualificada da ADAFAX e um protagonismo decisivo e proativo das entidades executoras é outro fator que poderá potencializar os impactos do projeto. Poderá se verificar um impacto positivo se o projeto

tiver a capacidade de potencializar e monitorar o trabalho de grupos com os jovens. O projeto traz como novidade a participação da família no ensino dos jovens na escola (CFR). Nesse sentido, aumenta a legitimidade do jovem frente à família por que é ele quem traz o novo aprendizado, num tipo de escola que é adequada à realidade familiar. Discutir a agricultura familiar sustentável implica discutir a comercialização (nos sentidos técnico e formativo). Nesse âmbito, o projeto deve trabalhar a territorialização, ampliando os seus parceiros para além do setorial (Sindicatos, parcelas das igrejas, cooperativas, movimentos populares, etc).

5. Potential sustainability.

Economicamente, são indícios de sustentabilidade: (i) as atividades cacauzeiras dos agricultores familiares cooperados da CAPPRU têm boas chances de se sustentar na medida em que, apesar da fragilidade do cacau em relação à pecuária, há certa estabilidade do preço do cacau e é um produto de consumo nacional. (ii) a elaboração e apresentação de projetos visando novos financiamentos, tanto nacionais como internacionais. Com relação à sustentabilidade social: (iii) a Comissão Articuladora das quatro CFRs promove a integração das ações das duas CFRs que o projeto apóia com as CFRs de Conceição do Araguaia e Redenção / Santa Maria das Barreiras, sendo um elemento estratégico para o fortalecimento da expansão da agricultura familiar em toda a região sul do Pará; (iv) a ADAFAX tem importância estratégica, dado que esta Associação pode auxiliar na sistematização e propagação das experiências vividas no projeto a outros grupos, oportunizando as relações com as forças políticas e institucionais locais em torno da estabilização da agricultura familiar; (v) o trabalho organizado em grupos protagonizados pelos jovens das CFRs e suas famílias, os agricultores experimentadores de técnicas de produção e os sócios da CAPPRU e seus núcleos, que se articulam com as comunidades e os fornecedores da CAPPRU, é uma estratégia positiva de discussão e implementação de ações para o desenvolvimento local. Politicamente, são bons indícios: (vi) a consonância do projeto com a política agrária do Governo e o plano de luta contra o desmatamento na Amazônia; (vii) a busca de interface com a atuação do IBAMA e do Ministério do Trabalho na luta contra o desmatamento ilegal e o trabalho escravo; (viii) a celebração de parcerias e os convênios das organizações da pequena agricultura familiar com os poderes públicos, notadamente com as prefeituras, a CEPLAC e o INCRA. No nível institucional são indicativos: (ix) as parcerias entre organizações sociais e produtivas setoriais (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, CAPPRU, CFRs) e órgãos públicos, particularmente no campo da assistência técnica aos assentados, que representam mais da metade dos pequenos agricultores na região; (x) a Pedagogia da Alternância, que há 20 anos é utilizada pelas EFAs (Escolas de Famílias Agrícolas) e pelas CFRs, será legitimada e consolidada com a sua incorporação pela SEDUC; (xi) a rede de instituições técnicas no nível estadual poderá se beneficiar com a potencialização da EMBRAPA. São indícios de sustentabilidade ambiental: (xii) utilização de técnicas de produção sustentáveis como alternativas à pecuária extensiva e ao desmatamento, (xiii) estímulo ao abandono de agrotóxicos, com maior consciência dos pequenos agricultores sobre isso; (xiv) utilização de rações dos lotes dos pequenos agricultores na piscicultura; (xv) fertilização agroecológica; (xvi) a observância ao Código Florestal, que obriga a manter 80% de reserva legal ambiental.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

Para GRET e Comitê Gestor do Projeto: 1) Para aumentar a possibilidade de alcance do OE1: a) Reforçar a demanda aos órgãos parceiros responsáveis para dispor dos monitores necessários para a formação dos jovens agricultores nas CFRs, especificamente em São Félix do Xingu, e aumentar o número de turmas oferecidas; b) Intensificar o trabalho de visita e acompanhamento às famílias, para aumentar a capacidade de difusão das atividades e técnicas de produção sustentável. 2) Estabelecer nos planos de atividades uma priorização hierárquica das ações, a fim de otimizar a utilização dos recursos disponíveis até ao final do co-financiamento do projeto; 3) Reforçar as CFRs, especialmente a capacidade operacional e de gestão da Diretoria da CFR São Félix do Xingu; eventualmente, substituir o atual tesoureiro desta CFR; 4) Reforçar a atuação e o papel de gestora da ADAFAX com mais capacitações em gestão técnica, administrativa e financeira.

Para GRET e ADAFAX: É recomendável sistematizar as experiências de acompanhamento dos grupos e de difusão de técnicas de agricultura familiar sustentáveis para garantir a multiplicação dessas experiências.

Para a Delegação CE: Melhorar a comunicação com o projeto e o seu acompanhamento, visando oferecer o suporte necessário para melhorar a eficiência do projeto.



MONITORING REPORT
BRASIL – BR – MULHERES ORGANIZADAS GERANDO
CONDIÇÕES DE VIDA.
MR-105360.01 – 01/07/08

I. PROJECT DATA

Project Number: 2006 / 119-551	Task Manager:
Date Financing Agreement signed: 22/12/06	Delegation Advisor: Denise Verdade
Start date – planned: 01/01/07	Monitor: Angela Tonini
Start date - actual: 01/01/07	Project Authority: Oxfam-Novib
End date – planned: 31/12/10	Sector/Subsector: 15164 – Women in Development
End date - likely: 31/12/10	Monitoring visit date: From : 02/06/08 - To: 06/06/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	1.769.339
Secondary Commitment (funds contracted):	€	1.298.500
Funds Disbursed by the Commission:	€	231.594
Expenditure Incurred by Project:	€	312.349

* As at: **10/06/08**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	b
2. Efficiency of implementation to date	b
3. Effectiveness to date	b
4. Impact to date	b
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O projeto é focado nos grupos populares de mulheres de baixa renda organizadas em Pernambuco, cujas necessidades foram identificadas através da ação capilar do SOS Corpo em mais de 25 anos de trabalho com e para mulheres dos tecidos urbanos e rurais de Pernambuco, especialmente as mulheres pobres e desfavorecidas econômica e socialmente. Isso confere alta relevância ao projeto, que focaliza os DHESC, o direito ao trabalho e renda e o direito à cidade (saneamento e moradia) da população beneficiária, da qual 70% são mulheres. A estrutura lógica do projeto é coerente e compreensível, refletida num quadro lógico simples e claro. Os IOVs correspondentes ao OG estão bem definidos e este tem boas perspectivas de alcance, sendo alta a probabilidade de confirmação da estabilidade política e do não agravamento das condições econômicas no Brasil ao término do projeto. Os indicadores de alcance do OE são adequados e as hipóteses a esse nível são factíveis de confirmação. Os resultados esperados descritos são, em geral, adequados para o alcance do OE e têm IOVs claros. Deve-se observar que a mensuração dos IOVs a nível dos resultados deve partir de uma linha de base, cuja definição por parte do projeto não chegou ao conhecimento da monitora da missão. As atividades planejadas são coerentes com os resultados a serem atingidos e os meios são adequados para executá-las.

2. Efficiency of implementation to date.

O projeto apresenta até agora bom nível de eficiência. Os recursos chegaram a tempo para a sua execução e têm sido geridos de forma transparente e eficiente. Do orçamento total do projeto para os 4 anos foram utilizados até dezembro de 2007 € 312.349 (incluindo os custos administrativos), o que correspondeu a uma execução financeira de aproximadamente 17, 65%. Dos recursos recebidos da CE em 2007 (€ 231.594), foram gastos 92,24%. Em virtude da valorização do real em relação ao dólar e ao euro, para manter a execução compatível com os custos planificados a gestão do projeto tomou medidas preventivas como, por exemplo, a redução dos custos de infraestrutura de eventos, sem prejuízo dos resultados, e a potencialização dos recursos reduzindo gastos através do uso de serviços de organizações parceiras locais. O projeto alcançou no primeiro ano em torno de 80% de realização do que foi previsto. Os resultados alcançados dizem respeito ao aumento da participação das mulheres nas instâncias de gestão democrática, como nos Conselhos da Mulher e do Orçamento Participativo, à maior veiculação de informações sobre as mulheres na mídia comercial e alternativa (rádios comunitárias e

sites de movimentos), à alta frequência aos cursos de capacitação e ao aumento da demanda por informação por parte das organizações.

3. Effectiveness to date.

A melhoria do acesso aos serviços sociais básicos e aos programas de trabalho e geração de renda das mulheres com baixos índices de desenvolvimento humano que vivem em localidades rurais e urbanas no Estado de Pernambuco é um propósito factível de ser alcançado se se mantiverem as tendências de consecução dos resultados apresentados pelo projeto até agora. Até o momento não é possível quantificar o atingimento das metas para o alcance do OE. Qualitativamente, entretanto, na Conferência das mulheres ocorrida em 2007, em que participaram grupos populares de mulheres organizadas de Pernambuco, foram aprovadas resoluções ligadas ao trabalho rural e à reforma da Previdência para evitar a perda dos direitos de aposentadoria das empregadas domésticas e das trabalhadoras rurais. No caso da Conferência das cidades, as resoluções relativas à titularidade da casa em nome das mulheres que devem se transformar em legislação já estão para ser implementadas.

4. Impact to date.

O projeto tem apresentado boas chances de produzir e manter impacto. A probabilidade de que a estabilidade política no Brasil se mantenha e de que as condições econômicas não se agravem é alta e, se isso se confirmar, os eventuais impactos do projeto poderão ser garantidos. Através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres o Governo Federal tem buscado recursos de parceiros nacionais e internacionais para que sejam repassados aos Estados brasileiros que implementam estas políticas. No plano da coordenação setorial ao nível da sociedade civil, há também uma forte e sólida relação de parceria política do SOS Corpo com o Fórum de Mulheres de Pernambuco e a Articulação de Mulheres Brasileiras. Os potenciais impactos poderão ser mantidos a nível amplo através da rede de relações interinstitucionais em que SOS Corpo se insere na articulação com estes e outros parceiros, como: a Plenária de mulheres da Articulação de Entidades da Zona da Mata, a Secretaria de Mulheres da CUT, o Fórum estadual da Reforma Urbana, a Rede feminista de Saúde, a Coordenadoria da Mulher da Cidade do Recife, a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Saúde e a Secretaria Estadual de Defesa Social.

5. Potential sustainability.

Há bons indícios de sustentabilidade. Ao nível financeiro, para manter e ampliar os serviços e resultados do projeto este precisará de novos recursos através da cooperação internacional, já que apesar de o projeto contribuir para a melhoria das condições de vida das mulheres pobres e desfavorecidas sob vários aspectos estes não serão totalmente sanados com o ciclo do projeto, dada a magnitude dos problemas a resolver. Quanto à sustentabilidade social, o nível de apropriação do projeto pelos beneficiários é alto; SOS Corpo aposta exatamente que ao final do projeto se produza o fortalecimento que só é possível com a apropriação. Além disso, o projeto tem um efeito multiplicador natural: é enraizado nas comunidades, sendo dirigido a grupos populares organizados de mulheres, portanto compostos de associações de moradores, associações de trabalhadoras, associações de mulheres de bairros e outras aglutinações similares que têm penetração nas comunidades onde se localizam, ocorrendo a transmissão natural dos conteúdos do projeto. A sustentabilidade política depende do apoio político do próprio SOS Corpo e da sua incidência, que é uma vertente bastante forte na ação do Instituto, e a contribuição do projeto para a democratização é fortíssima, já que isso é a sua própria razão de ser. Ao nível institucional, o projeto se integra e aprimora a própria lógica de gestão do SOS Corpo e das suas organizações parceiras locais, de modo a que trabalhem evitando desvios e aumentem suas capacidades institucionais; assim, é esperado que as novas organizações populares de mulheres se fortaleçam e consigam continuar o fluxo de serviços e benefícios propiciados. A consciência dos/as beneficiários/as sobre as desigualdades entre homens e mulheres, com desvantagem destas, e sobre as possibilidades de mudar essa situação a partir da consciência dos direitos das mulheres, que o projeto promove, contribui para romper com preconceitos e tabus, o que é de importância fundamental para conferir sustentabilidade sócio-cultural ao projeto e consolidar a democracia no país.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

<u>SOS Corpo e Novib/Oxfam</u>: Sugere-se ajustar o IOV correspondente ao R1 no que diz respeito à aferição da influência das decisões das organizações de mulheres sobre as políticas públicas, visando potencializar a probabilidade de alcance do OE; <u>SOS Corpo</u>: Sugere-se analisar a eventual redução da capacidade financeira do projeto em função da revalorização do Real frente ao Dólar e ao Euro, visando encontrar uma solução que não implique redução de atividades nem ponha em risco o alcance e a qualidade dos resultados.



MONITORING REPORT
BRAZIL – BR – Shared forest governance in the Xingu river
headwaters region.
MR-105380.01 – 01/07/08 (Date of Report)

I. PROJECT DATA

Project Number: ENV-2005/114-422	Responsible AIDCO: Not applicable
Date Financing Agreement signed: 15/12/06	Responsible EC Delegation: Cristina Carvalho
Start date – planned: 16/12/06	Monitor: Frans Geilfus
Start date - actual: 01/01/07	Project Authority: Instituto Socio Ambiental (ISA)
End date – planned: 16/12/10	Sector/Subsector: 41010 – Environmental policy and administrative management
End date - likely: 31/12/10	Monitoring visit date: From : 14/05/08 - To: 06/06/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	3,363,126
Secondary Commitment (funds contracted):	€	3,363,126
Funds Disbursed by the Commission:	€	1,600,614
Expenditure Incurred by Project:	€	863,394

* As at: 30/05/08

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	b
2. Efficiency of implementation to date	a
3. Effectiveness to date	b
4. Impact to date	b
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O projeto é altamente pertinente para as necessidades de desenvolvimento da governança ambiental no Brasil em geral, e na bacia amazônica em particular. A lógica de intervenção se concentra em importantes vazios e fraquezas do quadro legal e dos mecanismos de governança, em primeiro lugar nas condições para aplicar em propriedades a legislação sobre Áreas Prioritárias de Proteção (APP) incluindo matas ciliares e nascentes. O projeto aborda o problema do desmatamento da alta bacia do Xingu, amplamente ocupada por propriedades e uma minoria de assentamentos agrários, desde o ponto de vista do ordenamento e da governança ao nível de cada propriedade, considerando mecanismos adaptados de aplicação e incentivos positivos. A proposta complementa a procura de mecanismos de governança, com pesquisas em campo para desenvolver técnicas de recuperação de matas ciliares degradadas, mecanismos de informação e mobilização social, e diálogos de políticas públicas. O caráter inovador da abordagem é o trabalho direto com grandes fazendeiros de gado e soja, para terminar com a "diabolização" dum setor cuja participação voluntária é imprescindível para melhorar a gestão ambiental na região. Os objetivos respondem a prioridades da política nacional e estadual de meio ambiente a qual procuram aprimorar e fortalecer. O projeto conta com uma matriz lógica clara e bem estruturada, com objetivos claros e resultados específicos para diferentes atores da governança ambiental. O indicador de eficácia relativo à recuperação de matas ciliares parece pouco realista e precisa ser revisado. A matriz carece ao nível dos resultados, de indicadores mais claros da geração de experiências, metodologias e instrumentos para serem discutidos em foros de políticas públicas e voltar-se replicáveis, para assim contribuir ao objetivo do projeto. Sem tais indicadores o projeto poderia perder de vista a importância de sistematizar as etapas dos processos e avaliar todos os resultados, intermédios como finais, que puderam ser valorizados para o dialogo político. O projeto é implementado por um conjunto de 5 parceiros, liderados pelo Instituto Socioambiental (ISA), com funções complementarias bem definidas e arranjos claros de coordenação.

2. Efficiency of implementation to date.

A execução do projeto mostra características de eficiência notáveis, com boas práticas de gestão merecedoras de replicação com outros consórcios de ONGs. A execução financeira vai acorde com o

planejamento e conta com um sistema de controle e monitoramento interno de despesas que permite a cada parceiro do consorcio adequar-se às exigências de transparência e controle. O projeto desenvolveu um manual de gestão e um compêndio simplificado dos principais procedimentos exigidos pela Comissão Europeia. Cada ONG conta com gestor administrativo coordenado por um gestor geral no ISA. A execução das atividades, regularmente monitorada, é satisfatória. Já aparecem alguns resultados intermédios significativos, que indicam a probabilidade de atingir com alta qualidade pelo menos 4 dos 5 resultados: 1) a geração duma base cartográfica detalhada dos municípios de Marcelândia e Querência, com informação fundiária, que possibilita um processo muito interessante de ordenamento territorial municipal incluindo: a identificação de passivos ambientais por propriedades, uma avaliação preliminar de custos de recuperação, a discussão de possibilidades de compensações de áreas, e a compatibilização do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) estadual com a realidade local. 2) O desenvolvimento de uma rede de ensaios de técnicas de recuperação de matas ciliares em diferentes condições em fazendas e assentamentos 3) A implementação de um sistema de cadastramento socioambiental de propriedades medianas e grandes, com compromisso ambientais voluntários ligados a sistemas de incentivos do setor privado, principalmente da cadeia de carne bovina. No setor de agricultura familiar, a situação de falta de organização, baixa coerência social, ausência de articulação de cadeias produtivas sustentáveis, isolamento e falta de apoio institucional, apontam a dificuldades para atingir resultados abrangentes.

3. Effectiveness to date.

A cobertura ampla do projeto e a implementação dum plano de comunicação ambicioso, junto a articulações múltiplas, garantem uma participação de todos os setores alvo do projeto, porém com diferentes níveis. A eficiência demonstrada aponta à possibilidade de concretizar, no curto prazo, indicadores de transferência de experiências promissórias nos espaços de debate de políticas públicas. Até agora as ações na região da Estrada BR-163 nos aspectos de agricultura sustentável carecem ainda duma estratégia viável para desenvolver experiências piloto com possibilidades de réplicas.

4. Impact to date.

O projeto tem potencial para fazer importantes contribuições à governança ambiental, nos aspectos ligados às APP, ao Zoneamento Ecológico-Econômico, ao monitoramento das propriedades e ao problema da implementação da Reserva Legal, com experiências práticas e instrumentos validados. Aportará sem duvida respostas interessantes para compatibilizar mecanismos de planejamento e de fiscalização ambiental tais como o Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais implementado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, com processos de participação e gestão compartilhada ao nível local. Assim deveria ser possível consolidar cadeias de governança ambiental muito mais funcionais, partindo dum cenário considerado o mais crítico no Brasil.

5. Potential sustainability.

A sustentabilidade institucional e social do projeto fica assegurada por sua abordagem de geração de experiências compartilhadas e de dialogo de políticas. A sustentabilidade financeira das técnicas de recuperação florestal ainda é difícil nas condições atuais, mas existem oportunidades institucionais e de mercado pesquisadas no contexto do projeto e de outras parcerias, que deveriam ajudar a viabilizar os resultados. O dialogo sobre os instrumentos e metodologia com as instituições estaduais, municipais e federais deveria ser permanente e começar com os primeiros resultados intermédios promissórios (zoneamento municipal, monitoramento do passivo ambiental) para consolidar resultados institucionais.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

O projeto combina pertinência com eficiência e já mostra capacidade para gerar boas praticas.

To EC DEL: revisar o manual e os instrumentos desenvolvidos pelo ISA para a gestão do consorcio, e invitar os gestores do ISA para organizar uma capacitação e motivação de outros consórcios de ONGs atualmente com problemas de gestão administrativa. Tal processo de “peer learning” poderia consolidar os esforços consentidos a través dos “infodays” organizados pela Delegação e ajudaria a resolver problemas de eficiência em vários contratos.

To Project Management:

1. Aprimorar os indicadores de resultados para incluir produtos dos processos pilotos: metodologias, instrumentos, experiências replicáveis. Prever indicadores intermédios para tomar em conta o caráter de processo de cada experiência, por exemplo os produtos intermédios do zoneamento que merecem sistematização e dialogo com parceiros institucionais. 2. Revisar o indicador de cobertura da recuperação de matas ciliares. 3. Para consolidar o trabalho em assentamentos agrários, focar a intervenção num lugar onde seja possível iniciar uma ação de tipo piloto para ilustrar as dificuldades do ordenamento e da gestão de recursos naturais em situação de insegurança fundiária, as possibilidades de melhorar as ações coletivas e o suporte das políticas públicas em temas prioritários (prevenção de queimadas, articulação de cadeias produtivas sustentáveis).



MONITORING REPORT
BRASIL – BR – Capacitação e apoio ao desenvolvimento de
Comunidades Negras Tradicionais no Brasil.
MR-105400.01 – 01/07/08

I. PROJECT DATA

Project Number: 2006/118-888	Task Manager:
Date Financing Agreement signed: 26/12/2006	Delegation Advisor: Rita Cauli
Start date – planned: 01/01/2007	Monitor: Grazia Faieta
Start date - actual: 01/01/2007	Project Authority: ChristianAid
End date – planned: 18/12/2009	Sector/Subsector: 15162 – Direitos Humanos
End date - likely: 18/12/2009	Monitoring visit date: From : 02/06/2008 - To: 06/06/2008

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	1.073.586
Secondary Commitment (funds contracted):	€	1.073.586
Funds Disbursed by the Commission:	€	279.676
Expenditure Incurred by Project:	€	390.340

* As at: **31/12/07**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	c
2. Efficiency of implementation to date	b
3. Effectiveness to date	b
4. Impact to date	c
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O projeto centra a sua estratégia de apoio às Comunidades Negras Tradicionais na defesa dos seus Direitos humanos fundamentais. O Objetivo Geral (OG) e o objetivo específico (OE) são coerentes e estão baseadas em diferentes políticas públicas relacionadas às Comunidades e Povos Tradicionais. Os Resultados esperados (RE) são, no geral, adequados, embora demasiados ambiciosos. Alguns IOVs são muito genéricos e dificilmente poderão servir para medir objetivamente a realização dos RE e do OE, sobretudo no nível qualitativo. Também há IOV que não estão sob controle do projeto e depende de fatores externos que não foram considerados nas hipóteses (regularização da posse da terra). O parceiro local Koinonia tem capacidade de gestão adequada, mais tem uma concentração dos recursos no nível central (escritório do Rio de Janeiro).

2. Efficiency of implementation to date.

No primeiro ano de execução o projeto teve uma boa eficiência: os recursos foram disponíveis em tempo e forma, baseado no acordo interno entre os parceiros europeus e a Koinonia. Embora, até agora a Christian Aid não tenha recebido o desembolso do segundo ano por parte da CE, devido a um mal entendido sobre o montante solicitado (cujos dados corretos estão no Adendo ao Contrato). As atividades planejadas foram executadas em quase 90%, com a concentração das mesmas nas Comunidades de Terreiros de Candomblés (CTC) em Salvador, também foram realizadas as atividades de comunicação e advocacy no nível nacional. Um único atraso foi em relação a realização de levantamentos diagnósticos das Comunidades Negras Litorâneas (CNL), a causa da mudança no número de CNL de 4 a 22, (graças à uma parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e com o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) de Camamu). Os resultados atingidos a nível quantitativo são superiores ao previsto; mais em termos de qualidade, são difíceis de se avaliar, devido ao fato de que a maioria tem a ver com o processo de formação que não foi finalizado. Um resultado importante com as CTC foi uma ação das comunidades sobre o tema da água "Cartas pelas águas", junto à Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia. A comunicação entre os parceiros europeus e local é boa e tem melhorado com a presença do escritório de Christian Aid no Brasil (ano 2008).

3. Effectiveness to date.

O projeto tem uma discreta efetividade, sendo os seguintes serviços disponíveis para os beneficiários: formação sobre direitos, saúde e formação nas oficinas de artes e ofícios, informação através dos materiais produzidos (revista “Fala Egbé”, cartilha dos direitos, cartilha institucional, site internet que recebeu, em média, 11.959 visitas por mês durante o ano 2007).

Embora o contexto externo, pelas CNL, esteja bastante modificado, por causa das novas regulamentações relacionadas com as comunidades Quilombolas: de um lado as prefeituras estão interessadas em ter o reconhecimento das comunidades o mais cedo possível; por outro lado, as comunidades precisam fazer um processo de auto-reconhecimento que é complicado tendo em vista que tem a ver com a sua identidade e com as formas de posse da terra. Neste contexto, a gestão do projeto, tem se envolvido com o STR para ampliar a cobertura, mais ainda não mudou a metodologia para poder se adequar às novas condições, o que pode incidir negativamente na eficácia futura.

4. Impact to date.

Embora, as hipóteses em nível de OE estão sendo verificadas, principalmente pela boa conjuntura política nacional, em favor das Comunidades e Povos Tradicionais, o impacto do projeto, depois de um ano e meio de execução, resulta parcialmente positivo: - nas CTC (onde o processo de formação e acompanhamento foi feito de forma mais sistemática) existe maior fortalecimento, mais ainda não tem assumido autonomamente o rol de Agentes de Desenvolvimento Local; A gestão do projeto tem apoiado a utilização de estratégias que garantem o respeito pela cultura das CTC: em particular para a regularização das associações (estatutos especiais); a ficha de medição do impacto utilizado pela “Marca Zero” é relativamente subjetiva. - nas CNL o impacto do projeto, ainda é muito incipiente: o mesmo impacto poderia melhorar graças à parceria com o STR, fazendo uma adaptação da própria estratégia de intervenção o mais cedo possível.

5. Potential sustainability.

O projeto apresenta uma boa sustentabilidade nos seguintes aspetos: apropriação por parte dos beneficiários, apoio político, capacidade institucional, aspectos sócio-culturais, tecnologia e meio ambiente. Os elementos críticos da sustentabilidade estão: na viabilidade econômico-financeiro da mesma estrutura da Koinonia, no nível central para garantir a continuidade das atividades de comunicação e *advocacy*, e no nível regional para garantir a assessoria para às CNT; nas CNT a viabilidade econômica pode ser fortalecida com a execução dos projetos de Alternativas de Desenvolvimento Local, previstas no ano dois e três; no nível de igualdade entre homens e mulheres, até agora, há uma forte participação das mulheres nos cursos realizados (bordado, costura), no entanto, de acordo com a observação da monitora, tende-se a perpetuar determinadas funções (no interior da divisão do trabalho) que não contribuem necessariamente para a igualdade entre homens e mulheres.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

Pertinência/ Qualidade de desenho: ChristianAid-Koinonia: Atualizar o ML nas hipóteses, definir melhor os IOVs do OE e RE, utilizando metas por ano.

Eficiência: Koinonia: Concentrar o acompanhamento às CNL; Terminar logo os diagnósticos comunitários para fortalecer às comunidades que estão no processo de demarcação dos territórios pelo INCRA. Contratar os Monitores de Alternativas de Desenvolvimento para apoiar as CNT na definição dos seus projetos.

Eficácia: Koinonia: Redefinir a metodologia de intervenção nas CNL, considerando a alteração do número de comunidades e a parceria com STR e SASOP.

Impacto: ChristianAid-Koinonia: Melhorar a ficha utilizada para a pesquisa “Marca Zero”. Fortalecer STR e SASOP do município de Camamu sobre Dhesca das CNL.

Sustentabilidade: ChristianAid-EZE/EED- Koinonia: buscar alternativas para manter a atual estrutura institucional da Koinonia, nos níveis central e regional. Koinonia: Fazer avaliação objetiva das CTC e apoiar-las na definição de Projetos de Desenvolvimento Locais sustentáveis em termos econômicos. Ampliar a participação das mulheres nos espaços de capacitação sobre os direitos territoriais, organização, etc.



MONITORING REPORT
BRASIL – BR – FLORELOS: ECOLOGICAL AND SOCIAL LINKS
AMONG BRAZILIAN FORESTS THROUGH SUSTAINABLE
LIVELIHOODS IN PRODUCTIVE LANDSCAPES.
MR-105640.01 – 01/07/08 (Date of Report)

I. PROJECT DATA

Project Number: ENV-2005/114-622	Responsible AIDCO:
Date Financing Agreement signed: 02/12/2006	Responsible EC Delegation: Cristina Carvalho
Start date – planned: 03/12/2006	Monitor: Jorge Vivar-Mariscal
Start date - actual: 03/12/2006	Project Authority: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)
End date – planned: 01/12/2011	Sector/Subsector: 41030 – Biodiversity
End date - likely: 01/12/2011	Monitoring visit date: From : 19/05/08 - To: 10/06/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	3.499.810
Secondary Commitment (funds contracted):	€	3.499.810
Funds Disbursed by the Commission:	€	609.253
Expenditure Incurred by Project:	€	589.819

* As at: **30/04/2008**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	c
2. Efficiency of implementation to date	c
3. Effectiveness to date	b
4. Impact to date	b
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O Cerrado é uma savana com abundante biodiversidade (um terço do total do país, 5% da fauna e flora mundial e importante área hidrográfica) que não atrai a mesma atenção da Amazônia, mas que, porém, justamente por sua fauna e flora tem grande importância e necessita ser preservado. Com um território de aproximadamente 2.000.000 km² é o segundo maior bioma do Brasil. Com a política de industrialização por meio de substituição de importações, expansão de atividades agropecuárias e uma política geral de fomento do crescimento em todos os ramos econômicos, grandes áreas do Cerrado têm sido afetadas. Por tanto, a intervenção é muito relevante já que busca preservar o Cerrado, sem degradá-lo, além de procurar também satisfazer as necessidades de seus habitantes. Isto se realiza por meio do agroextrativismo, onde os produtos (renováveis) do Cerrado são melhor aproveitados pelos beneficiários, e do apoio à comercialização destes produtos pelas associações e cooperativas que atuam como intermediárias/processadoras entre os produtores e os compradores. A lógica da intervenção não é clara no quadro lógico (QL) apesar de ter elementos relevantes para chegar ao seu objetivo específico (OE). O OE carece de foco no que se relaciona a conservação e modos de viver sustentáveis, que é o que o projeto busca atingir. Dessa maneira, também o objetivo geral não tem um elemento amplo que mostre o alcance do OE. Os indicadores propostos nos documentos revisados não contam com variáveis de tempo, alvo, qualidade e quantidade. Em si, o QL não é adequado para monitoramento. No entanto, foi realizado um exercício com a equipe do projeto para re-enfocar as proposições do projeto e como poder alcançá-las. Recomenda-se que se dê seguimento a esse exercício e se definam indicadores mais elaborados, que sejam objetivos e verificáveis, assim como as fontes de verificação, as premissas e os possíveis riscos. O projeto em si, para os cinco anos previstos, tendo 12.000 famílias (48.000 pessoas aproximadamente) como beneficiárias e um território de 15 estados a cobrir, é muito ambicioso. Contudo, se ele for visto como uma etapa dentro de um processo maior cujo objetivo levará mais de cinco anos para ser atingido, pode-se entender que o seu desenho é uma estratégia e que o financiamento da CE é só um veículo temporal. Isto é confirmado pela ajuda que o projeto recebe por parte do Small Grants Programme (SGP) do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (Global Environmental Facility), que contribui financiando o Programa de Pequenos Projetos ECOSSOCIAIS (PPP-ECOS), administrado por United

Nations Office for Project Services (UNOPS). No entanto o projeto, ainda que seja parte de uma estratégia de longo prazo, deve ter bem definidas suas metas dentro do marco cronológico da vida da intervenção e ser capaz de separar os êxitos e metas obtidos dentro deste tempo e financiamento.

2. Efficiency of implementation to date.

Em primeira instância, deve-se observar que o projeto precisa demonstrar seu desenvolvimento e metodologia de uma maneira mais simples. Seus relatórios são extensos e não são claros para pessoas que não estão diretamente nele envolvidas. Por outro lado, estão descritas 17 áreas diferentes (em três componentes: sistematização e gestão do conhecimento, governança ecossocial, sistemas familiares de produção sustentável) com várias atividades em cada uma e, por isso, a tarefa de seguimento não só é complexa, como também é extensa em termos de volume e cobertura geográfica. O relatório não apresenta as atividades por componente. No entanto, a missão de monitoramento pôde observar que tem havido muitos avanços em vários aspectos, como os produtos recolhidos pelos beneficiários, o sistema de coleta pelas cooperativas, os centros de armazenamento, os centros de processamento de matéria-prima, as cooperativas ou associações reformadas, etc. O projeto precisa fazer uma distinção entre os seus próprios avanços, dentro de cinco anos do financiamento da CE, e o que já existia antes ou está dando resultados dentro deste tempo mas a partir do que foi iniciado antes do apoio da CE, para poder demonstrar os avanços surgidos no período da sua vigência. Da mesma forma, deve estabelecer um sistema de monitoramento não só das atividades, mas também dos seus resultados. Em segunda instância, deve-se observar o problema identificado com a última auditoria financeira, onde foram encontradas irregularidades que não cabem neste breve relatório. Vale ressaltar que a situação dos empregados do projeto deve ser regularizada e que as regras de contabilidade que permitam à CE visualizar a saúde financeira do projeto por inteiro devem ser cumpridas. Por enquanto, os pagamentos da CE foram suspensos até que haja uma nova auditoria. Isto, somado a problemas administrativos que provocaram também a retenção dos pagamentos que alimentavam o PPP-ECOS, põe o projeto em risco de sofrer prejuízos que exigiriam tempo para serem superados, como a perda de mais pessoal e, com isso, a perda também da memória institucional acumulada até agora.

3. Effectiveness to date.

Espera-se que o agroextrativismo continue e aumente durante a intervenção e que os beneficiários incrementem sua renda a partir de um extrativismo mais eficiente e diversificado (plantas medicinais, agricultura familiar sustentável, apicultura, etc). As redes de comercialização e os processos que agregam valor aos produtos são muito promissores, representando uma lógica de incentivos para que as famílias beneficiadas continuem com essas opções. Contudo, os resultados esperados são ambiciosos em termos de cobertura (240.000 hectares de floresta em uso sustentável) e beneficiários (12.000 famílias), dados os recursos e o tempo disponível.

4. Impact to date.

Com um sistema de monitoramento de indicadores mais sofisticado, de desempenho, se poderia demonstrar objetivamente o impacto positivo que esta intervenção está desencadeando, dado o tempo que o ISPN já está operando esta metodologia, e analisar qual a contribuição do OE para a conservação do Cerrado (OG). Isso possibilitaria fazer ajustes ou reforçar certas atividades a partir de, por exemplo, o conhecimento do significado econômico de menos queimadas florestais e a melhoria da qualidade de vida das famílias devido a uma maior renda.

5. Potential sustainability.

Além da prioridade dada aos programas de conservação pelo governo brasileiro e pela CE no Country Strategy Paper, a sustentabilidade institucional e de beneficiários (baseada em práticas locais) é positiva. Existe uma maior conscientização sobre o Cerrado, que agora é focalizado por ONGs ambientalistas. Além disso, os agricultores se beneficiam economicamente, adotando práticas ambientalistas e que não prejudiquem o Cerrado, e, portanto, em certa medida, a continuidade e replicabilidade do projeto fica garantida.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

Delegação CE: 1) Ordenar uma auditoria o quanto antes para poder dar seguimento ao projeto, se o resultado for favorável; 2) Sem comprometer suas regras, exercer toda a flexibilidade possível para avançar com a intervenção, uma vez esclarecido o estado financeiro. Gestão do Projeto: 1) Atualizar o QL com indicadores que meçam o progresso do projeto, e separar os êxitos do mesmo daqueles alcançados ou originados fora da intervenção (aplicar os mesmos princípios aos relatórios, além de torná-los mais concisos e divididos por componentes); 2) Regularizar o <i>status</i> dos empregados e avaliar o impacto da perda de pessoal; 3) Aderir às regras de auditoria da CE.
--



MONITORING REPORT
BRASIL – BR – PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS.
MR-30302.04 – 01/07/08

I. PROJECT DATA

Project Number: 2003/076-557	Task Manager: Not applicable
Date Financing Agreement signed: 19/12/03	Delegation Advisor: Cristina Carvalho
Start date – planned: 01/05/02	Monitor: Frans Geilfus
Start date - actual: 01/05/02	Project Authority: International Bank for Reconstruction and Development (World Bank)
End date – planned: 31/12/07	Sector/Subsector: 41030 – Biological Diversity
End date - likely: 31/12/08	Monitoring visit date: From : 18/05/08 - To: 09/06/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	7.000.000
Secondary Commitment (funds contracted):	€	7.000.000
Funds Disbursed by the Commission:	€	3.500.000
Expenditure Incurred by Project:	€	N/A

* As at: **01/05/08**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	c
2. Efficiency of implementation to date	c
3. Effectiveness to date	c
4. Impact to date	b
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O Projeto Corredores Ecológicos constitui um dos últimos componentes em andamento no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Sua pertinência fica elevada mas sempre careceu de arranjos institucionais adequados e de instrumentos de planejamento e monitoramento internalizados pelos parceiros. O conceito de corredores ecológicos vai além da criação de mosaicos de áreas protegidas isoladas, devendo também incluir a população que vive em seu interior e em áreas intersticiais, e propiciando articulações a todos os níveis. O projeto apresenta uma concepção de gestão descentralizada e participativa com serias fraquezas na área institucional: 1) não acompanha um roteiro realista do processo de descentralização da gestão ambiental baseado numa análise adaptativa das funções complementarias dos atores (subsidiaridade) 2) o conceito de corredor não ficou bem consolidado no planejamento operacional que terminou parecendo mais um “shopping list” de ações prioritárias de vários parceiros, faltando uma definição clara de instrumentos de gestão, em particular para as áreas intersticiais. A abordagem “projeto” do PPG7 dificultou o alinhamento com políticas às vezes diferentes (o Estado do Amazonas fica mais avançado que o nível federal no que refere à gestão compartilhada das áreas protegidas) e reduziu a complementaridade entre vários projetos. O quadro lógico contém elementos fundamentais da gestão sustentável (planejamento, monitoramento, fiscalização), mas carece de indicadores verificáveis a vários níveis, e a estratégia em duas fases resultou irrealista para o processo. A matriz de planejamento do Corredor Central da Amazônia incluída no plano estratégico 2006-2009, recentemente atualizada, ainda não foi utilizada nas missões de supervisão do Banco Mundial. A maior fraqueza do desenho do projeto foi a complexidade dos arranjos institucionais envolvendo os níveis federal, estadual e municipal, exigindo combinar suas normas administrativas junto com os procedimentos do PPG7. A falta de hipóteses enquanto aos gargalos do processo institucional e dos mecanismos administrativos, resultou num planejamento irrealista gerando expectativas elevadas dos parceiros para atingir o propósito ambicioso do projeto em 60 meses.

2. Efficiency of implementation to date.

Considerando os gargalos administrativos e institucionais que acumularam desde o começo do projeto, deve reconhecer-se os esforços consideráveis da Unidade de Coordenação Geral (UCG) e da Unidade de Coordenação Estadual (UCE) para facilitar os convênios de execução. Os principais gargalos foram as

dificuldades para satisfazer até três níveis de normas, os atrasos na liberação de orçamentos, as mudanças institucionais no setor (reforma do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA, transformação de órgãos estaduais etc), e as eleições. O total de convênios em andamento no CCA em 2008 é de 11 com um aporte do RFT equivalente a 2,416,003 Euros; em maio de 2008 a taxa de execução (despesas locais dos parceiros) desses convênios era de 30% enquanto o 12% estava com aprovação final. A taxa geral de execução do projeto era de 38% em janeiro de 2008. Os doadores resolveram reduzir o orçamento da fase 2 enquanto os prazos foram levados até final de 2008 para os fundos do Rain Forest Trustfund (RFT) que internalizam a doação européia. Contudo a eficiência administrativa melhorou nos últimos meses, com boa probabilidade de concluir vários convênios em andamento para o final de 2008 (salvo caso do IBAMA). Porém até agora nenhum resultado foi garantido totalmente, e a janela de oportunidade para completar os últimos convênios com recursos do RFT poderia fechar-se se aparecessem novos problemas. A abordagem da supervisão técnica pelo Banco Mundial, concentrada em suas tarefas fiduciárias, deixou um monitoramento superficial limitado ao nível de cumprimento de atividades, pouco compatível com as expectativas de controle de qualidade do processo por parte da Delegação. Os mecanismos complexos de pilotagem do PPG7 deixaram poucos espaços para mudar o rumo do projeto, muitos dos gargalos sendo ligados aos arranjos institucionais iniciais.

3. Effectiveness to date.

A eficácia do projeto ficou limitada, atingindo parcialmente o objetivo específico só porque esse foi formulado de forma muito genérica e porque as pressões ambientais sobre o Corredor Central da Amazônia não se incrementaram de forma notável. Não pode considerar-se que o Corredor Central conte com um sistema de gestão sustentável integrado, e as ações mais significativas, como o Plano Piloto de Fiscalização do Baixo Rio Negro, e o estabelecimento de Planos de Manejo e de Conselhos Gestores das áreas, foram concretizadas de forma ainda muito parcial. O conceito de corredor ficou internalizado nas políticas, com maior prioridade ao nível estadual do que federal. A crise do IBAMA deixou a Secretaria Estadual na liderança do processo nas Unidades de Conservação Estaduais e áreas intersticiais.

4. Impact to date.

O impacto do projeto vai felizmente além das atividades realizadas no contexto contratual, graças ao processo participativo iniciado e à dinâmica das parcerias desenvolvidas. A incorporação do conceito do Corredor Ecológico nas políticas públicas avançou (p.ex. nas Secretarias Estadual e Municipal de Meio-Ambiente de Manaus). Varias parcerias foram criadas fora dos instrumentos limitados do projeto, desenvolvendo estratégias inicialmente acordadas no Plano de Ação, com outras fontes de recursos mais acessíveis. Portanto ocorre uma situação paradoxal, onde o projeto, limitado por seus arranjos institucionais e administrativos a um papel complementar das iniciativas existentes, ao mesmo tempo segue sendo reconhecido como o catalisador do mesmo processo que não teve a capacidade de liderar.

5. Potential sustainability.

O processo catalisado pelo projeto tem boas possibilidades de sustentabilidade. Os parceiros desenvolveram capacidades para gerenciar recursos nacionais e internacionais para o desenvolvimento de iniciativas no contexto do corredor. O governo estadual do Amazonas desenvolve um conjunto de políticas e instrumentos inovadores (Zona Franca Verde, Bolsa Floresta etc) e as parcerias e articulações institucionais multiplicam-se entre instituições públicas e atores da sociedade civil e segmentos sociais. Portanto, a prioridade de gestão ambiental no Estado virou para as áreas do Sul ameaçadas. O projeto não deu importância devida ao perfil político do Corredor e do órgão gestor, o Conselho Estadual da Reserva da Biosfera, que deveria assumir um papel mais visível no futuro para assegurar a continuidade das estratégias compartilhadas que o corredor necessita para viabilizar-se.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

Projeto No contexto atual a prioridade é assegurar a execução dos convênios existentes. Para maior sustentabilidade dos processos três ações serão importantes: **(1)** Dar maior ênfase à viabilidade do Conselho Estadual da Reserva da Biosfera, revisando sua funcionalidade e inserção institucional **(2)** Dar maior sustentabilidade à UCE como unidade operacional do Corredor dentro da Secretaria Estadual **(3)** Promover um planejamento estratégico do Corredor além do projeto (2010-2015)

Delegação: Uma cooperação futura eficiente no tema ambiental no Brasil vai precisar de parcerias mais eficientes baseadas em diálogos de políticas entre atores nos processos mais inovadores. **(1)** Com vistas à preparação de novas intervenções realizar uma avaliação detalhada das diferentes modalidades administrativas para sacar as lições do PPG7 e definir melhor os mecanismos mais factíveis e efetivos de repasse de recursos aos diferentes atores. **(2)** Toda nova intervenção multi-doadores deveria contar com um mecanismo autônomo de monitoramento. **(3)** Focar áreas temáticas da cooperação européia no meio ambiente com valor acrescido, como a integração das políticas públicas para a gestão sustentável das áreas intersticiais, e ver a possibilidade de mecanismos de editais específicos e desconcentrados.



**MONITORING REPORT EX-POST
BRASIL – BR – SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF THE CUIABÁ-
SANTARÉM ECONOMIC CORRIDOR IN CENTRAL AMAZÔNIA:
RECONCILING ECONOMIC GROWTH AND LARGE-SCALE FOREST
CONSERVATION.
MR-30310.03 – 01/07/2008**

I. PROJECT DATA

Project Number: AIDCO/B7-6200/2002/68851/TF	Responsible AIDCO: Not Applicable
Date Financing Agreement/Contract signed: 16/09/03	Responsible EC Delegation: Hans Dorresteijn
Start date – planned: 17/09/03	Monitor: Rafael Eguiguren
Start date - actual: 17/09/03	Project Authority: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
End date – planned: 17/09/06	Sector/Subsector: 41000 – General Environment Protection
End date - actual: 17/09/06	Monitoring visit date: From : 19/05/08 - To: 09/06/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary EC commitment (project budget):	€	1.497.295
Secondary EC Commitment (funds contracted):	€	1.497.295
Funds Disbursed by the Commission:	€	1.497.295
Expenditure Incurred by Project:	€	1.497.295

* As at: **26/05/08**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and Quality of Project Design	b
2. Efficiency of Implementation during the project's lifetime	b
3. Effectiveness	b
4. Impact to date	b
5. Sustainability to date	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and Quality of Project Design.

O projeto é altamente pertinente tanto com relação às políticas públicas brasileiras e ao Documento Estratégia País da CE como no que diz respeito à problemática existente na região amazônica. Frente à grilagem, ao avanço da fronteira agrícola, ao desmatamento predatório e à fragilidade das instituições públicas, o projeto oferece uma estratégia multidimensional que inclui principalmente o trabalho de modelagem sobre o uso da terra, a sensibilização e o apoio às instituições públicas, o fortalecimento das organizações locais e o desenvolvimento sustentável dos pequenos produtores. A intervenção se assemelha formalmente muito mais a um apoio orçamentário ao trabalho desenvolvido pelo IPAM do que a um projeto com objetivos bem definidos e coerentes entre si. Dito isto, uma visão de fora do projeto que contemple a atuação geral do IPAM permite entender como a intervenção se insere numa lógica de maior âmbito correspondente à visão do IPAM a médio prazo. Tal como foi identificado em missões anteriores, a falta de indicadores e referências claras impede um acompanhamento adequado e uma medição objetiva dos resultados.

2. Efficiency of Implementation during the project's lifetime.

O projeto mostrou um grau apropriado de eficiência com um alto grau de cumprimento das atividades previstas ou de adaptações justificadas. Quanto aos resultados do projeto, a visita de campo, entrevistas e o exame de fontes secundárias indicam que estes são muito bons, tanto quantitativa como qualitativamente. Uma visão geral do alcance por componente seria a seguinte: 1) Base de dados, modelo de utilização do solo e SIG: trabalho concluído conforme o previsto tanto em nível subregional como regional. 2) Desenvolvimento de sistemas de manejo sustentáveis: concluídas as formações previstas, os planos de manejo e comercialização da pesca e o manejo integrado dos recursos naturais da várzea. Concluído o trabalho previsto (continua após o projeto, ver mais abaixo) de capacitação (44 técnicos) e no nível comunitário nas 18 comunidades previstas. Construída a base para 7 oficinas caboclas atingindo seis comunidades. 3) Fortalecimento institucional e planejamento participativo: contribuição decisiva para a articulação e/ou fortalecimento de comissões destinadas à elaboração de planos de desenvolvimento sustentável nas 3 regiões previstas do corredor; apoio chave à consolidação

dos Conselhos Regionais de Pesca, ao Consórcio Sócio-Ambiental, ao INCRA, à elaboração dos planos diretores municipais de Santarém, Belterra e à concepção e implementação do programa de agricultura familiar de Trairão.

3. Effectiveness.

O objetivo específico do projeto poderia ser definido (a definição no quadro lógico é metodologicamente inapropriada) da seguinte forma: facilitar, através de pesquisas, educação e fortalecimento institucional, o desenvolvimento de um modelo de desenvolvimento alternativo para o corredor Cuiabá-Santarém que promova o desenvolvimento sustentável através da governança de fronteira. O projeto conseguiu em grande medida a consecução deste objetivo em suas três áreas diferenciadas de ação, graças à experiência e conhecimento do IPAM e à oportunidade do financiamento da CE (ver mais abaixo).

4. Impact to date.

O projeto teve um alto impacto em aspectos muito diferentes: conseguiu contribuir para incorporar um maior grau de base técnica nos processos de planejamento, criou e fortaleceu organizações de base que atualmente são capazes de negociar condições mais vantajosas com as representações governamentais, participou de uma iniciativa de planejamento participativo pioneira na zona (trabalho técnico e articulação social) que não só serve de base importante para o trabalho que vai sendo realizado ao longo da BR-163 mas também influi a nível nacional na visão sobre o processo de participação das comunidades em políticas públicas. É de se destacar o fato de que o projeto contribuiu para chamar a atenção sobre o corredor, e isto se traduz num maior investimento do Estado no controle da especulação de terras, do desmatamento e da violência ou na criação de uma série de áreas de conservação sobre o corredor da BR-163. Por outro lado, a intervenção contribuiu notavelmente para um maior respeito ao movimento social através da abordagem ordenada e moderada. O IPAM teve sua imagem reforçada como instituição de referência na política fundiária em geral e, em concreto, para favorecer os processos de decisão da Prefeitura local, e no baixo Amazonas. Uma contribuição de grande relevância é o fato de o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ter hoje uma superintendência em Santarém, aspecto vital para facilitar o diálogo e acelerar processos relacionados com a terra. Por outro lado, o fortalecimento dos diferentes atores assinalados e o aumento da transparência influem para dificultar as ações dos grileiros. Graças ao projeto foram redefinidos conceitos como o do território sustentável na hora da distribuição de terras, o que está na base da mitigação da migração campo-cidade. Foram conseguidas mudanças parciais no manejo da pesca com grupos de pescadores, evitando, por exemplo, o arrastão e, embora haja um processo de fiscalização constante, existem atualmente efeitos tangíveis como a contribuição para que a venda do pirarucú seja feita hoje por 7 reais em vez de 4 reais como antes do projeto. Em relação ao manejo das queimadas, a ausência de fogo acidental nos últimos três anos é, em parte, atribuível à intervenção.

5. Sustainability to date.

A preocupação constante do IPAM com as dependências desnecessárias é uma característica da instituição em todas as suas ações. A isto se acrescenta a oportunidade do financiamento da CE, que chegou em um momento no qual as diferentes instituições participantes estavam preparadas para a ação, as políticas ofereciam espaço de trabalho e o aporte financeiro somou-se aos processos em andamento. Atualmente não está claro o grau de aceitação do projeto pelas diferentes instâncias governamentais, aspecto que depende do frágil equilíbrio entre as políticas desenvolvimentistas e as protecionistas e, inclusive, das personalidades que ocupam os diferentes cargos. Por outro lado, a presença de outros doadores (Moore ou DPA, por exemplo) assegura uma continuidade das ações principais, ao mesmo tempo em que o IPAM funciona como coordenador natural das diversas fontes de financiamento. Um aspecto significativo na sustentabilidade dos benefícios é o do fortalecimento das instituições, desde o próprio IPAM ou seus parceiros até o apoio do INCRA ou outras manifestações associativas. Sua inserção em redes beneficia, além disso, os participantes. O projeto está contribuindo para que a educação ambiental faça parte da agenda oficial extracurricular das escolas da várzea, existindo uma demanda ainda maior (embora não haja recursos imediatos para estender o programa). As oficinas caboclas continuam funcionando graças às subvenções do próprio IPAM e da Prefeitura de São Paulo e com uma visão apropriada de paulatina auto-sustentabilidade. O projeto deixou também uma maior cobertura de SIG, embora ainda não exista uma consolidação da informação existente na zona.

V. KEY OBSERVATIONS AND LESSONS LEARNT

Ação oportuna da CE de apoio a processos de alto valor agregado em momentos estratégicos e o fortalecimento de instituições de grande presença local. **Recomendações: CE e IPAM:** (1) Exigir um maior rigor na definição das ações que integram o projeto e na hora de apresentar relatórios que tragam informação mais relevante sobre as atividades e os resultados. (2) Assegurar que a instituição seja dotada de um sistema de monitoramento interno com indicadores e fluxo de informação simples que

garanta uma maior aprendizagem das experiências, dados tangíveis com os quais apoiar posições discutidas e uma maior visibilidade da consecução dos objetivos pelo projeto.



**MONITORING REPORT EX-POST
BRASIL – BR – SOS CORPO - GÊNERO E CIDADANIA:
INSTITUTIONAL PROJECT 2003-2006.
MR-030314.03 – 01/07/08**

I. PROJECT DATA

Project Number: 2002 / 020-348	Responsible AIDCO:
Date Financing Agreement/Contract signed: 07/01/03	Responsible EC Delegation: Denise Verdade
Start date – planned: 01/01/03	Monitor: Angela Tonini
Start date - actual: 01/01/03	Project Authority: Novib/Oxfam
End date – planned: 01/01/07	Sector/Subsector: 15164 – Women in Development
End date - actual: 01/01/07	Monitoring visit date: From : 26/05/08 - To: 30/05/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary EC commitment (project budget):	€	1.201.904
Secondary EC Commitment (funds contracted):	€	1.201.904
Funds Disbursed by the Commission:	€	1.201.904
Expenditure Incurred by Project:	€	3.772.457

* As at: 10/06/08

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and Quality of Project Design	a
2. Efficiency of Implementation during the project's lifetime	b
3. Effectiveness	a
4. Impact to date	a
5. Sustainability to date	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and Quality of Project Design.

A relevância do projeto pode ser claramente medida por meio da quantidade e qualidade dos resultados positivos que o mesmo produziu. Esse alcance foi possível porque a formulação adequada do projeto levou em conta o contexto sócio-econômico da região nordeste, que tem os mais baixos indicadores de pobreza em relação à média nacional, especialmente a situação de Pernambuco, e da realidade particularmente desfavorável para as mulheres pobres das zonas urbanas e rurais neste contexto, relacionada a problemas de discriminação de gênero, raça e etnia, opressão e violência condicionados também pela dominação-subordinação nas relações de gênero. O processo de planejamento participativo próprio do SOS Corpo garantiu a incorporação das necessidades do público alvo na formulação do projeto. A lógica de intervenção foi desenhada de forma clara, e tanto o OG como os OEs eram realistas, na medida em que, tratando-se de um projeto institucional, estes correspondiam à missão do SOS Corpo e à sua estrutura programática. O desenho e estruturação dos IOVs, definidos especificamente para todos os níveis da intervenção lógica em condições de serem efetivamente verificados, e das hipóteses, também definidas adequadamente, deixava antever a consecução dos OEs, o que se confirmou.

2. Efficiency of Implementation during the project's lifetime.

O projeto teve uma boa eficiência. A estrutura de gestão colegiada e democrática do SOS Corpo garantiu o bom nível de eficiência, sendo a equipe de implementação do projeto de ótima qualidade, bem qualificada, capaz e motivada. Havia avaliações anuais e era feito um acompanhamento trimestral da execução das atividades. Os resultados alcançados vão além do previsto e planejado. Ao seu término o projeto havia superado em cerca de 68% o número de beneficiárias(os) estimado, atingindo diretamente 25.794 pessoas, das quais 70% mulheres (18.056). Indiretamente, o projeto alcançou 348.566 pessoas, através da incidência na política, das ações de comunicação e das publicações. Além do fortalecimento do SOS Corpo, os resultados de maior qualidade e magnitude são os relativos a: formação de líderes políticas, fortalecimento das organizações de mulheres, saúde preventiva e saúde reprodutiva e sexual, principalmente nas zonas rurais, onde aumentou significativamente os conhecimentos sobre a saúde reprodutiva e sexual da mulher e as práticas preventivas. Recentemente, em 19 de maio, com o pagamento de € 74.468,52 à Novib por parte da CE, pendente devido a uma incompreensão do valor de

uma rubrica do orçamento para a elaboração do cálculo final de despesas, encerrou-se o contrato e todas as faturas processadas.

3. Effectiveness.

A gestão do projeto incentivou a participação das mulheres não só no projeto em si mas também nos espaços políticos, sociais e culturais de reivindicação e afirmação dos seus direitos, o que resultou na apropriação dos seus benefícios e resultados. Uma fala frequente das mulheres que se beneficiam do projeto e das ações do SOS Corpo é a de que elas se sentem valorizadas ao serem tratadas como iguais participando, por exemplo, de uma mesa de debates com as grandes feministas da organização sem terem vergonha e sem sentirem-se intimidadas. Os OEs foram alcançados ao final do projeto, na medida em que: (i) aumentou o posicionamento público das mulheres em defesa dos seus direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais na mídia, nos órgãos do governo e nas discussões sobre políticas públicas e leis para as mulheres; (ii) aumentou o número de mulheres capacitadas em temas de gênero e criaram-se Coordenadorias municipais de políticas para as mulheres; aumentou a demanda de outras organizações ao SOS Corpo e as organizações de mulheres fortalecidas com o projeto sobre temas relacionados a gênero; (iii) mais mulheres e jovens conhecem, têm acesso e usam serviços de saúde preventiva e exercem seus direitos reprodutivos e sexuais do que antes do início do projeto; (iv) SOS Corpo se fortaleceu e se consolidou como Instituto Feminista para a Democracia, como referência para a defesa dos direitos das mulheres no Estado de Pernambuco, com articulação nacional.

4. Impact to date.

O OG foi alcançado contribuindo para a consolidação da democracia no Brasil na medida em que propicia o fortalecimento das mulheres bem como oportunidades de acesso ao conhecimento e exercício dos seus direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESC), promovendo a igualdade de gênero e uma compreensão socialmente mais justa das mulheres, sobretudo aquelas das camadas populares de baixa renda. O projeto teve um impacto positivo forte nos temas que se concentram em torno da violência contra a mulher e das ações em saúde (saúde reprodutiva e sexual, prevenção do câncer do colo de útero, prevenção de DST/AIDS). Um efeito positivo não previsto foi a promulgação da Lei Maria da Penha, em agosto de 2006, que regulamenta as sanções aos responsáveis por atos de violência sexual e doméstica contra as mulheres, para a qual SOS Corpo contribuiu de forma articulada com o movimento de mulheres e com outros movimentos e organizações sociais. Desde então SOS Corpo continua trabalhando pela divulgação da Lei. Observa-se que as mulheres que participaram do projeto têm uma condição de vida melhor, propiciada pelo aumento da sua auto-estima, menos subordinação ao domínio masculino, maior autonomia e mudanças de atitudes e comportamentos individuais e sociais no sentido de romper com preconceitos e tabus.

5. Sustainability to date.

A sustentabilidade do projeto, apontada em termos potenciais nos monitoramentos anteriores, se confirmou ao final do projeto. Em nível econômico e político, há serviços assumidos pelos Ministérios da Saúde e da Justiça. A apropriação dos serviços pelo público alvo ocorreu espontaneamente durante o percurso do projeto e ainda hoje ocorre nas estruturas em que este se enraizou, pela natureza do projeto, voltada para a promoção da participação e o fortalecimento das organizações de mulheres. Os interlocutores privilegiados são: Forum de Mulheres de Pernambuco, Rede Saúde e Articulação de Mulheres Brasileiras, com boa sustentabilidade institucional. A sustentabilidade sócio-cultural é garantida pela ação capilar, a metodologia participativa e as ações educativas do SOS Corpo, com total penetração no tecido sócio-cultural das comunidades onde atua. O respeito às necessidades, aos costumes e às tradições locais por parte do SOS é altamente reconhecido pelas mulheres e pelas suas organizações. Nas regiões do sertão, particularmente na Zona da Mata e em Ouricuri, são observadas mudanças positivas com relação à diminuição dos tabus nas próprias mulheres e na sociedade / comunidades locais, onde foram criados serviços de saúde preventiva, reprodutiva e sexual. A própria metodologia de educação popular feminista tornou-se um dos resultados do atual projeto do SOS Corpo que está sendo co-financiado pela CE, legitimando o Instituto como referência desse tema na educação das mulheres.

V. KEY OBSERVATIONS AND LESSONS LEARNT

1) A adoção de princípios de planejamento participativo, ação educativa e gestão colegiada e democrática, projetando a garantia da apropriação desses mecanismos pelas equipes institucionais e pelo público-alvo é uma boa prática; 2) Outra é a qualidade e especificidade dos IOVs em todos os níveis da intervenção lógica, bem como a clareza e o realismo das hipóteses no ML. A nota explicativa detalhando a definição de cada nível da intervenção no início do ML conferiu clareza na leitura e compreensão desse instrumento; 3) A flexibilidade do projeto a nível operacional, favorecida pela capacidade de adequação do SOS Corpo às necessidades sócio-culturais das mulheres e à conjuntura política e institucional de Pernambuco é uma prática a ser adotada; 4) A boa prática de permanente chamada à participação das mulheres beneficiárias e suas organizações em todos os espaços políticos,

sociais, culturais e da mídia favorece o exercício da cidadania, com aumento considerável da auto-estima das mulheres e do seu empoderamento para a reivindicação e a afirmações dos seus direitos e da equidade de gênero; 5) Quanto ao impacto deste projeto a boa prática é a metodologia de educação popular feminista somada à mobilização para a participação como estratégias de empoderamento das mulheres. Com este empoderamento individual e das organizações de mulheres é possível amplificar os efeitos do projeto; 6) As experiências do projeto resultaram no atual projeto do SOS Corpo co-financiado pela CE com Novib/Oxfam e EED, o qual vem consolidar ações no campo do trabalho e, adicionalmente, focalizar o tema da promoção do acesso das mulheres aos serviços sociais básicos, especialmente saneamento e moradia. Possibilitaram, também, a identificação das necessidades das mulheres de organizações populares que se tornaram, atualmente, o público prioritário das novas ações do SOS Corpo, o que, sem dúvida, agrega valor social e político às ações já empreendidas.



MONITORING REPORT EX-POST
BRAZIL – BR – Natural Resources Policy Sub Program
(Subprograma de Políticas de Recursos Naturais - SPRN).
MONITORING REFERENCE – dd/mm/yy

I. PROJECT DATA

Project Number: 1995/054-357	Responsible AIDCO: Not applicable
Date Financing Agreement/Contract signed: 26/04/95	Responsible EC Delegation: Hans Dorresteijn
Start date – planned: 30/04/95	Monitor: Frans Geilfus
Start date - actual: 30/04/95	Project Authority: The World Bank
End date – planned: 30/06/06	Sector/Subsector: 41010 – Environmental policy and environmental management
End date - actual: 30/06/06	Monitoring visit date: From : 19/05/08 - To: 09/06/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary EC commitment (project budget):	€	16,700,000
Secondary EC Commitment (funds contracted):	€	16,700,000
Funds Disbursed by the Commission:	€	16,700,000
Expenditure Incurred by Project:	€	14,971,791

* As at: **10/06/08**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and Quality of Project Design	c
2. Efficiency of Implementation during the project's lifetime	c
3. Effectiveness	b
4. Impact to date	b
5. Sustainability to date	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and Quality of Project Design.

A pertinência do Subprograma foi elevada, apesar do desenho inadequado, graças a uma estratégia de intervenção que respondeu bastante bem às necessidades do processo de descentralização da gestão ambiental numa fase estratégica. O processo incipiente de descentralização precisava de acompanhamento técnico, de desenvolvimento de instrumentos de gestão adaptados e de formação de capacidades estratégicas. O desenho técnico, inicialmente limitado ao fortalecimento institucional e ações de apoio ao monitoramento do desmatamento, foi progressivamente melhorado. A abordagem de Planos de Gestão Ambiental Integrada (PGAI), adaptados às necessidades de cada um dos 9 estados da Amazônia Legal, e implementados por Grupos de Trabalho, favoreceu a apropriação do processo. As ações estruturantes e os foros de intercâmbios de experiências deram uma coerência. Contudo, a estratégia refletia a abordagem dominante do Ministério do Meio Ambiente na época, centrada no « comando e controle » (regulação- monitoramento- fiscalização). Havia pouco espaço para a participação da sociedade civil e do setor público, uma ausência de integração com os setores do desenvolvimento e de procura de instrumentos econômicos e sociais. Ao começo, o Subprograma não contava com matriz lógica, no entanto não usada pelo Banco Mundial; o desenho formal foi melhorado em 1999 e somente em 2003 contou com uma matriz lógica mais coerente, porém difícil de aplicar pelo caráter complexo dos indicadores. Não havia correspondência entre a matriz geral e os PGAI's que permitisse um monitoramento consolidado "em cascata". A maior fraqueza do desenho foi a organização institucional complexa da coordenação, que contribuiu às dificuldades administrativas e de supervisão.

2. Efficiency of Implementation during the project's lifetime.

O Subprograma encontrou muitas dificuldades que limitaram sua eficiência. Algumas tiveram relação com o desenho: as estruturas de implementação complexas combinando centralização e descentralização, ações paralelas de doadores e agências de assistência técnica, falta de definição clara de responsabilidades de monitoramento e supervisão, provocaram uma superposição de procedimentos, os instrumentos de implementação (por exemplo à multiplicidade de planos de capacitação) atrapalhando a gestão interna. Além disso, os procedimentos de repasse de fundos do orçamento federal aos estados ficaram cada vez mais restritivos: implementação de regras sobre a inadimplência dos órgãos públicos,

paralise durante períodos eleitorais, atraso dos orçamentos, difícil combinação de procedimentos de licitação etc. A falta de experiência de gestão dos órgãos estaduais atrasou o início das atividades e houve um caso de uso inadequado de fundos que causou suspensão temporária dos repasses. Contudo, melhorias apareceram e após uma prorrogação até junho 2006, a taxa de execução dos fundos europeus atingiu 89%. O monitoramento do Banco Mundial ficou genérico porque concentrou sua atenção em tarefas fiduciárias. Resulta então difícil avaliar com precisão o cumprimento dos múltiplos planejamentos regionais e estaduais ao longo da implementação, por falta de monitoramento interno consolidado. Importantes resultados foram obtidos em termos de estruturação de órgãos estaduais, capacitação, desenvolvimento de regulações ambientais estaduais, instrumentos de monitoramento, licenciamento e zoneamento. A qualidade dos resultados varia bastante entre os 5 estados com financiamento europeu.

3. Effectiveness.

O Subprograma possibilitou processos estruturantes da governança ambiental em vários estados, acompanhando o desenvolvimento dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) e estruturas ligadas (polícia ambiental, ministério público etc), capacitando numerosos recursos humanos, apoiando o desenvolvimento de instrumentos legais e operacionais, facilitando a difusão dos temas ambientais. Os resultados, nem sempre coerentes nem integrados, contudo foram avaliados como fundamentais em vários estados. O desenvolvimento do Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais (SLAPR), iniciado em Mato Grosso e parcialmente operacional em Tocantins, é um instrumento potente para monitorar os ativos e passivos ambientais à escala das propriedades, que está sendo adotado ao nível regional. Foram realizados avanços importantes no Zoneamento Econômico -Ecológico (ZEE). No entanto, a intervenção teve pouca eficácia na descentralização aos municípios e na coordenação da gestão ambiental com outros setores fundamentais da governança (agricultura, reforma agrária).

4. Impact to date.

O Subprograma procurava um impacto na taxa de desmatamento geral e nas áreas de proteção permanente (APP) e de reserva legal nas propriedades. A queda registrada no desmatamento após 2000 poderia ser ligada ao fortalecimento da governança, enquanto estudos contraditórios e incrementos registrados recentemente no desmatamento no Mato Grosso, até onde o SLAPR é implementado, mostram os limites dos instrumentos de “comando e controle” sem integração num sistema coerente e intersectorial operacional de licenciamento, monitoramento, fiscalização e responsabilização, equilibrado por incentivos positivos e participação. Sem menosprezar a contribuição importante do subprograma, que permitiu avanços iniciais importantes no caminho para a gestão ambiental compartilhada e integral.

5. Sustainability to date.

Os resultados atingidos pelo Subprograma em vários estados resultaram em fortalecimento de capacidades de gestão e processos que vão consolidando-se ainda após o SPRN. Os sistemas de governança no Mato Grosso, Tocantins e Roraima em particular, estão desenvolvendo instrumentos e capacidades baseados nas inovações introduzidas no contexto dos seus PGAls, p.ex. na consolidação do sistema de monitoramento de propriedades do Mato Grosso. A viabilidade financeira das OEMAs está ainda longe de poder sustentar-se nos recursos próprios (licenciamento) porém foram consolidadas bases importantes. A sustentabilidade social (participação, resolução de conflitos, legitimidade) foi um ponto fraco da abordagem do SPRN; a sustentabilidade dos recursos humanos é ainda parcial.

V. KEY OBSERVATIONS AND LESSONS LEARNT

A pesar dos problemas de desenho e eficiência o SPRN fez contribuições estruturantes à descentralização da governança ambiental. Entre as muitas lições aprendidas podemos destacar :

1) A necessidade de contar com instrumentos de gestão apropriados para abordar um processo tão complexo de gerenciamento de experiências piloto de políticas, tanto do ponto de vista administrativo como de planejamento e monitoramento. **2)** A necessidade de parcerias locais entre os órgãos estaduais municipais e os atores sociais e econômicos para legitimar, viabilizar e aprimorar os instrumentos de governança **3)** A descentralização precisa maior capacidade de visão, supervisão e orientação por parte do « centro ». **4)** Os projetos de fortalecimento da governança ambiental devem evitar o “fetichismo” dos instrumentos de comando e controle e dar maior prioridade à construção compartilhada da governança, partindo das realidades e dos processos de participação para validar os instrumentos mais adequados (veja problemas de adequação do SLAPR e ZEE). Sem uma verdadeira descentralização aplicando princípios de subsidiaridade e participação intersectorial e social, os desafios da governança não poderão ser enfrentados com resultados sustentáveis. **5)** Projetos de desenvolvimento institucional ambiental deveriam considerar três dimensões de sustentabilidade: financeira (geração de fundos próprios por licenciamento etc), social (participação, resolução de conflitos e legitimidade) e de recursos humanos (estabilidade e aprimoramento).



MONITORING REPORT
BRASIL – BR – APOIO A COMUNIDADES DE QUILOMBOS NO
BRASIL: INICIATIVAS INOVADORAS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL.

MR-30411.03 – 01/07/2008 (Date of Report)

I. PROJECT DATA

Project Number: 2004/063-147	Responsible AIDCO:
Date Financing Agreement signed: 17/08/04	Responsible EC Delegation: Ana Almeida
Start date – planned: 01/10/04	Monitor: Jorge Vivar-Mariscal
Start date - actual: 01/10/04	Project Authority: Instituto Marquês de Valle Flor (IMVF)
End date – planned: 01/10/09	Sector/Subsector: 15150 – Fortalecimento da Sociedade Civil
End date - likely: 01/10/09	Monitoring visit date: From : 19/05/08 - To: 09/06/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	750000
Secondary Commitment (funds contracted):	€	750000
Funds Disbursed by the Commission:	€	554839
Expenditure Incurred by Project:	€	554839

* As at: **24/05/08**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	b
2. Efficiency of implementation to date	b
3. Effectiveness to date	b
4. Impact to date	c
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O projeto foi previamente monitorado, em 2006 e 2007. Continua sendo pertinente, já que a verificação de mudanças nas condições e nível de vida dos habitantes dos quilombos são metas que não se realizam a curto prazo e que requerem anos e vários fatores, entre eles, este projeto. Durante a missão de monitoramento anterior, foi sugerida a modificação do Quadro Lógico (QL) para dar um enfoque mais claro aos objetivos do projeto. Durante a presente missão foi feito um exercício para definir os grupos-alvos ainda mais de acordo com os resultados obtidos. Desta maneira se chegou à conclusão que seu objetivo (implícito) específico é "Fortalecer as Comunidades Quilombolas dos Estados do Maranhão e de Goiás" e seu objetivo geral (OG) é "Melhorar as Condições de Vida das Comunidades Quilombolas". Assim, foram revisados os indicadores no QL e se recomendou que estes fossem redefinidos com base neste OE, de maneira que sejam mensuráveis, ou seja, que possam ser usados para medir o progresso do projeto durante e ao final de sua trajetória. Isto tem particular importância já que o IBRAP (Instituto Brasileiro de Ação Popular) tem o objetivo institucional de avançar no desenvolvimento das comunidades quilombolas. O IBRAP, que é o parceiro local, e o Instituto Marquês de Valle Flor (IMVF) têm trabalhado com um objetivo geral baseado em buscar a promoção do desenvolvimento sustentável dos Quilombos. Em relação aos conhecimentos e experiência, no entanto, o IBRAP poderá ser no futuro o sócio principal, podendo acompanhar os processos de comunicação com a Delegação da Comissão Europeia em Brasília.

2. Efficiency of implementation to date.

A administração do IBRAP é adequada e a equipe da organização tem suficiente capacidade humana para seguir obtendo os resultados alcançados até agora. O projeto tem caminhado bem, sem maiores contratempos desde a última missão de monitoramento, assim como indicado no MR07. Os avanços principais têm ocorrido quase na totalidade: 92% dos levantamentos; mais de sete vezes o número previsto de lideranças quilombolas foram capacitadas; 91% dos levantamentos para subsidiar o plano, e 75% de projetos feitos pelas comunidades baseados nos levantamentos já foram realizados, com 208% dos acompanhamentos de processos de titulação das comunidades. Da mesma forma, os números de seminários anuais, as edições de publicações temáticas e as campanhas de sensibilização vão sendo

realizados de acordo com os planos feitos. Particularmente pode-se destacar que 10 casas de farinha e 8 mini-usinas de arroz foram apoiadas pela Eletrobrás; 71 projetos foram apresentados pela ACONERUQ (aguardam decisão); tem havido um aumento de quilombolas presentes nos Conselhos de Políticas Públicas que se realizam regularmente; há visibilidade do projeto na rede de televisão portuguesa SIC; 17.000 exemplares do Manual “Histórias Quilombolas” serão distribuídos pelo Ministério da Educação. No entanto, é preciso pôr mais ênfase nas pessoas capacitadas e, sendo isso realizado pelos “multiplicadores”, tem que ser desenvolvido um controle de qualidade da informação transmitida. É necessário que se desenvolva um sistema interno de monitoramento para dar seguimento às atividades na ótica dos resultados até o impacto potencial. As atividades são monitoradas, mas de uma maneira informal, já que são relatadas apenas em forma quantitativa e a qualidade delas não é analisada. O presente sistema não permite um controle por meio de retroalimentação. A visibilidade da União Européia é boa em relação ao conhecimento que os beneficiários têm do seu papel de doador.

3. Effectiveness to date.

Os resultados são variados já que o projeto tem quase quatro anos de vigência. Projetos têm sido iniciados pelos quilombolas, confirmando sua capacidade de realizar tal atividade. Foi relatado também que, devido à conscientização sobre os direitos civis dos quilombolas promovida pelo projeto, alguns membros destas comunidades já fazem parte de programas sociais ou simplesmente se registraram nos cadastros dos poderes públicos. Além disso, o projeto tem unido comunidades que começaram a trabalhar juntas, aumentando sua força coletiva. Não obstante, o projeto está orientado para o cumprimento de suas atividades e menos para a qualidade dos seus resultados, dificultando uma medição dos indicadores até agora. Embora os resultados sejam evidentes para as pessoas que executam o projeto, é necessário justificá-los objetivamente.

4. Impact to date.

Esta intervenção tem um potencial de impacto importante pelo menos nas comunidades onde atua diretamente. Os benefícios são pouco tangíveis ou pouco visíveis à primeira vista, porém, uma vez que os indicadores sejam melhor elaborados (qualidade do nível de vida), se poderia avaliar o impacto que estas atividades, e os resultados no seu conjunto, estão produzindo nas moradias atingidas. Dessa maneira, o projeto poderia pôr ênfase nas atividades que estão tendo melhores e mais resultados e suspender as que não estão tendo, fazendo ajustes onde for propício. No entanto, o impacto não é medido de uma maneira sistematizada e devido às suas características é necessário desenvolver indicadores de impacto que permitam verificar e justificar a metodologia usada até agora.

5. Potential sustainability.

A sustentabilidade se apóia em duas bases, sendo a primeira na sustentabilidade institucional e a segunda em termos da sustentabilidade dos benefícios prestados pelo projeto. Na primeira instância, é preciso lembrar que o IBRAP continuará envolvido nos temas relacionados aos quilombos, com ou sem financiamento da União Européia. Sua missão é a de melhorar a qualidade de vida dos quilombolas, a qual dá sustentação ao OE da intervenção. Em relação aos beneficiários, pode-se assumir que os benefícios, apesar de sua lenta materialização, têm se manifestado de uma maneira ou de outra, com aumento da sua apropriação e sua replicação automática em membros das comunidades não atingidos diretamente pelo projeto. Da mesma forma, os conhecimentos adquiridos têm uma qualidade lógica que permite garantir que continuarão mesmo depois da finalização do projeto.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

Para a gestão do Projeto: Prioridade 1: Mesmo que já tenha sido recomendado pelas missões anteriores, e que durante esta missão tenha sido atualizado, o QL ainda precisa ser continuamente revisado e atualizado. Sem precisar de uma adenda (sempre e quando não implique mudanças orçamentárias), a Delegação pode ser informada de modo semi-formal sobre as alterações que ajudem a alcançar o OE. Prioridade 2: 1) Ainda que atividades para este fim estejam sendo realizadas, o monitoramento interno tem que ser ativado, já que o projeto não tem um sistema para valorizar a qualidade de suas atividades e resultados, mesmo que sejam bons. Para isso, têm que ser desenvolvidos indicadores objetivos que levem em conta os aspectos de quantidade, qualidade, tempo e grupo-alvo. 2) Incrementar a visibilidade gráfica do projeto nas comunidades, através da utilização de placas com os dados gerais da intervenção.



MONITORING REPORT
BRASIL – BR – IMPROVEMENT OF THE LIVING CONDITIONS OF
POOR WOMEN BABACU BREAKERS IN THE BABACU FOREST
AND NORTHEAST BRAZIL.
MR-30412.03 – 01/07/08

I. PROJECT DATA

Project Number: 2004/063-332	Task Manager: Not Applicable
Date Financing Agreement signed: 31/08/04	Delegation Advisor: Ana Almeida
Start date – planned: 01/09/04	Monitor: Grazia Faieta
Start date - actual: 01/09/04	Project Authority: War on Want
End date – planned: 01/09/09	Sector/Subsector: 15150 – Strengthening civil society
End date - likely: 01/09/09	Monitoring visit date: From : 26/05/08 - To: 30/05/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	854.837
Secondary Commitment (funds contracted):	€	854.837
Funds Disbursed by the Commission:	€	460.561
Expenditure Incurred by Project:	€	722.360

* As at: **31/12/07**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	c
2. Efficiency of implementation to date	b
3. Effectiveness to date	b
4. Impact to date	b
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O projeto apresenta uma boa lógica e responde às necessidades do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco de Babaçu (MIQCB). Os 3 objetivos específicos do projeto são muito amplos, sendo metas gerais do MIQCB, centrados em: 1) fortalecimento da organização; 2) Incidência política para conservação dos babaçuais; 3) alternativas econômicas para melhorar a condição de vida das mulheres quebradeiras de coco. OG, OEs, resultados e atividades estão consubstanciados no ML que apresenta problemas na definição dos resultados e dos IOVs, o que faz impossível ter o controle do avanço do projeto. Embora, a gestão do projeto tenha sido orientada a fazer os ajustes no ML para utilizá-lo no planejamento, execução e monitoramento das atividades do projeto, até agora, as alterações não foram feitas. A falta de um sistema de monitoramento por parte das ONGs européias representa uma forte limitação para um projeto desta dimensão.

2. Efficiency of implementation to date.

Há uma boa eficiência na execução das atividades do projeto: os recursos estiveram disponíveis, adiantado pelas ongs WoW e ActionAid e foi executado 63,37% do total das despesas previstas (sem considerar os gastos realizados diretamente pelas ongs européias). Nos anos dois e tres de ejecucion houve muito avanço em relação com a ativação das unidades produtivas.

Devido aos resultados positivos na produção, o MIQCB está em processo de análise para definir a melhor forma de organização jurídica para efetivar a comercialização dos produtos no mercado formal. As únicas atividades não realizadas foram: vídeo, atualização do site da internet do MIQCB e a avaliação prevista para o “meio” do projeto ainda está sendo feita. Além disso, sigue apresentando problemas na visibilidade da União Europeia.

O relatório do terceiro ano, no entanto, não foi elaborado em version final para seu envio à CE, embora o terceiro ano terminou há 8 meses. Desde o ano passado ou MIQCB, juntamente com o WoW e ActionAid, estão em processo de solicitação do remanejamento de recursos no orçamento do projeto para ajustá-lo ao aumento de custos de algumas rubricas (pessoal, mobilização e serviços gerais), mas ainda não foi formalmente apresentado à delegação da União Europeia.

3. Effectiveness to date.

O projeto apresenta uma boa efetividade, o que permite pensar que os 3 objetivos específicos podem ser alcançados em boa medida; está claro que os mesmos são objetivos de processo e não exclusivamente de projeto. O projeto tem um grande número de beneficiárias e os resultados até agora são significativos. Em particular: o MIQCB tem sido fortalecido como organização que representa as mulheres quebradeiras de coco de babaçu: participa em diferentes espaços políticos (Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; direção do Grupo de Trabalho Amazônico; Conferência Nacional do Meio Ambiente, Encontros regionais de Agro-ecologia do Amazonas, etc.); a incidência política a nível local conseguiu a aprovação de 6 leis municipais de livre acesso aos babaçuais (Babaçu Livre) e aprovação de duas leis estaduais (Piauí e Pará), durante o ano de 2007 se realizou uma grande mobilização em Brasília para reapresentar uma lei Federal para assegurar a conservação das florestas de babaçus. As pesquisas e a campanha de sensibilização têm servido para construir redes de alianças em nível municipal, estadual e nacional. A ativação das 25 unidades produtivas tem um impacto direto nas vidas das 605 mulheres beneficiárias. Em geral, o projeto está tomando medidas para a diminuição dos riscos externos, mas ainda permanece o problema interno de sobrecarga de trabalho e responsabilidades das 24 coordenadoras regionais, o que pode ter impacto negativo no controle de qualidades dos resultados atingidos: A eleição das novas coordenadoras do MIQCB, que fora programado para o final de 2007, foi adiada para o final de 2008. A substituição do pessoal do acompanhamento de ambas as ONGs europeias não permitiu fortalecer a equipe técnica nem as coordenadoras em relação ao planejamento, avaliação e monitoramento dos resultados.

4. Impact to date.

O impacto do projeto, depois de três anos e meio de execução, é significativo, em relação aos êxitos conseguidos no avanço dos 3 objetivos específicos, têm um impacto direto nas condições de vida das mulheres quebradeiras de coco de babaçu dos 4 estados. Em particular este impacto pode ser visto em: acesso livre aos babaçuais nos municípios onde foram aprovadas as leis; diminuição do conflito com os fazendeiros; aumento da auto-estima das mulheres; reconhecimento do papel econômico do trabalho das mulheres na família, na comunidade e no Brasil; melhor condição de trabalho para a transformação do produto e melhor aproveitamento do coco de babaçu; melhorias na qualidade dos produtos para a sua introdução no mercado formal. O principal problema que o projeto continua apresentando, é que a gestão do projeto não tem um controle sobre o impacto, o que não permite direcionar e priorizar a ação e assim, ampliar os efeitos positivos.

5. Potential sustainability.

O projeto apresenta uma ótima sustentabilidade no nível dos aspectos sócio-culturais e meio ambiente; uma boa sustentabilidade em nível de apropriação, por parte das beneficiárias, apoio político, igualdade de gênero e domínio da tecnologia. Os elementos críticos na sustentabilidade estão na viabilidade econômico-financeira (as mesmas características do movimento social que tem o MIQCB torna difícil a aquisição de uma autonomia financeira sem o apoio de instituições ou organizações nacionais e internacionais para manter sua estrutura e seu funcionamento) e na capacidade institucional de gestão. Os problemas apresentados anteriormente em relação à sustentabilidade das unidades produtivas foram superados com a assessoria técnica recebida. Atualmente, este é o único componente do projeto que tem um sistema permanente de monitoramento.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

Pertinência / Qualidade de desenho: WoW y ActionAid: Precisar melhor os Resultados e os IOVs, em particular os IOVs em termos quantitativos e qualitativos, considerando o último ano e meio de execução. MIQCB: realizar uma análise das estratégias implementadas e controlar as metas. Equipo técnica: Preparar um levantamento e relatório consolidado sobre os resultados obtidos para que sirvam como ferramenta de análise a ser usada pelo MIQCB.

Eficiência: WoW-ActionAid-MIQCB: consensuar as mudanças necessárias no orçamento para enviar a solicitação à delegação CE. WoW - ActionAid: apoiar a implementação de um sistema de monitoramento sistemático, capacitando a equipe técnica e as coordenadoras do MIQCB.

Eficácia: WoW-ActionAid: acompanhar diretamente o processo de formação dos recursos humanos locais (assessoras técnicas e liderança do MIQCB). Apoiar o processo de renovação da atual estrutura de gestão, redistribuindo as responsabilidades de forma mais equilibrada.

Impacto: Wow-ActionAid: é necessário fortalecer a equipa de assessoria técnica em questões de programação, avaliação e monitoramento. MIQCB: melhorar o controle sobre o impacto do projeto entre grupos de mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Sustentabilidade: WoW-ActionAid-MIQCB: Buscar recursos para garantir o funcionamento da estrutura do MIQCB ao finalizar o projeto; avaliar a necessidade de apoiar a organização de uma rede de apoio ao

MIQCB de técnicos e profissionais das comunidades. MIQCB: aprofundar a definição da estrutura jurídica necessária para a comercialização dos produtos excedentes no mercado formal.



MONITORING REPORT

Brasil – BR – Bridging the Divide: Enhancing Forest Tenure, Management and Marketing in the Brazilian Amazon.
MONITORING REFERENCE – 24/05/08

I. PROJECT DATA

Project Number: 2005/081-390	Task Manager:
Date Financing Agreement signed: 20/05/05	Delegation Advisor: Hans Dorresteijn
Start date – planned: 01/07/05	Monitor: Nathalie Colmet-Daage
Start date - actual: 01/07/05	Project Authority: Instituto do Homem e Meio Ambiente IMAZON
End date – planned: 01/07/09	Sector/Subsector: 31200 – Forestry
End date - likely: 01/07/09	Monitoring visit date: From : 20/05/08 - To: 24/05/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	2.296.300
Secondary Commitment (funds contracted):	€	2.296.300
Funds Disbursed by the Commission:	€	931.693
Expenditure Incurred by Project:	€	900.106

* As at: **31/10/07**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	c
2. Efficiency of implementation to date	c
3. Effectiveness to date	c
4. Impact to date	b
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

Os objetivos do projeto respondem bem à problemática de degradação ambiental, promovendo a conservação da diversidade biológica amazônica valorizada no local e o aprimoramento do padrão de vida das populações que vivem dessa floresta. A proposta de implementar boas práticas de manejo florestal comunitário (MFC) ligando competências de institutos de pesquisa, institutos de educação e organização social é também altamente relevante. Entretanto, a estratégia do projeto não é realista e a lógica de intervenção apresenta deficiências já apontadas nos dois monitoramentos anteriores, que, porém, não foram melhoradas: i) O Objetivo Específico (OE) é muito ambicioso e se assemelha mais a um Objetivo Geral (OG), tendo poucas chance de ser alcançado em 4 anos. ii) A estratégia supõe uma reprodução do modelo “Gurupá” sem levar em consideração as especificidades de cada área (Porto de Moz, Marabá). iii) O planejamento das atividades não é bem definido e não se entende como estas vão levar ao alcance dos resultados. iv) O valor agregado da parceria carece de definição. v) Falta uma análise dos riscos e as hipóteses mencionadas não se referem aos fatores externos ao projeto.

2. Efficiency of implementation to date.

O projeto executou 30% do orçamento total para um tempo decorrido de 70% do seu percurso completo, o que implica um certo atraso. Desde o primeiro ano o projeto vive ameaçado de dificuldades financeiras, afetando o ânimo das equipes de campo e a implementação das atividades. Várias causas foram identificadas: O problema relativo à personalidade jurídica do CIFOR (Centro para Pesquisa Florestal Internacional), ainda não solucionado, imobiliza fundos; os procedimentos enumerados no contrato não estão bem compreendidos; há dificuldades de comunicação do projeto com a CE, limitando o recebimento de assessoria. Apesar dessas dificuldades, o projeto conseguiu alcançar resultados, especialmente no Estuário de Gurupá, que continua sendo a área de maior progresso do projeto. (Componente C1): Os trabalhos de sistematização sobre a regularização fundiária realizados esse ano permitiram difundir a metodologia e atingir várias comunidades do Estuário; (C2): Metodologias de pesquisa participativa e capacitação de monitores “florestais” estão sendo adotadas pelos produtores. (C3): Um primeiro contrato de compra de produtos florestais está em negociação entre uma comunidade e empresas de São Paulo. Em Porto de Moz, um trabalho de organização social permitiu o arranque do projeto e estabeleceram-se processos de regularização. Em Marabá, os resultados são ainda

insignificantes. O projeto assinou um convênio com ITERPA (Instituto das Terras do Pará) e participou na elaboração de novas normas de manejo florestal. Teve muitos avanços na problemática fundiária, na implementação de MFC, porém o eixo da comercialização progrediu pouco. Existem várias razões que podem explicar esse desequilíbrio entre as regiões e as atividades: i) O caráter pouco realista do desenho e a falta de indicadores são parcialmente responsáveis pela dispersão na execução das atividades. ii) Apesar da existência de um sistema de governança e de um comitê técnico, o planejamento anual e o monitoramento interno parecem insuficientes para visualizar o projeto como um todo. ii) De quatro parceiros, três são institutos de pesquisa que têm suas próprias estratégias, que talvez não se encaixem adequadamente num projeto de desenvolvimento que exige resultados em quatro anos. iii) A complementaridade e o valor agregado da parceria e da diversidade de competências (pesquisa, organização local, educação) não estão bem explorados. iv) Os papéis e o envolvimento de cada um dos sete parceiros não são claros nem objetivos.

3. Effectiveness to date.

Os beneficiários que têm acedido aos serviços do projeto aumentaram as suas capacidades de gerir de maneira mais sustentável os seus recursos florestais graças aos bons resultados das oficinas de mapeamentos participativos, reforçadas pelos serviços dos monitores formados. Entendem melhor os desafios da comercialização, participando ativamente na tomada de decisões. Entretanto, o número de beneficiários atingidos ainda é pouco: i) Continua sendo difícil a extensão do “laboratório” do Estuário de Gurupá para fora do Estuário, e seria interessante analisar se essas dificuldades estão ligadas ao grau de organização social, ou ao nível de conflitos, ou a outros fatores. ii) A viabilidade econômica através da venda de produtos florestais não está ainda comprovada, limitando a probabilidade de alcance do OE.

4. Impact to date.

Falta uma análise dos riscos e as hipóteses mencionadas não se referem a fatores externos ao projeto para poder medir o impacto. Entretanto, a conservação e o manejo sustentável da floresta amazônica, incluindo a melhoria das populações dependentes dessa floresta, são prioridades tanto para a comunidade internacional como para o Governo Brasileiro. Apesar da fraca eficácia atual do projeto, o efeito multiplicador através do papel dos monitores e das lideranças comunitárias, e o novo envolvimento do setor público (convênio com ITERPA, processo de descentralização do setor meio ambiente), permitem prever um bom impacto se for possível incorporar o tema comercial nas mesas de negociação das políticas públicas estaduais. Contudo, seria interessante para o projeto criar ferramentas para monitorar realmente o seu impacto nas políticas.

5. Potential sustainability.

O potencial de viabilidade do projeto dependerá do bom funcionamento da cadeia institucional, se os serviços criados pelo projeto estiverem ligados a liberações contínuas de licenciamentos. As ligações estabelecidas, esse ano, com instituições estaduais (ITERPA, SEMA - Secretaria do Meio Ambiente do Pará e IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), economicamente viáveis, abrem perspectivas de parcerias capazes de sustentar o projeto. Ademais, existe um bom nível de apropriação do projeto pelos beneficiários, o projeto trabalha em parceria com as lideranças das comunidades, respeita os aspetos sócio-culturais, reforça a autonomia dos beneficiários e não introduz tecnologias inapropriadas. O projeto tem, assim, um bom potencial de sustentabilidade. Porém, deveria reforçar o seu papel na organização social local, sem a qual a aplicação do Manejo Florestal Comunitário e o acesso ao mercado serão difíceis. Falta também preparar já uma estratégia definida para a retirada do financiamento.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

Como já foi recomendado nos monitoramentos anteriores, o projeto precisa melhorar o caráter operacional do marco lógico da seguinte forma: 1) Melhorar a definição dos grupos alvos em cada região (Gurupá, Porto de Moz, Marabá) considerando, nessa definição, o nível de organização social e a intensidade de conflitos existentes. 2) Melhorar os indicadores do OE para que sejam mais compatíveis com o caráter piloto do projeto. 3) Precisar os avanços que se espera em relação às políticas públicas relevantes. **Eficiência:** 1) Organizar um seminário entre os diferentes parceiros com o objetivo de debater a problemática financeira e encontrar soluções coletivas; selecionar áreas de intervenção onde o projeto tem bastante probabilidade de implementação com facilidade; definir resultados atingíveis e modelar o calendário de atividades. 2) **Para CE:** Reduzir o período de validação dos relatórios financeiros; apoiar um eventual pedido de extensão com algumas alterações nos indicadores; ajudar os gerentes do projeto na leitura útil do contrato. **Eficácia:** 1) Reequilibrar o projeto, aumentando a sua implementação em Marabá e Porto de Moz. 2) Estender o processo de mapeamento participativo e de capacitação de monitores. 3) Amplificar os estudos de viabilidade econômica. **Impacto/Sustentabilidade:** 1) Afinar a estratégia e a política de comunicação entre os parceiros para mobilizar as instituições públicas mais relevantes do projeto (ITERPA, IBAMA, INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária, SEMA). 2) Definir uma estratégia de saída do projeto ao término do financiamento.



MONITORING REPORT

Brasil – BR – Mainstreaming Market Services, Certification and Codes-of-Conduct in Brazilian Forest and Fringe Areas.
MR-30414.03 – 01/07/08

I. PROJECT DATA

Project Number: 2005/080-916	Task Manager:
Date Financing Agreement signed: 24/03/05	Delegation Advisor: Hans Dorresteijn
Start date – planned: 01/04/05	Monitor: Nathalie Colmet-Daage
Start date - actual: 01/04/05	Project Authority: Amigos da Terra - Amazônia Brasileira
End date – planned: 31/03/09	Sector/Subsector: 41000 – General Environment Protection
End date - likely: 31/03/09	Monitoring visit date: From : 02/06/08 - To: 07/06/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	2.526.797
Secondary Commitment (funds contracted):	€	2.526.797
Funds Disbursed by the Commission:	€	1.733.245
Expenditure Incurred by Project:	€	2.555.065

* As at: **31/05/08**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	c
2. Efficiency of implementation to date	c
3. Effectiveness to date	c
4. Impact to date	c
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

A relevância do projeto é bastante alta devido à importância do fortalecimento e da expansão das alternativas de mercado para produtos florestais sustentáveis e/ou certificados para combater a ameaça do manejo florestal predatório. Entretanto, o desenho muito ambicioso dos objetivos faz com que esse projeto corra riscos (já notados no monitoramento anterior e que se confirmam esse ano) muito grandes de não alcançar seu OE: i) É difícil atuar ao mesmo tempo no desenvolvimento de serviços de apoio, na difusão de informação e no desenvolvimento de instrumentos de certificação voluntária com uma cobertura nacional. ii) Foi irrealista definir como objetivo específico o incremento da demanda e do acesso a mercados. O OE deve ser considerado mais como um impacto econômico ao nível do Objetivo Geral (OG). iii) Os resultados e as atividades enumerados não foram definidos de modo a possibilitar verificar o seu alcance. iv) Os indicadores do OE e dos resultados carecem de quantificação e de uma linha de base para serem analisados.

2. Efficiency of implementation to date.

O projeto executou 75% do orçamento total para um avanço físico de 75%. Apesar da existência de um sistema de monitoramento rigoroso dos recursos financeiros, o projeto sofreu, pelo segundo ano consecutivo, um atraso do desembolso do terceiro pagamento da Comissão Europeia. Apesar das recomendações do monitoramento anterior, não houve melhoria na comunicação entre a CE e o projeto para esclarecer procedimentos financeiros e dúvidas administrativas. Em consequência, a repartição das despesas não é muito homogênea, havendo 84% do orçamento gasto na rubrica dos recursos humanos e 50% nos outros itens. Essas dificuldades financeiras limitaram o dinamismo do projeto e a possibilidade de um efetivo planejamento das atividades, que não foram executadas como o programado: o balcão de serviços funcionou a uma velocidade reduzida apesar de numerosas demandas. O projeto alcançou resultados positivos de mobilização visíveis através do sucesso das feiras de consumidores de produtos florestais, do aumento de associados nos grupos de compradores (incluindo construção civil) e dos produtores de madeira certificada, da ampliação das discussões sobre créditos sustentáveis com os maiores bancos do Brasil e da criação de critérios de certificação agrícola. Entretanto, esses resultados não se traduziram num aumento notável de volumes da demanda por produtos sustentáveis, nem em compromissos de mercados internacionais através do GFTN (Global Forest Network). O número de áreas

certificadas estagnou e o acesso dos pequenos produtores aos mercados de produtos sustentáveis ficou limitado. Embora os problemas financeiros tenham afetado o projeto, existem também problemas recorrentes de gerenciamento interno que se traduz numa ausência de programação e seguimento-avaliação comuns entre os parceiros: a) o “plano anual de ações”, que lista as metas a atingir por cada atividade, não pode ter função de calendário, dado que não reflete a repartição temporal das atividades ao longo do ano; b) o monitoramento das atividades está sob a responsabilidade individual de cada parceiro, mas sem estrutura clara de coordenação e de avaliação dos avanços do projeto; c) a comunicação entre os parceiros não é muito fluida; d) fora da equipe administrativa, os recursos humanos são pouco estáveis.

3. Effectiveness to date.

Os beneficiários que têm tido acesso aos serviços do projeto são essencialmente as empresas de construção civil, as empresas madeireiras, os bancos e, em menor escala, os consumidores finais dos produtos florestais. Embora essa população de beneficiários seja diversificada, a categoria dos pequenos produtores não tem sido levada em consideração, apesar das recomendações do monitoramento anterior. A contribuição dos resultados para atingir o OE é ainda insuficiente, limitando o potencial de eficácia: i) O aumento dos volumes de madeira certificada disponível no mercado nacional não permite abastecer as demandas da construção civil. ii) A disponibilidade de novos produtos não se traduziu em uma grande ampliação das trocas entre pequenos produtores e consumidores finais. Falta ainda reconhecimento dos benefícios da certificação e entendimento sobre os critérios. Por exemplo, é difícil entender que uma mesma certificadora, como, por exemplo, FSC (Forest Stewardship Council), possa certificar produtos e/ou embalagens. iii) A criação de emprego está limitada a alguns casos isolados e falta, de uma maneira geral, demonstrar a viabilidade econômica da proposta.

4. Impact to date.

A estratégia do projeto relativa a uma vontade de influenciar vários grupos da cadeia do produto sustentável é indício de um bom impacto e de uma ampliação dos efeitos do projeto: o trabalho efetuado com os bancos beneficia uma população diversificada; os numerosos eventos de sensibilização do consumidor final e o acompanhamento dos produtores e compradores têm um efeito multiplicador. Entretanto, os problemas ligados à obtenção da certificação e a falta de reconhecimento do valor da mesma amplificaram-se este ano, reduzindo as perspectivas de impacto. A certificação é um instrumento indispensável e pode tornar-se inatingível se o projeto não adotar medidas para discuti-la numa mesa de negociações com as políticas públicas relevantes.

5. Potential sustainability.

O projeto tem um bom nível de apropriação pelos beneficiários, respeita os aspectos sócio-culturais, não introduz tecnologias inapropriadas, reforça a autonomia dos beneficiários e leva em conta os aspectos ambientais. A viabilidade econômica de longo prazo é viável em função da capacidade dos diferentes grupos beneficiários de gerenciar-se e articular-se entre si para aumentar os volumes de produtos certificados e influenciar as políticas públicas. Porém, na data do monitoramento, o grau de autonomia é ainda insuficiente e o projeto deveria preocupar-se já em definir uma estratégia de saída contando com futuros apoios privados ou de instituições como o SEBRAE (Serviços Brasileiros para Pequenas e Médias Empresas) ou a Fundação Florestal de São Paulo.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

Qualidade: 1) Revisar, de forma participativa, a estratégia e os métodos de coordenação tendo como objetivo a necessidade de sistematizar os resultados obtidos até agora. 2) Em função dessa sistematização, definir com precisão resultados que o projeto é capaz de atingir ao seu final. Eficiência: 1) Organizar um seminário entre os diferentes parceiros com o objetivo de compartilhar e discutir a problemática financeira e encontrar soluções coletivas. 2) Elaborar um calendário de atividades para o ultimo ano priorizando as atividades do balcão. 3) Verificar a adequação do pequeno orçamento restante na rubrica “recursos humanos” com as atividades que possam ser desenvolvidas. 4) <u>Para a CE:</u> Reduzir o período de validação dos relatórios financeiros e apoiar uma eventual proposta de revisão de orçamento. Eficácia: 1) Ampliar e priorizar os serviços do balcão para pequenos produtores. 2) Sistematizar e divulgar os gargalos da certificação. 3) Colocar em discussão os efeitos negativos de uma certificação pouco clara e sem transparência (certificação de embalagens). 4) Estudar a possibilidade de revisar as vantagens e desvantagens de integrar ou não a rede do GFTN. Impacto: Elaborar uma estratégia de intervenção para influenciar as políticas públicas sobre o tema da certificação. Sustentabilidade: 1) Selecionar os grupos alvos factíveis de atingir o processo de autonomia e reforçar as atividades nesse sentido. 2) Ampliar a parceria com o SEBRAE e a Fundação Florestal de São Paulo.
--



MONITORING REPORT
BRASIL – BR – SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO
PARTICIPATIVA DOS RECURSOS FLORESTAIS E AGRÍCOLAS
PELAS POPULAÇÕES RURAIS NA AMAZÔNIA.
MR-30415.03 – 01/07/08

I. PROJECT DATA

Project Number: 2005/081-407	Task Manager:
Date Financing Agreement signed: 04/06/05	Delegation Advisor: Hans Dorresteijn
Start date – planned: 01/07/05	Monitor: Martin Rall
Start date - actual: 01/07/05	Project Authority: CIRAD
End date – planned: 30/09/09	Sector/Subsector: 31210 – Política florestal e gestão administrativa
End date - likely: 30/09/09	Monitoring visit date: From : 20/05/08 - To: 23/05/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	2.043.819
Secondary Commitment (funds contracted):	€	2.043.819
Funds Disbursed by the Commission:	€	1.439.946
Expenditure Incurred by Project:	€	1 015 898

* As at: **31/01/08**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	b
2. Efficiency of implementation to date	c
3. Effectiveness to date	b
4. Impact to date	b
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O projeto foi concebido para resolver os problemas graves enfrentados por agricultores familiares em zonas de colonização antiga e mais recente na Amazônia, devido à falta de viabilidade e sustentabilidade económicas e ecológicas dos seus sistemas de produção agro-pecuários. A estratégia adoptada é de envolver uma amostra de agricultores em 6 sítios diferentes em 3 países (3 no Brasil, 2 no Equador e 1 em Peru) na testagem de novos sistemas de gestão integrada dos seus recursos agro-florestais, em unidades demonstrativas nas propriedades de agricultores inovadores. O projeto responde a uma necessidade urgente, tanto para o grupo alvo como para os governos, e tem o potencial de contribuir significativamente para viabilizar as políticas públicas de proteção da biodiversidade e combate à pobreza na Amazônia. A lógica da intervenção do projeto é clara e bem desenhada, mas não é bem documentada no quadro lógico, que é fraco, e não pode ser usado para efeitos de monitoria dos resultados e do impacto; não foram incorporadas as recomendações da monitoria anterior. Porém, pelo pouco tempo que resta ao projeto, não se considera útil investir mais esforços nisto. A duração prevista do projeto foi recentemente prorrogada por mais 9 meses para permitir a testagem da sustentabilidade de sistemas agro-florestais, que é uma modificação muito positiva. A inserção institucional do projeto, e o seu organograma, são relativamente complexos, e levaram mais tempo que o previsto para serem estabelecidos, mas respondem às realidades políticas, administrativas e logísticas nos sítios, e permitem agora uma implementação mais descentralizada e fluida.

2. Efficiency of implementation to date.

O projeto sofreu atrasos graves nos primeiros dois anos, alguns por motivos fora do controle do projeto, outros por uma gestão deficiente e morosa, tanto da parte da coordenação, como dos parceiros. O resultado foi que nenhuma das unidades demonstrativas (UDs) foi estabelecida como previsto no primeiro ano, e menos de 50% estavam prontas depois do segundo ciclo produtivo. Neste último ano houve um ritmo bastante melhor: já existem 54 UD's de sistemas integrados e 7 planos de manejo florestal (PMF), mas apenas um no Brasil, e se espera poder estabelecer mais 34 UD's e 7 PMFs antes do fim de 2008. Haverá mais um ciclo produtivo antes do fim do projeto para testar os modelos em todos os sítios e para

avaliar a sua adoção por outros agricultores, sem apoio financeiro do projeto. Não se iniciou nenhuma atividade de aproveitamento de recursos florestais não madeireiros. A gestão deficiente do projecto durante os dois primeiros anos foi rectificada em grande medida através da descentralização de algumas responsabilidades e fundos aos coordenadores dos sítios, e da realização de reuniões trimestrais regulares do Comité Director, para as quais são preparados relatórios de progresso e planos de trabalho trimestrais de cada sítio.

3. Effectiveness to date.

O projeto tem sido desenvolvido de uma forma muito participativa e com o apoio de todos os intervenientes, incluindo os movimentos sociais e as entidades competentes dos governos. Como resultado, apesar dos atrasos na sua implementação, existe um clima muito positivo à sua volta em todos os sítios, e a participação dos agricultores e parceiros institucionais tem sido boa. A probabilidade de que o Objetivo Específico seja atingido dentro do prazo do projeto melhorou no último ano com a aprovação da prorrogação do projeto por mais 9 meses. Em relação ao componente local, vai ser possível aproveitar o ciclo de cultivo 2008-09 para confirmar a validade dos modelos agrícolas, divulgá-los e observar a sua adoção pelos outros agricultores. Ao nível nacional, onde se pretende que os resultados sejam tomadas em conta no desenvolvimento das políticas públicas, é ainda cedo para poder avaliar até que ponto será atingido. Parece ser um pouco ambicioso no tempo disponível, mesmo se não houvesse atrasos, mas com um esforço maior pode-se lograr bastante.

4. Impact to date.

A estrutura de monitoria que o projeto montou é um dos seus aspetos mais positivos. Foi feito um trabalho muito abrangente de diagnóstico socio-económico e ambiental em todos os sítios para obter uma base de dados boa para efeitos de monitoria de sustentabilidade e impacto. Os indicadores a serem usados foram escolhidos e definidos de uma forma participativa com os parceiros e com os beneficiários. Devido aos atrasos do projeto, o sistema de monitoria está ainda numa fase inicial de colheita de dados básicos, e a medição do impacto será feita no último semestre. Porém, já há um impacto importante no sentido de que muitos agricultores foram convencidos pelos modelos testados, e querem implementá-los.

5. Potential sustainability.

Há muitos fatores a favor da sustentabilidade dos benefícios do projeto. As tecnologias e modelos que o projeto promove foram desenhados com a participação das organizações dos beneficiários e das instituições públicas locais. O projeto promove a sua implementação pelos próprios agricultores, que são capacitados no processo. Todos os parceiros do projeto são instituições que podem fazer o mesmo trabalho depois de terminado o projeto. As associações de agricultores são formadas por iniciativa local e não dependem do projeto para a sua continuação. Os objetivos do projeto são apoiados pelas políticas públicas, em particular pela proibição legal de concessão de créditos pelos bancos a agricultores que não assinem compromissos de "alteração de conduta" que os obrigam a parar de desmatar e de reflorestar as suas propriedades. O apoio institucional necessário para a implementação dos modelos de manejo florestal sustentável pode ser dado por instituições e seus programas existentes. De modo que, a médio prazo (depois do fim do projeto), é provável que o impacto que o projeto possa vir a ter seja sustentável. Em relação à sustentabilidade económica dos modelos, o modelo agrícola que usa agroquímicos nos primeiros anos não necessitará de apoio externo, sendo economicamente viável para os agricultores. O modelo agroecológico com mecanização (roça permanente de lavoura branca) requer mais investimento no primeiro ano, e portanto vai requerer um apoio financeiro ou em equipamento; é possível que os bancos estejam interessados nisto, ou que as prefeituras possam colocar máquinas à disposição dos agricultores, mas é cedo ainda para poder confirmar. Os modelos de exploração florestal obedecem a regras que visam garantir a sua sustentabilidade.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

O projeto oferece soluções inovadoras, viáveis e potencialmente sustentáveis para problemas de alta prioridade. Trabalha de uma forma participativa e está bem enquadrado institucionalmente. Sofreu atrasos no início mas a sua eficiência melhorou ultimamente. Recomenda-se o seguinte: 1.) O projeto deve dedicar mais atenção à questão das dificuldades de replicação do modelo RPLB (roça permanente de lavoura branca), nomeadamente à questão do apoio/subsídio que será necessário para a preparação mecanizada da terra no primeiro ano, ajudando os agricultores que querem adotar este modelo a buscarem uma solução junto a entidades como o Proambiente, os bancos e as prefeituras. O apoio poderia ser em material e informações de lobby, e outras formas de apoio que os produtores identificarem. 2.) O projeto deve tomar uma decisão sobre o aproveitamento de recursos florestais não madeireiros, tomando em conta que há pouca demanda da parte dos produtores. Não parece ter sentido gastar mais recursos nesta actividade. 3.) O projeto deve dedicar-se mais no último ano a publicar os resultados dos modelos testados, a apresentá-los em seminários e conferências e a produzir material/mídia de lobby para o uso dos agricultores e outros parceiros para influenciar as políticas públicas.



MONITORING REPORT

Brasil – BR – Promoção do manejo florestal sustentável com enfoque na produção e comercialização de madeira no Estado do Amazonas.

MR-30416.03 – 01/07/08

I. PROJECT DATA

Project Number: 2005/081-658	Task Manager:
Date Financing Agreement signed: 12/05/05	Delegation Advisor: Cristina Carvalho
Start date – planned: 19/05/05	Monitor: Nathalie Colmet-Daage
Start date - actual: 19/05/05	Project Authority: GRET
End date – planned: 19/05/08	Sector/Subsector: 31210 – Forest policy and administrative
End date - likely: 19/12/08	Monitoring visit date: From : 26/05/08 - To: 31/05/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	1.412.053
Secondary Commitment (funds contracted):	€	1.412.053
Funds Disbursed by the Commission:	€	801.823
Expenditure Incurred by Project:	€	1.086.829

* As at: **31/03/08**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	b
2. Efficiency of implementation to date	c
3. Effectiveness to date	b
4. Impact to date	b
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O projeto Floresta Viva (FV) tem uma alta relevância para a dinâmica de conservação ambiental da Amazônia. Responde à demanda dos extratores de madeira e apóia, ao mesmo tempo, a política ambiental Zona Franca Verde bem como o processo de descentralização do setor meio ambiente no Estado do Amazonas. Apesar das mudanças institucionais no decorrer do ano passado, com a extinção do principal parceiro AFLORAM - Agência de Florestas de Amazonas, e da necessidade de reorientar o projeto para prevenir riscos de não alcançar seu Objetivo Específico OE (isso é, regularização fundiária e licenças de operações ambientais - LO), o projeto conseguiu avançar ajustando suas ações e tendo suficiente flexibilidade. O quadro lógico foi revisado por ocasião do pedido de extensão do projeto, porém sua estrutura apresenta ainda algumas deficiências: há confusão entre OE e resultados; os resultados são expressos como indicadores (Indicadores Objetivamente Verificáveis - IOV) e estes não são claramente definidos, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, para poder medir os avanços do projeto. Em contrapartida, os produtos das atividades são bem definidos.

2. Efficiency of implementation to date.

O projeto obteve uma prorrogação de 7 meses e finalizará em dezembro de 2008. O consumo do orçamento total revisado é estimado em 75% (incluindo contrapartidas), para um tempo decorrido de 84%. As atividades planejadas foram implementadas em cerca de 80% (avanço frente às metas do plano de trabalho até maio de 2008), sendo importante ressaltar a qualidade e a competência dos recursos humanos. O monitoramento das atividades melhorou muito desde o ano passado e as recomendações relativas aos parceiros foram levadas em conta. A extinção da AFLORAM, há um ano (junho de 2007), provocou uma grande instabilidade, limitando o processo de execução e de planejamento. Hoje a situação é estável e os novos parceiros oficiais de execução do projeto são: ADS - Agência de Desenvolvimento Sustentável, IDAM - Instituto do Desenvolvimento Rural e Florestal do Amazonas e IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental de Amazonas, os quais oferecem contrapartidas e são responsáveis, respectivamente, pela comercialização, pelo fomento e extensão agrícola e florestal e pelas licenças (LO). O Instituto das Terras da Amazonas - ITEAM é também associado ao projeto sem ser oficialmente parceiro. Não houve mudanças dos outros parceiros (FUCAPI - Fundação Centro de

Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica, FDB - Fundação Djalma Batista e EAFM - Escola Agrotécnica Federal de Manaus). O grau de cumprimento dos resultados do OE2 é alto. (R2.1): O dispositivo IPAAM-IBAMA foi aprimorado; (R2.2): Várias Instruções Normativas (IN) foram elaboradas. Entretanto, a implementação do projeto apresenta algumas deficiências: i) Há 25% do orçamento global por gastar durante os sete meses restantes. A paralisação da execução do projeto no ano passado é, sem dúvida, uma das razões do fraco desembolso. Porém, é urgente adotar as medidas necessárias para planejar as futuras despesas, especialmente para os equipamentos previstos; ii) O alcance dos resultados é desequilibrado entre o OE1 e o OE2. Os resultados que contribuíram para o alcance do OE1 avançaram pouco esse ano. Com relação ao R1.2, numerosas capacitações foram feitas, porém a expansão de planos de manejo florestal é muito limitada pela dificuldade de obter as diferentes licenças. Em consequência, quanto ao R1.3, os volumes de produção de madeira manejada não aumentaram como o esperado. A cadeia de comercialização não está ainda efetiva e os resultados financeiros da venda de madeira manejada em torra ou transformada com alto valor agregado não estão comprovados. Com relação ao R1.4, o processo de “difusão” foi reduzido a um diagnóstico; iii) O projeto não conseguiu ainda retomar um ritmo suficiente de atividades no campo. Não houve planificação de atividades de extensão florestal em parceria com os técnicos do IDAM ao nível municipal.

3. Effectiveness to date.

Durante esse ano, o projeto conseguiu estabelecer laços fortes entre ITEAM, IPAAM, IDAM, ADS, SEAFE - Secretaria Executiva Adjunta de Florestas e Extrativismo, SDS - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas e EAFM. O projeto é considerado um parceiro indispensável, já que implementou uma metodologia atrativa para fazer sentar numa mesma mesa de negociações os diferentes atores das políticas públicas. Os serviços fornecidos pelo projeto são a organização de *workshops* e seminários, a disponibilização de consultorias sobre temas de estrangulamentos específicos, a difusão de documentos sintéticos ou resultados de pesquisas, todos sendo ferramentas de discussão. O FV demonstrou que uma ONG Internacional pode desempenhar o papel de articuladora nas mesas de negociação de políticas públicas no Estado do Amazonas. Entretanto, se a eficácia do OE2 é excelente, não é o caso do OE1. O número de beneficiários que podem desfrutar dos planos de manejo está muito abaixo do previsto e a cadeia dos planos de manejo florestal de pequena escala encontra ainda muitos problemas (posse de terra, obtenção de LO, comercialização e viabilidade econômica), o que impede sua difusão em grande escala.

4. Impact to date.

Até a data deste monitoramento, o impacto melhorou muito com relação ao ano passado. A SDS se reestruturou, está estável e o projeto soube readaptar seu quadro de parcerias. A aceitação do projeto é muito boa, tanto ao nível local quanto ao municipal e ao estadual. O impacto institucional do FV é excelente em matéria de instrumentos e em termos de metodologias participativas na elaboração de políticas públicas. Entretanto, a segunda hipótese referente à valorização do preço da madeira manejada ainda não se verifica hoje. Os mercados potenciais, com valorização de preço mesmo para pequenos volumes, não foram ainda bem identificados e existe uma certa concorrência com a madeira certificada. Parece até mais prudente situar o processo da madeira manejada como um preâmbulo à certificação e não como um fim. Uma das hipóteses não formulada, porém destacada no último monitoramento e que pode afetar o impacto do projeto, está relacionada com a problemática fundiária e às LO. O projeto adotou medidas reparatórias através da parceria com IPAAM e dos diferentes estudos sobre regularização fundiária disponibilizado por ITEAM. Porém, a cadeia do plano não está ainda funcionando.

5. Potential sustainability.

O projeto tem um bom potencial de sustentabilidade: i) A boa integração do FV no seio das instituições públicas aumenta a probabilidade de suporte financeiro institucional após a retirada do financiamento. ii) Existe um bom nível de apropriação pelos beneficiários, o projeto respeita os aspetos sócio-culturais e reforça a autonomia dos beneficiários. iii) A estratégia definida de retirada é pertinente: SEAFE teria o papel de articulação e formulação de políticas promovendo o uso sustentável dos recursos florestais, IDAM ficaria com a responsabilidade de difusão dos planos ao nível da comunidade e dos municípios; ADS teria a seu cargo a comercialização. Porém essas instituições não estão ainda preparadas para assumir essas funções.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

Qualidade: 1) Melhorar mais ainda o caráter operacional do quadro lógico priorizando alguns indicadores para realizar uma avaliação interna dos resultados. Eficiência: 1) Reunir os diferentes parceiros para definir critérios de atribuição dos equipamentos previstos (incluindo beneficiários e parceiros). 2) Detalhar o orçamento para poder aplicar um monitoramento dos recursos rigoroso durante os últimos sete meses. 3) Multiplicar as oficinas de “repassé” para o IDAM nos pólos. 4) Apoiar a comercialização da madeira manejada até à venda. 5) Entregar o portal da madeira para o SEAFE. Eficácia: Estudar e sistematizar o
--

impacto econômico dos planos de manejo e seus gargalos. **Impacto:** Reforçar os trabalhos de apoio à revisão da lei da terra do Amazonas e os intercâmbios com outros Estados. **Viabilidade:** 1) Consolidar a metodologia de difusão. 2) Apoiar o planejamento estratégico de ADS, IDAM e da SEAFE.



MONITORING REPORT
BRASIL – BR – USO SUSTENTÁVEL DE FLORESTAS NO
COMPLEXO SERRA DAS LONTRAS-UNA, ESTADO DA BAHIA,
BRASIL: PRODUÇÃO ORGÂNICA DE CACAU ATRAVÉS DE
COOPERATIVAS DE PRODUTORES.
MR-030417.03 – 01/07/08 (Date of Report)

I. PROJECT DATA

Project Number: 2005/081-688	Responsible AIDCO:
Date Financing Agreement signed: 06/06/05	Responsible EC Delegation: Cristina Carvalho
Start date – planned: 06/06/05	Monitor: Jorge Vivar-Mariscal
Start date - actual: 01/07/05	Project Authority: BirdLife International
End date – planned: 30/06/09	Sector/Subsector: 41030 – Biodiversity
End date - likely: 30/06/09	Monitoring visit date: From : 19/05/08 - To: 10/06/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	1.526.819
Secondary Commitment (funds contracted):	€	1.526.819
Funds Disbursed by the Commission:	€	713.080
Expenditure Incurred by Project:	€	706.510

* As at: **31/12/07**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	b
2. Efficiency of implementation to date	b
3. Effectiveness to date	b
4. Impact to date	c
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O projeto já foi monitorado em duas ocasiões, em 2006 e 2007, e continua sendo relevante, já que algumas iniciativas necessárias para o crescimento econômico priorizado pelo governo ainda ameaçam a área da Mata Atlântica. Se estima que a Mata Atlântica abasteça mais de cem milhões de pessoas com águas que nascem neste ecossistema e formam rios que abastecem as principais cidades e metrópoles do país. No entanto, é o bioma mais ameaçado do planeta, cobrindo um território com menos de 10% do que se estima que havia há 500 anos. A área de intervenção é ao sul de Ilhéus, no estado da Bahia. A lógica do projeto é a da conservação da Mata Atlântica por meio de seu uso sustentável na agricultura, nas plantações primordialmente baseadas no cacau, que é considerado não prejudicial para este tipo de ecossistema. Durante o monitoramento anterior, foi manifestada a necessidade de melhorar o quadro lógico (QL) em relação aos seus indicadores, já que estes não eram (e continuam não sendo) suficientemente específicos para poder medir o progresso do projeto. Durante esta missão se identificou um objetivo geral implícito: Conservação da Mata Atlântica do Nordeste; e um objetivo específico: Envolver as pessoas em atividades de conservação da Mata Atlântica e desenvolvimento regional. Os indicadores no QL, então, têm que refletir estes objetivos com variáveis de tempo, alvo, qualidade e quantidade. O QL, por ora, é só parcialmente útil para monitorar o projeto. O parceiro local é o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB) em Ilhéus, e é de se esperar que o valor agregado com a transferência de conhecimentos se reflita no futuro, quando o IESB for o parceiro principal e puder contar com meios técnicos próprios para realizar a intervenção. No momento, em relação à cobertura do grupo-alvo principal, que é muito limitada e inconsistente com relação ao montante total do custo da intervenção, o desenho do projeto continua afetando a projeção de impacto que este possa ter, a menos que a intervenção fosse considerada piloto.

2. Efficiency of implementation to date.

No último relatório, observou-se que € 34.849 não eram elegíveis (membros da rubrica pessoal foram contratados como consultores) e, portanto, o terceiro pagamento não foi efetuado. Até o momento, em função deste problema, o parceiro do Reino Unido pôde suprir a falta dos recursos da CE e o projeto não

sofreu atrasos nem teve que alterar seu rumo. No entanto, recomenda-se regularizar esta situação o quanto antes, para não afetar sua implementação. Por outro lado, a colaboração com instituições relevantes tem propiciado o seguinte: 52 cursos, capacitações e seminários foram realizados visando a promoção orgânica de cacau e outras colheitas agroflorestais; 134 visitas técnicas foram feitas a 115 propriedades rurais; 64 atividades de intercâmbio foram realizadas; foi dado apoio a agricultores para mudar a agricultura orgânica (70%); identificação limitada de oportunidades de mercados nacionais e internacionais; promoção de áreas protegidas privadas, estaduais e federais. Estas, entre outras atividades, se realizam em sua maioria de acordo com o planejado. Até o momento foi possível comercializar, a preços do último ano, cacau, borracha e outros produtos alimentícios por R\$ 811.000,00 (Coop. Cabruca), R\$ 700.000,00 (Cooperuna), R\$ 800.430,00 (Cooperuna), respectivamente. No entanto, é importante mencionar que as oportunidades de comercialização dos produtos têm sido pouco alentadoras para as cooperativas. Cabruca está muito bem organizada, porém ainda carece de capacidade de gestão de negócios e experiência em comercialização. Cooperuna conta com poucos produtores orgânicos, pouca organização, estrutura e recursos humanos. Por outro lado, houve um incremento de 120 beneficiários e foi relatado também um aumento no número de mulheres, sem que se possa, porém, precisá-lo. A cooperativa Cooperuna tem experimentado mudanças na administração que têm se caracterizado pela duplicidade em sua política, sendo contrária em algumas instâncias, a atividades do projeto. CEPLAC também mostrou uma posição contrária à criação e ampliação das unidades de conservação, porém demonstra mais afinidade neste campo. O levantamento sobre a fauna mamífera nas áreas de intervenção é promissora porque será um forte indicador do estado da área em geral. Não existe um sistema de monitoramento de resultados.

3. Effectiveness to date.

Embora para os agricultores ou habitantes haja um grande interesse pelo próprio bem-estar econômico, sendo esta a maior razão para adotar a agricultura orgânica, observa-se melhoras também na qualidade da terra e demais benefícios associados a esta prática nas áreas onde eles vivem. Destaca-se o fato de que os resultados estejam se materializando em função de um reflorestamento de áreas da Mata Atlântica, especificamente na área da intervenção, a partir da conscientização dos habitantes sobre a importância de conservar este ecossistema para seu próprio benefício. Contudo, o projeto deixa claro que é preciso ter mais do que somente produtos orgânicos para abrir mercados. O programa das hortas com as mulheres, por exemplo, teve que ser descontinuado, já que culturalmente não era uma atividade viável. No entanto, indicadores mais sofisticados têm que ser desenvolvidos para poder avaliar a qualidade dos resultados do projeto neste seu último ano de sua execução.

4. Impact to date.

Infelizmente o projeto tem dois pilares fracos. O primeiro é seu desenho, que, em função do orçamento total da intervenção, não abrange um universo de beneficiários amplo que permita produzir um impacto considerável, o que atualmente é tarde para remediar. O segundo, como mencionado em *Eficácia*, é a falta de ferramentas para medir, através de indicadores sofisticados, o grau de impacto que o projeto possa ter no futuro. No entanto, um impacto positivo modesto que se espera é um incremento no nível de vida dos agricultores, desde que a Mata Atlântica não sofra uma diminuição por causa das atividades dessa população. Além disso, outro impacto pode ser a influência positiva do projeto na sociedade civil e no governo, a partir dos esforços de conscientização. Poderiam ser observados impactos no aumento do número de beneficiários se houvesse aproveitamento da replicabilidade da tecnologia e dos conhecimentos adquiridos a outros agricultores.

5. Potential sustainability.

A sustentabilidade é positiva com relação aos conhecimentos adquiridos e ao interesse econômico dos agricultores em questão. Os preços dos alimentos estão em alta e a médio prazo isto servirá para incentivar as práticas ensinadas pelo projeto. Institucionalmente, a sustentabilidade dependerá do êxito obtido e demonstrável pelo projeto em relação ao seu OE para conseguir novos fundos e continuar a partir de onde este projeto acabe. Para isto, resultados com indicadores objetivos de OE serão necessários. Adicionalmente, além dos procedimentos e da tecnologia adequados, é preciso encontrar mercados para maximizar as produções e lhes garantir uma sustentabilidade mais sólida, sendo esta uma variável que necessita ainda se consolidar nos poucos meses que ainda restam ao projeto.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

Para a gestão do Projeto: Prioridade 1: 1) Realizar os requisitos administrativos necessários para obter o terceiro pagamento. 2) Incrementar esforços para reforçar as cooperativas em sua capacidade administrativa e de comercialização. Prioridade 2: 1) Reformular os indicadores de desempenho baseados no OE. 2) Estabelecer um sistema formal de monitoramento interno com os novos indicadores.



MONITORING REPORT
BRASIL – BR – FORMAÇÃO INTEGRAL E INCLUSÃO
SOCIOECONÔMICA DE JOVENS NAS ÁREAS MENOS
DESENVOLVIDAS DO NORDESTE BRASILEIRO.
MR-30502.02 – 01/07/08

I. PROJECT DATA

Project Number: 2005/095-495	Task Manager: Not Aplicable
Date Financing Agreement signed: 19/12/2005	Delegation Advisor: Denise Verdade
Start date – planned: 01/01/2006	Monitor: Faieta Grazia
Start date - actual: 01/01/2006	Project Authority: Sozial und Entwicklungshil
End date – planned: 01/07/2009	Sector/Subsector: 11330 – Formação Profissional
End date - likely: 01/07/2009	Monitoring visit date: From : 19/05/2008 - To: 24/05/2008

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	650.000,00
Secondary Commitment (funds contracted):	€	650.000,00
Funds Disbursed by the Commission:	€	380.559,40
Expenditure Incurred by Project:	€	484.423,00

* As at: **31/12/2007**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	b
2. Efficiency of implementation to date	b
3. Effectiveness to date	b
4. Impact to date	b
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

Existe o marco lógico e ainda tem uma boa qualidade, sendo muito claro e essencial. Os dois objetivos específicos (OE) e o objetivo geral (OG) são coerentes e estão enquadrados nas prioridades das políticas públicas do Governo do Brasil, em particular o OE 2 pode aportar elementos inovadores às mesmas políticas públicas dirigidas à formação profissional e ingresso dos jovens aos empregos. Os resultados esperados (RE) e os Indicadores (IOVs) podem ser melhorados na sua definição juntando os elementos quantitativos. Em particular o RE 2.3 não é muito significativo para a consecução do OE2: melhor indicá-lo como IOV e de forma mais ampla.

A organização institucional é clara, sendo que a Sozial und Entwicklungshil (SEK) e a Obra Kolping Brasil (OKB) têm sido parceiros há muitos anos. A SEK faz atividades de sensibilização e *fund raising* na Alemanha, faz também apoio pontual durante as duas missões de monitoramento anuais que realiza. A OKB, por meio da sede regional Obra Kolping Nordeste (OKN) tem a gestão executiva do projeto no Brasil.

2. Efficiency of implementation to date.

O projeto apresenta uma boa eficiência: os recursos estiveram disponíveis em tempo e forma. Porém, o orçamento apresenta uma incoerência, pois não tem previsto recursos para a execução da Sistematização do projeto: atividade muito importante para a obtenção do OE2.

Há uma gestão transparente dos recursos e um controle da execução das atividades, o que está suportado por um planejamento anual muito detalhado no caso do OE1, sendo relacionado à realização dos cursos; a partir do segundo ano se há realizado um planejamento adequado também para as atividades dos REs relativos a OE2.

Foram executadas todas as atividades dos primeiros dois anos, alcançando os seguintes resultados:

OE1: 1019 jovens concluíram o treinamento; 97% dos jovens consideraram que dispõem entre boa e regular, competências para o emprego; 402 jovens conseguiram emprego; 322 jovens trabalham em 76 micro-empresendimentos próprios. OE2: Foram assinados 12 convênios com parceiros públicos e privados, além de apresentar a metodologia em diferentes espaços públicos (forum Social Nordestino, Encontros de ONGs que trabalham com a UE, etc.)

A gestão do projeto em nível organizativo e estrutural é adequada e conta com uma direção administrativa, dois coordenadores pedagógicos (cada um responsável pela execução em 3 estados), 10 educadores sociais (cada um responsável pelo trabalho em 1 núcleo, com 3 grupos de jovens). O projeto também conta com o apoio das “casas Kolping” nas localidades onde estão os grupos de jovens. O projeto tem melhorado a comunicação com a delegação da CE, a partir de uma visita de monitoramento realizada pela gestora do projeto designada pela Delegação da CE. Se mantém uma comunicação triangulada para as questões formais (sócio local, sócio europeu sem presença no Brasil, delegação CE em Brasília), mas consultas específicas são feitas diretamente pela gestão do projeto à Delegação da CE.

3. Effectiveness to date.

O projeto tem uma boa eficácia: com relação a OE1 o número de jovens beneficiários tem sido superior ao previsto, isto foi possível pela estratégia utilizada pela gestão do projeto. Também tem que destacar que a metodologia inovadora permitiu uma ótima qualidade dos resultados alcançados nos primeiros dois anos de execução. A estratégia de multiplicação da metodologia fortalecida a partir do segundo ano, tem dado resultados concretos: neste terceiro ano já estão executando cursos que multiplicam a experiência, financiados por entidades públicas. Parte deste êxito também se deve à permanência do projecto em um total de 7 núcleos, o que tem permitido fortalecer as alianças com parceiros públicos e privados.

4. Impact to date.

O impacto do projeto se puede considerar até agora qualitativamente significativo em relação aos benefícios que tem contribuído na formação dos 1019 jovens que concluíram os cursos dos dois primeiros anos, sendo que muitos deles conseguiram trabalho, e pelo menos 402 tem micro-empresendimentos próprios. No entanto, não há um registro confiável sobre o tipo de trabalho que realizam e o quanto suas condições de vida melhoraram. O clima favorável de diálogo entre a sociedade civil e o poder público tem sido mantido com relação às políticas dirigidas para os jovens, permitindo consolidar o trabalho de incidência necessário para a multiplicação da metodologia. Até agora já tem assinados convênios com 12 instituições públicas e privadas, entre elas as Prefeituras de Caruaru e Pedro Segundo. A gestão do projeto está fazendo esforços para aumentar este impacto através de movimentos articulados com as diretorias locais da OK, que mantém níveis de incidência significativos (pelo menos nos municípios visitados durante a visita de acompanhamento foi constatado) em nível Municipal.

5. Potential sustainability.

O projeto apresenta ótima sustentabilidade no nível dos aspetos: sócio-culturais, e tecnologia, especialmente na metodologia de formação integral que experimenta. Também, até agora, apresenta uma boa sustentabilidade em todos os outros aspectos: capacidade institucional, apropriação pelos beneficiários, sustentabilidade financeira, igualdade de gênero, sustentabilidade ambiental e apoio político. Porém, os elementos que a gestão do projeto tem que priorizar para garantir a sustentabilidade futura são: o apoio de mais recursos financeiros para a multiplicação da metodologia nas próprias estruturas operativas das Casas Kolping locais, seguir fortaleciendo o processo de incidência nas políticas públicas para a incorporação da metodologia de formação integral.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

Pertinência /Qualidade de desenho:

OKB: Manter o ML atualizado na definição de IOVs, metas anuais e as hipóteses para a ultima fase do projeto.

Eficiência:

OKB: Manter o POA pormenorizado das atividades do OE2: efetuar registro objetivo dos contatos realizados para se conseguir parceiros institucionais. Definir instrumentos de avaliação objetiva do IOV relativo ao RE. 1.2 Resolver as incoerências do orçamento (custo para sistematização). Definir os conteúdos do processo de sistematização.

Eficácia:

OKB: Fazer boa programação da fase final de 6 meses dando prioridade para ampliar a multiplicação da metodologia nas próprias associações Kolping e outras instituições públicas e privadas.

Impacto:

OKN: Aprontar instrumentos para medir objetivamente o impacto do projeto sobre os jovens beneficiários, que tenham entrado no mundo do trabalho, através dos Empreendimentos apoiados.

Sustentabilidade:

SEK: Apoiar com recursos adicionais a multiplicação da metodologia aos diretores das Casas Kolping locais que trabalham com jovens. **OKN:** Continuar o trabalho de incidência no setor publico, a fim de facilitar a incorporação da metodologia integral pelos diversos programas públicos de formação profissional.



**MONITORING REPORT
BRAZIL – BR – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE DO BRASIL.
MR-30528.02 – 01/07/08**

I. PROJECT DATA

Project Number: 2005/ 112-055	Task Manager:
Date Financing Agreement signed: 08/12/05	Delegation Advisor: Ana Almeida
Start date – planned: 01/02/06	Monitor: Martin Rall
Start date - actual: 01/02/06	Project Authority: Konrad Adenauer Foundation
End date – planned: 31/01/11	Sector/Subsector: 31120 – AGRICULTURAL DEVELOPMENT
End date - likely: 31/01/11	Monitoring visit date: From : 02/06/08 - To: 06/06/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	749.999,96
Secondary Commitment (funds contracted):	€	749.999,97
Funds Disbursed by the Commission:	€	246.395,00
Expenditure Incurred by Project:	€	246.395,00

* As at: **30/04/08**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	c
2. Efficiency of implementation to date	c
3. Effectiveness to date	c
4. Impact to date	c
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O projeto identifica o problema central da grande maioria da população rural do Nordeste do Brasil como sendo o sistema de produção praticado pelos pequenos agricultores, que não é economicamente viável nem ecologicamente sustentável. A alternativa proposta é o sistema agroecológico, aliado a uma melhor organização social dos agricultores para melhorar a comercialização dos seus produtos. A certificação da produção agroecológica é proposta como estratégia de comercialização complementar. A estratégia do projeto é de capacitar agricultores multiplicadores, fortalecer as suas associações locais e promover a sua articulação através de redes locais e de uma rede ao nível do estado. Esta análise, a solução proposta e a estratégia são ainda acertadas, e são geralmente bem refletidas no Marco Lógico (ML). Também condizem plenamente com as políticas públicas e apoiam-nas. O ML foi melhorado recentemente ao nível dos resultados, num processo participativo com os parceiros, permitindo uma melhor compreensão da sua lógica por eles, e possibilitando a monitoria mais eficiente do projeto. Porém, os seus defeitos aos níveis da OG e das OEs, e a falta de indicadores quantificados em todos os níveis, continuam sendo uma barreira para a monitoria do impacto. Um problema com o desenho dos arranjos institucionais é a dificuldade que tem tido a FKA como ONG estrangeira e coordenadora do projeto, no seu relacionamento com o CETRA, implementadora do projeto em duas regiões. O CETRA é uma ONG local com bastante influência política e história na zona, tem uma estratégia e uma metodologia de trabalho próprias que priorizam processos sobre resultados, e implementa programas muito maiores que este projeto, e de maior prioridade para ele. Não foi envolvido como parceiro de verdade na gestão do projeto, e não sentia co-responsabilidade plena pelos planos de atividades e pelo monitoramento dos resultados. Porém, a estrutura de gestão e coordenação do projeto foi redesenhado recentemente, e é agora mais inclusiva e participativa, com os parceiros fazendo parte da Coordenação Executiva, o que já teve um impacto positivo no relacionamento com o CETRA, mas ainda não houve resultados no terreno.

2. Efficiency of implementation to date.

As estruturas e instrumentos de gestão do projeto foram melhorados durante o ano. Foram elaborados um Plano Operacional Anual (POA) do projeto e os POAs de cada região, com metas e datas. A nova estrutura de Coordenação Executiva reúne-se bimestralmente para analisar os relatórios de progresso das três regiões e tomar as decisões relevantes. Devido aos problemas da capacidade do CETRA em

duas das tres regiões, cerca de 50% das atividades planejadas para estas regiões não foram executadas. Porém, no território do Maciço de Baturité, o NIC foi muito dinâmico e implementou mais actividades do que planejadas, elevando a média geral a cerca de 70%. Em relação às atividades ao nível do estado e de coordenação do projeto, o cumprimento do plano foi muito bom. Faltou mais progresso no trabalho da rede estadual de agroecologia. Em relação ao indicador chave do projeto, a conversão de 1.500 unidades familiares (100 por região por ano), o NIC estima que na região do Maciço, até no fim do terceiro ano terão 150 unidades convertidas, e 400 no fim do projeto. Nas regiões do CETRA, o número não é conhecido, mas não chega nem de longe às 200 por região - e quase todas as unidades convertidas já estavam assim quando o projeto começou. Em relação à criação de núcleos locais de certificação participativa, a lei sobre produtos orgânicos, da qual os núcleos dependem, foi aprovada só no fim de 2007, portanto ainda não há nenhum núcleo funcionando. Enquanto à comercialização, houve pouco progresso; existem feiras em 2 regiões, das quais apenas uma é especificamente agroecológica.

3. Effectiveness to date.

O maior apoio político do novo governo do estado, que tem estimulado também algum apoio prático municipal, está aumentando a visibilidade da agroecologia no estado de Ceará. A agricultura familiar tem maior prioridade e foi criado um núcleo de apoio à agroecologia dentro da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, que convidou o projeto a participar no seu Grupo de Trabalho. Porém, devido às fraquezas do ML e dos seus indicadores, e ao fato de que os relatórios intercalares sejam limitados às atividades, e que o projeto não esteja a medir o seu impacto, torna-se difícil avaliar a sua efetividade. Porém, a julgar pelo progresso feito pelo NIC na região do Maciço, a probabilidade de que os OEs sejam atingidos é relativamente alta, se o desempenho do CETRA melhorar significativamente.

4. Impact to date.

A falta de uma estratégia de monitoria e avaliação de impacto é um ponto fraco do projeto. Está sendo preparada, embora muito lentamente, e deve estar funcionando até no fim deste ano, faltando apenas dois anos de vida do projeto, o que é pouco tempo para corrigir qualquer aspeto da sua estratégia, se a monitoria demonstrar esta necessidade. Também o projeto ainda não deu a devida importância à questão da análise económica comparativa dos sistemas agrícolas atualmente em uso e o sistema agroecológico proposto. Já preparou os termos de referência de um estudo que se vai realizar ainda este ano. Outro fator que complica o tema do monitoramento do impacto nas regiões onde o CETRA é o parceiro, é a dificuldade que existe para separar o impacto deste projeto do dos outros projetos que o CETRA está implementando, nas mesmas comunidades e com atividades similares.

5. Potential sustainability.

Há vários fatores a favor da sustentabilidade do projeto. A capacidade dos beneficiários de garantir a continuação dos seus benefícios será desenvolvida pelo projeto. Uma vez que um produtor tenha transformado a sua propriedade, que seja membro de uma associação, e que tenha melhor acesso aos mercados, a sua atividade será não só mais sustentável economicamente que antes, mas também não necessitará de mais apoio de fora. Apesar de não existirem ainda dados e análises sólidas para comprová-lo, os cálculos teóricos e a experiência dos agricultores agroecológicos indicam que o modelo que está sendo promovido pelo projeto é mais economicamente viável. Institucionalmente, o projeto goza do apoio dos movimentos sociais e das associações locais existentes de agricultores, com as quais as ONGs executoras têm relações muito estreitas. A sustentabilidade destas ONGs seria importante, mas o NIC depende do projeto quase exclusivamente, e também depende demais do seu Coordenador. O único componente do projeto que terá que ser apoiado de fora depois do fim do projeto, é a coordenação da rede agroecológica ao nível estadual. A fraca coordenação atual é um aspeto que deve ser resolvido - nos outros estados do Nordeste as redes são muito fortes e influentes.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

1.) O projeto deve completar o trabalho de adequar o ML como instrumento de apoio à gestão e ao monitoramento, especialmente a quantificação dos indicadores, e deve começar a monitorar os resultados e os OEs. 2.) O projeto deve analisar formas de reduzir a sua vulnerabilidade à falta de capacidade ou priorização do projeto pelo CETRA, por exemplo buscando parcerias novas e complementares, em municípios onde o CETRA não atua, e/ou para atividades que ele não está implementando no âmbito dos outros projetos que implementa. 3.) O projeto deve reforçar o compromisso renovado com o projeto que tem manifestado o CETRA recentemente, envolvendo as suas lideranças plenamente na gestão do projeto e na definição de indicadores de impacto, e capacitando a organização na área de monitoria de resultados e de impacto. 4.) O projeto deve apoiar o NIC a assegurar a sua própria sustentabilidade, ajudando-o a acessar outros apoios e projetos, e a capacitar outras lideranças. 5.) O projeto deve intensificar os seus esforços no sentido de reforçar a rede estadual da agroecologia, buscando alternativas ao FCVSA como coordenador, e reforçando o trabalho de advocacia e lobby da rede, a fim de aproveitar ao máximo o alto nível atual de apoio político.



MONITORING REPORT

BRASIL – BR – Improving the living conditions of family farmers from the Sertão do São Francisco Region through the promotion of a sustainable development model.

MR-30529.02 – 01/07/2008

I. PROJECT DATA

Project Number: 2005/094-651	Task Manager:
Date Financing Agreement signed: 15/12/05	Delegation Advisor: Denise Verdade
Start date – planned: 01/01/06	Monitor: Yves Leenaerts
Start date - actual: 01/01/06	Project Authority: Action Aid
End date – planned: 31/12/09	Sector/Subsector: 43040 – Rural Development
End date - likely: 31/12/09	Monitoring visit date: From : 19/05/08 - To: 23/05/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	750.000
Secondary Commitment (funds contracted):	€	750.000
Funds Disbursed by the Commission:	€	137.779
Expenditure Incurred by Project:	€	205.434

* As at: **12/05/08**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	b
2. Efficiency of implementation to date	c
3. Effectiveness to date	b
4. Impact to date	b
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O projeto tem a sua origem num largo processo participativo: a identificação das causas da insegurança alimentar e a estratégia para contribuir para a reversão desta situação continuam sendo adequadas e correspondem às políticas públicas no Brasil. O contexto político torna ainda mais relevante a lógica de intervenção através de três conceitos chaves: 1º) promoção e divulgação de práticas agroecológicas; 2º) apoio às organizações de produtores; 3º) influência nas políticas públicas para promover a segurança alimentar. Foram feitas mudanças em função da desvalorização do Euro no lapso de tempo entre a formulação e o início do projeto. Foi necessário também fazer ajustes para adaptar algumas atividades ao nível técnico. O quadro lógico (QL) tem deficiências já identificadas na visita de monitoramento anterior (indicadores, hipóteses) e outras que podem se resumir e deduzir facilmente na seqüência seguinte: 3 objetivos específicos (OE), 14 resultados esperados, 12 atividades. Algumas dessas atividades têm um nível de detalhe que resulta numa falta de flexibilidade no desenho. Dado que o orçamento é baseado nas atividades, algumas mudanças que deveriam ser tratadas no plano meramente técnico geram dificuldades de tipo administrativo. Além disso, houve um longo período entre a elaboração do projeto (2003) e sua aprovação (2005), o que provocou problemas de inadequações orçamentárias e operacionais.

2. Efficiency of implementation to date.

Até o momento, a Comissão Europeia (CE) só transferiu o correspondente ao pré-financiamento (€ 137.799) do total comprometido (€ 750,000) e, durante esse período, Action Aid antecipou fundos para sustentar as atividades. O atraso está relacionado ao fato de que o relatório de 2006 ainda não foi aprovado, já que a parte financeira não foi anexada ao relatório narrativo enviado, e também porque a Delegação CE considerou a necessidade de explicitar algumas mudanças, justificando-as eventualmente, e acrescentar algumas informações que ainda faltavam. Um pedido de adenda ao contrato foi encaminhado em carta datada de abril de 2008. No início do projeto, foi discutida uma readequação do orçamento por motivos cambiais, mas que não foi oficialmente concretizada, já que considerou-se que, provavelmente, as mudanças estariam nos limites aceitáveis de 15%. Na prática, observa-se que os mecanismos de monitoramento interno e de diálogo não foram suficientes para prevenir as complicações

que o projeto está sofrendo. A interrupção momentânea do diálogo, provocada pela mudança da pessoa responsável do projeto na Delegação CE, teve um forte peso nessa situação, somada à reação demorada de Action-Aid frente à falta de resposta da CE e a uma apreciação talvez não adequada dos problemas e das alternativas de solução por parte do SASOP. É difícil avaliar a grau de execução do projeto porque os IOV e os quadros dos relatórios não estão claros. Há uma estimativa de que a execução financeira corresponda a um terço do orçamento geral, a um pouco mais da metade do período do projeto. A percepção é de que as atividades tiveram um ligeiro atraso, tendo repercutido no alcance dos resultados. A qualidade das intervenções é reconhecida pelos beneficiários nos três componentes (OE).

3. Effectiveness to date.

A cobertura do projeto nas atividades de campo foi crescendo em 2007, chegando parcialmente a 4 municípios e beneficiando centenas de famílias (por exemplo: 151 famílias para a atividade mais intensiva dos quintais agroecológicos; 308 famílias para a educação familiar). Na esfera do apoio à formulação de políticas públicas, SASOP já alcançou impressionantes resultados com a sua contribuição para a promulgação da Lei de Segurança Alimentar no Estado da Bahia e a participação na preparação da divisão territorial em 26 territórios rurais e em vários espaços de diálogo, com um evidente eco às suas propostas. Face às oportunidades geradas com a abertura política (Estadual, Federal) SASOP está consciente da necessidade de melhorar as suas capacidades. Parece que há uma dinâmica na população causada por vários fatores: a ação de vários programas emanando das políticas públicas acrescentada também à ação de projetos, entre os quais o projeto do SASOP.

4. Impact to date.

O novo governo estadual que começou o seu mandato em 2007 demonstra uma grande receptividade aos temas da Segurança Alimentar. Ao nível federal, neste segundo mandato da atual administração há também um ativismo renovado para o Nordeste e para a Segurança Alimentar. Frente a essas novas responsabilidades a sociedade civil parece consciente da necessidade de melhorar as suas respostas, dando-lhes mais peso, mais conteúdo. A coordenação e a sinergia entre as ONG é um ponto forte do projeto, que goza da confiança adquirida por SASOP ao longo do tempo. As principais articulações são: Ao nível nacional: a Associação Nacional Agroecológica (ANA) e o Fórum de Segurança Alimentar Nacional (Fórum SAN); Ao nível do nordeste: Articulação do Semi-Árido (ASA - Brasil) que tem a sua expressão também ao nível da Bahia (ASA - BA); Ao nível local: ASA microrregional e distintos fóruns, como o de Defesa do São Francisco, etc..

5. Potential sustainability.

É provável que as práticas agroecológicas implementadas subsistam e haja continuidade do processo de influência dos parceiros do projeto (organizações de produtores, outras ONGs) nas políticas de Segurança Alimentar. Entretanto, a intervenção não é somente de “investimentos”: a complexidade e a profundidade da problemática de Segurança Alimentar no Sertão mostram que será preciso sistematizar as práticas (OE1), ampliar o círculo de parceiros e consolidá-lo (OE2) e aproveitar as circunstâncias favoráveis ao monitoramento das políticas públicas sobre a matéria (OE3). A presença da ONG local no território desde 1989, o caráter amplo da sua atuação no nordeste brasileiro, com as múltiplas interlocuções nas quais SASOP está envolvido, e também a contribuição de Action-Aid para suprir a falta de transferência de recursos, são elementos positivos para a sustentabilidade institucional e, até certo ponto, financeira. Além disso, são positivos os esforços de formação no interior do SASOP e para as organizações. O projeto desfruta dos espaços de diálogo que parecem ser “a marca” da política no Brasil atualmente. A sua evolução mostra que a abordagem é especialmente participativa. A importância dada às questões relativas à água e a promoção da horta familiar (os “quintais”) mostram que o enfoque valoriza o tempo e o espaço do trabalho feminino. A otimização dos recursos locais é exemplar e as práticas agroecológicas assumem uma importante dimensão em prol do meio ambiente.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

O projeto tem um duplo desafio: melhorar a capacidade de proposta para influir eficazmente na formulação de políticas em matéria de Segurança Alimentar e superar o seu problema administrativo num prazo razoável. **ACTION AID:** 1) responder à carta da DCE o mais brevemente possível; 2) preparar uma eventual adenda dialogando com SASOP e DCE; 3) aumentar o grau de monitoramento das atividades do projeto e da comunicação com a DCE. **SASOP:** 4) analisar os elementos da eventual adenda; 5) melhorar o QL (veja MR 2007) completando os indicadores, melhorando as hipóteses e também a lógica de intervenção; 6) melhorar a sistematização com análises quantitativas comparativas e estudos de casos incluindo critérios sócio-econômicos; 7) propor medidas práticas na parte do plano de ação para o ano 3 (em curso) no relatório do ano 2: i) para minimizar a dependência das comunidades em relação ao projeto; ii) para alcançar a cobertura geográfica inicialmente prevista. **Delegação CE:** 8) agilizar o desembolso da primeira transferência após receber as explicações necessárias por parte do projeto. 9) tratar com diligência a eventual solicitação de adenda para evitar paralisação dos resultados do projeto. **ACTION AID/SASOP:** 10) preparar uma estratégia de saída/transição.



MONITORING REPORT
BRASIL – BR – Building consensus on access to natural resources
in the Brazilian Amazon.
MR-30530.02 – 01/07/2008

I. PROJECT DATA

Project Number: ENV/2004/081-415	Task Manager: Not Applicable
Date Financing Agreement signed: 04/10/05	Delegation Advisor: Hans Dorresteijn
Start date – planned: 05/10/05	Monitor: Rafael Eguiguren
Start date - actual: 05/10/05	Project Authority: WWF-Brasil
End date – planned: 05/10/08	Sector/Subsector: 41000 – General Environment Protection
End date - likely: 05/10/09	Monitoring visit date: From : 19/05/08 - To: 09/06/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	3.325.944
Secondary Commitment (funds contracted):	€	3.325.944
Funds Disbursed by the Commission:	€	1.624.222
Expenditure Incurred by Project:	€	1.240.328

* As at: 09/06/08

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	c
2. Efficiency of implementation to date	c
3. Effectiveness to date	c
4. Impact to date	b
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O projeto tem uma alta relevância. Os recursos naturais do Pará e do Mato Grosso se vêem ameaçados pela exploração irresponsável de alguns negócios agrícolas e madeireiras, cujo incentivo para intensificar o desmatamento foi sendo incrementado com a perspectiva de construção da BR-163. As causas do problema são numerosas e incluem desde o conflito de interesses e a ignorância sobre a abordagem adequada até a falta de capacidade para solucioná-lo. O projeto responde a esta situação buscando fortalecer e criar espaços de diálogo com o objetivo de conciliar os diferentes interesses existentes através de um manejo sustentável dos recursos. A lógica de intervenção está bem concebida, com uma abordagem técnica de alta qualidade (estudo técnico como ferramenta base para o diálogo e a capacitação) e um entendimento preciso dos processos que levam ao impacto e à sustentabilidade a médio prazo. Esta excelência técnica não é, contudo, correspondida pelo desenho operacional da intervenção, que contém três grandes defeitos: (i) A ausência de um perfil administrador-gestor, absolutamente essencial para uma implementação concordada em base aos exigentes procedimentos da CE e objetivamente complexa devido a um consórcio de cinco instituições; (ii) Uma ambição excessiva refletida em extensas atividades (corrigida recentemente); e (iii) A deficiência do sistema de monitoramento das atividades e a ausência de um sistema interno de monitoramento de resultados.

2. Efficiency of implementation to date.

O projeto está tendo uma baixa eficiência. Após um começo difícil, o segundo ano teve grande parte das atividades interrompida por falta de recursos (bloqueio que repercute no presente ano) sendo esta situação agravada atualmente pelo bloqueio da terceira transferência por parte da CE, devido a uma interpretação restritiva dos comentários em uma auditoria. Tudo isto faz com que um projeto de potencial extraordinário se veja muito reduzido por limitações operacionais. Ainda que tenham sido implementadas diferentes ações de grande valor (ver mais abaixo) a implementação está muito longe de alcançar o que originalmente pretendia. Não resta dúvida de que há boa vontade dos diferentes atores. Contudo, existem diferentes causas convergentes que originam esta situação e que precisam ser analisadas para uma solução futura: (i) A alta capacidade técnica de WWF não se reflete numa capacidade gestora necessária para implementar um projeto desta envergadura. Esta carência e a ausência de um perfil gestor-administrador compõem o principal fator limitante. (ii) As assimetrias organizacionais dos diferentes

parceiros complicam ainda mais o desafio. (iii) Admitindo que o rigor dos procedimentos é absolutamente necessário, não existe sempre, por parte da CE, a capacidade de oferecer interpretações que distingam e valorem a gravidade das inexactidões contratuais em relação às proporções do impacto negativo que podem advir de um bloqueio da implementação. Alguns destes fatores limitantes têm uma origem mais estrutural nas organizações e só podem ser atenuados com medidas preventivas prévias ao início dos projetos, enquanto que outros podem ser ainda mitigados (ver recomendações).

3. Effectiveness to date.

O projeto incorporou melhorias notórias, como um exercício de replanejamento que resultou numa concentração e priorização de atividades mais racional e estratégica ou uma ênfase necessária em comunicações que melhoram as possibilidades de eficácia do projeto. O fato de que cada parceiro exiba capacidades individuais consideráveis possibilitou ações parciais de alta qualidade, especialmente as que estes já vinham desempenhando, tais como estudos de alta qualidade e ações de apoio a iniciativas como MT Floresta, FORMAD, Zoneamento Econômico e Ecológico, MT Legal, Profor, CEAAP, programa Gestar ou a recente incorporação da exploração do Mercado de Carbono. Não obstante, a falta de fundos mencionada anteriormente não somente provocou uma consecução quantitativamente menor do que a prevista, mas também continua obstaculizando dinâmicas sensíveis às interrupções, como os processos políticos, os processos de diálogo e de formação. Os problemas afetam também as parcerias.

4. Impact to date.

O projeto tem um grande potencial de impacto que ainda pode fazer-se efetivo. A intervenção continua realizando um trabalho de monitoramento de espaços de diálogo a nível local, estadual e federal e consegue manter abertos os canais de comunicação com governos e diferentes atores para analisar e aproveitar as oportunidades que forem apresentadas com propostas estratégicas. As hipóteses de intervenção se confirmam mais do que o esperado, com espaços que se abrem graças à conjuntura de mercado ou com a entrada de pessoas afins ao manejo responsável de recursos em postos governamentais do Pará. As instituições executoras gozam de alta credibilidade e são consideradas como referências, o que lhes possibilita inserir-se em processos decisórios na formulação de políticas públicas ou fazer com que estas sejam atuantes. Exercem uma função fundamental canalizando as demandas da sociedade civil e servindo de mediadoras com organizações mais radicais, facilitando o trânsito de propostas concretas de consenso ao mesmo tempo em que realizam um trabalho importante de informação.

5. Potential sustainability.

A contribuição de Diálogos deve ser entendida como um empurrão dentro de um processo maior e que exige continuidade além do projeto. Neste sentido, a sustentabilidade das ações a nível local se apresenta positiva graças à ênfase dada às demandas locais, conseguida em função da boa presença de ICV e IPAM, ao empoderamento dos atores, seu funcionamento através de redes e à canalização técnica voltada para a influência em maior nível através de CIRAD, CDS e WWF. Dito isto, a capacidade de implementar o componente de capacitação (priorizado para a próxima fase do projeto) e a solução das dificuldades administrativas serão determinantes para conseguir a suficiente massa crítica que permita uma continuidade. Algumas parcerias foram reforçadas e continuarão além do projeto.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

Projeto muito bem concebido em seu aspecto técnico e em um espaço relevante onde a CE pode ter um grande valor agregado. Ainda que frustrado por problemas administrativos, o projeto está, em sua essência, dentro do conceito de “boas práticas” e vale a pena desenvolvê-lo com os instrumentos operacionais adequados. **Recomendações para o presente projeto. CE e Consórcio WWF: (1)** Efetuar reunião urgente para esclarecer e solucionar os aspectos que estão bloqueando o terceiro pagamento. **(2) WWF:** no contexto de dificuldades, incrementar o fluxo de informação a todos os membros do consórcio evitando a sua excessiva centralização. **Consórcio WWF: (1)** Dotar-se de um sistema de monitoramento interno orientado a objetivos não é somente uma obrigação mas uma oportunidade excelente para o fortalecimento das cinco instituições além do projeto. Da criação de tal sistema depende a capacidade futura de aprendizagem, o dotar-se de argumentos tangíveis para influenciar políticas e um melhor acesso a fundos de doadores. Recomenda-se um sistema simples que inclua um fluxo interno de informação realista, poucos indicadores e seu uso visando à visibilidade. **Lições aprendidas para o futuro. CE: (1)** Evitar propostas com estruturas de implementação complexas ou assegurar que incluam um posto de gestor-administrador. **(2)** Identificar os problemas mais frequentes e sistematizar ações informativas preventivas focalizadas ao início dos projetos. **(3)** Aproveitar os instrumentos de gestão desenvolvidos por outras ONGs (ISA, por exemplo) e organizar uma oficina para os gestores de outros consórcios. **(4)** Considerar a inclusão de componentes dirigidos especificamente ao fortalecimento institucional de organizações chave no âmbito meio-ambiental. **Consórcio WWF:**

Diversificar as fontes de financiamento para não depender das transferências de um só doador e poder evitar os bloqueios de atividades.



MONITORING REPORT
BRASIL – BR – INCLUSÃO SOCIAL URBANA.
MR-30531.02 – 01/07/2008

I. PROJECT DATA

Project Number: ALA/2005/017-576	Task Manager: Not Applicable
Date Financing Agreement signed: 03/02/06	Delegation Advisor: Denise Verdade
Start date – planned: 03/02/06	Monitor: Rafael Eguiguren
Start date - actual: 03/02/06	Project Authority: Prefeitura da Cidade de São Paulo
End date – planned: 21/12/10	Sector/Subsector: 16010 – Social/welfare services
End date - likely: 21/12/10	Monitoring visit date: From : 19/05/08 - To: 09/06/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	7.500.000
Secondary Commitment (funds contracted):	€	7.326.667
Funds Disbursed by the Commission:	€	104.000
Expenditure Incurred by Project:	€	104.000

* As at: **09/06/08**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	b
2. Efficiency of implementation to date	c
3. Effectiveness to date	c
4. Impact to date	b
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O projeto está em sintonia com a ênfase dada pela Comissão Europeia (CE) no Brasil à inclusão social e também com a política da Prefeitura de São Paulo (PSP) neste âmbito. Responde adequadamente à problemática da marginalização social existente nos bairros centrais de São Paulo e complementa outras ações da Prefeitura, tanto no âmbito social como no da recuperação urbanística. O desenho e a lógica do projeto estão baseados numa estratégia que dá atenção a necessidades imediatas, bem como a processos de capacitação e estruturação social de médio prazo centrados na inserção no mercado de trabalho e no fortalecimento das comunidades e de seus mecanismos. Os dez escritórios de inclusão social (EIS), o posteriormente incluído Centro de Referência da Diversidade (CRD) e o Centro de Referência da Mulher (CRM) funcionam como pólos de serviços e de inclusão. Vale destacar a substancial melhoria da intervenção advinda através do POG e a vocação multiplicadora da sua concepção (componente 4). Os indicadores existentes são, em sua maioria, inadequados para constatar a eficácia da abordagem proposta, que é um aspecto particularmente importante num projeto que aspira servir como piloto.

2. Efficiency of implementation to date.

Após dois anos e meio de implementação não foi executada nenhuma atividade com fundos da CE (só empregados, até agora, em Assistência Técnica), sendo todas as ações em curso referentes a contribuições da PSP. Isto supõe um grande risco tendo-se em conta a grande quantidade de ações dependentes desta contribuição, o fato do dia 21/12/2008 ser a data limite para contratar fundos da CE e a circunstância de que esta contratação depende não somente do acordo prévio entre a CE e a PSP para publicar os diferentes editais (com seus prazos subseqüentes), mas também da resposta das organizações prestadoras de serviços a tais editais. No cenário mais otimista, faltaria contratar mais € 1.060.961, cifra para a qual não existem, no momento, planos concretos para a sua conversão em atividades. Em relação à PSP, a implementação também apresenta atrasos devidos a diferentes causas, entre as quais se destacam os processos excessivamente burocráticos e a concentração de trabalho em poucas pessoas da Unidade Técnica de Gestão (UTG). Dito isto, a intervenção apresenta alguns avanços importantes, como o recente estabelecimento do EIS de Bela Vista, do EIS de Pari, do CRD e do CRM, a consolidação do EIS do Glicério (mais de 60.000 atendimentos realizados até hoje) e a implantação do Fórum de Desenvolvimento Local, a elaboração do Diagnóstico do Território, o Plano de Desenvolvimento

Local do Glicério e a Guia de Serviços. Por outro lado, continuaram as capacitações em diferentes âmbitos de interesse laboral (zeladoria e patrimônio histórico, gestão empresarial, remanufatura de computadores, auxiliares técnicos em produção de espetáculos e montadores de exposições, estética, telemarketing e restaurante-escola), que envolvem 720 jovens, dos quais considera-se que 356 concluíram sua capacitação. A debilidade mais notável da intervenção é a ausência de um sistema de monitoramento interno voltado para os resultados.

3. Effectiveness to date.

O projeto está impulsionando a materialização de uma política de inclusão social no centro da cidade de São Paulo e está priorizando aspectos de qualidade. A própria pertinência dos serviços oferecidos, a falta de outras opções para os beneficiários e a situação estratégica dos diferentes centros possibilita o alto aproveitamento dos serviços existentes até esta data. No entanto, a recente abertura da maioria dos centros e o fato de que sete estejam ainda por serem criados tem como resultante inevitável que o acesso aos benefícios, em termos quantitativos, seja muito menor do que o originalmente previsto e que a consecução do objetivo específico possa estar em risco ao final do projeto. A melhoria dos encaminhamentos entre os diferentes centros e atividades e a incorporação de uma maior ênfase na comunicação são benefícios do projeto que, se tiverem continuidade, serão muito importantes para a sua eficácia. Finalmente, a insuficiente integração entre as diferentes secretarias relacionadas com a inclusão constitui uma fragilidade e ao mesmo tempo uma oportunidade para a eficácia da intervenção.

4. Impact to date.

A concepção estratégica da intervenção tem um grande potencial de impacto a longo prazo, não somente por dar resposta a necessidades imediatas no centro de São Paulo, mas também porque se constitui num primeiro passo para um enfoque integrador preventivo. As melhorias verificadas na abordagem mostram que há capacidade de aprendizagem e preocupação com os fatores de impacto, o que faz aumentar as perspectivas do projeto como eixo sobre o qual implementar políticas de inclusão mais profundas. A falta de sistematização deste processo de mudanças e de um sistema de monitoramento interno dos resultados constitui-se atualmente no principal risco para o aproveitamento técnico das possibilidades de duplicação, a atração dos recursos necessários e o alcance de um impacto adicional do projeto.

5. Potential sustainability.

O fato de a intervenção corresponder a uma política pública estabelecida faz com que a sustentabilidade financeira tenha garantias suficientes. Institucionalmente, o objetivo de uma maior integração entre Secretarias, embora lento, é uma contribuição positiva na direção da sustentabilidade. A ênfase colocada na promoção paulatina da participação dos cidadãos é importante como meio e fim para a inclusão social e a melhoria do nível de vida. Finalmente, o projeto centra grande parte de seus esforços na capacitação e conta com especialistas capazes de prestar um serviço sensível ao cenário sócio-cultural local. Até esta data não foi priorizada a definição de uma estratégia de saída do projeto.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

Este é um projeto bem concebido e com altas possibilidades de impacto e sustentabilidade. Os problemas na sua implementação colocam em risco o grau de concretização do seu potencial, embora uma ação decisiva das partes possa ainda levar à consecução de grandes benefícios. São propostas as seguintes recomendações: **CE, PSP e UTG:** (1) Acelerar a publicação dos editais restantes e colocar em marcha, paralelamente, as ações que por sua natureza o permitam, evitando a perda de tempo com interdependências desnecessárias entre atividades. (2) O desenho de um sistema de monitoramento interno é vital para favorecer o futuro trabalho de duplicação e adaptação do modelo em outros espaços. No entanto, o fato de que as diferentes Secretarias careçam deste instrumento faz pensar que seria importante aproveitar a oportunidade para conceber este sistema não somente como parte integrante da intervenção concreta, mas também como uma base que sirva à PSP mais além do projeto. O valor agregado deste enfoque justificaria a contratação adicional de uma AT. (3) Uma maior coordenação das Secretarias é um fator de grande importância para uma maior eficácia e impacto. **UTG:** (1) Num contexto de grande pressão temporal para um grande volume de implementação, deve ser considerada a possibilidade de uma distribuição maior de responsabilidades e carga de trabalho. (2) A documentação das mudanças e não somente dos êxitos, além das abordagens que foram desincentivadas, é importante para favorecer a replicabilidade do modelo. (3) O esporte permite ações baratas que oferecem um potencial de aproveitamento ainda pouco explorado. Deve-se envolver mais a Secretaria de Esportes em nível global e em ações de campo. **Para favorecer futuras intervenções:** (1) A experiência ensina que é necessário contar com prazos mais longos para o arranque dos projetos e processos administrativos e que vale a pena priorizar um perito em procedimentos. (2) Dada a riqueza dos processos sociais no Brasil, valeria a pena conceber intervenções que não vejam exclusivamente as possibilidades de aprendizagem do Brasil provenientes da UE, mas também as provenientes do Brasil para a UE.



MONITORING REPORT
BRASIL – BR – APOIO À INSERÇÃO INTERNACIONAL DAS PMES
BRASILEIRAS.
MR-30532.02 – 01/07/2008

I. PROJECT DATA

Project Number: 2004/006-189	Task Manager:
Date Financing Agreement signed: 07/12/05	Delegation Advisor: José Mouta
Start date – planned: 07/12/05	Monitor: Martin Rall
Start date - actual: 01/07/05	Project Authority: Ministerio do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
End date – planned: 31/12/10	Sector/Subsector: 32130 – Small and medium enterprises development
End date - likely: 31/12/10	Monitoring visit date: From : 26/05/08 - To: 30/05/08

II. FINANCIAL DATA*

Primary commitment (project budget):	€	22.000.000
Secondary Commitment (funds contracted):	€	12.340.241
Funds Disbursed by the Commission:	€	5.748.117
Expenditure Incurred by Project:	€	1.097.363

* As at: **31/01/08**

III. SUMMARY OF CONCLUSIONS

1. Relevance and quality of design	b
2. Efficiency of implementation to date	d
3. Effectiveness to date	d
4. Impact to date	c
5. Potential sustainability	b

Note: a = very good; b = good; c = problems; d = serious deficiencies

IV. EXPLANATORY COMMENTS

1. Relevance and quality of design.

O projeto tem como objetivo melhorar a integração do Brasil no comércio internacional e aumentar o valor agregado das exportações, especificamente das pequenas e médias empresas (PMEs), e insere-se nas prioridades políticas do Governo. O desenho responde a uma necessidade das PMEs brasileiras, cuja participação no comércio internacional ainda é muito pequena (apenas 8,6% das exportações). O desenho define corretamente seus potenciais beneficiários, incluindo as instituições públicas, as organizações privadas e as PMEs que receberão os serviços. O Marco Lógico (ML) é de boa qualidade; os objetivos, resultados, indicadores e pressupostos são geralmente bem formulados. Alguns dos indicadores dos resultados são necessariamente qualitativos, mas são imprecisos e os meios de verificação são inqueritos e pesquisas que não foram incluídos como atividades da Unidade de Gestão do Projeto (UGP). Também não foram planejados estudos de linhas de base (*baseline studies*) para que a qualidade inicial dos processos e serviços que serão melhorados ou fortalecidos, seja definida e conhecida, para poder avaliar o impacto do projeto. Os parceiros envolvidos na realização do projeto se identificam com os objetivos e resultados contemplados no ML. O OE (aumento e diversificação das exportações das PMEs) dificilmente pode ser alcançado plenamente no marco do projeto, devido ao tempo disponível já muito reduzido (pouco mais que um ano). Os arranjos institucionais, incluindo os da UGP, são adequados. O planejamento e o sistema de gestão montado, é de boa qualidade.

2. Efficiency of implementation to date.

Dois anos e meio depois da data prevista para o início do projeto, ainda não começou de verdade, não pode começar antes de Julho/Setembro, e existe um perigo muito grande de que seja cancelado, ou porque não se conseguiu a assinatura dos contratos a tempo, ou porque não foi aprovada a Adenda 2, ou por ambas razões. O projeto deveria ter começado no princípio de 2006, mas houve a necessidade de mudar a agência implementadora e a execução pela Agência Brasileira para o Desenvolvimento Industrial (ABDI) começou só em Agosto de 2006. Criou uma Unidade de Gestão do Projeto (UGP) que iniciou as atividades de planejamento com fundos do governo do Brasil, à espera da aprovação da Adenda 1, o que foi concluída só em Abril de 2007. Mas o projeto não pôde arrancar ainda porque houve a necessidade de

elaborar e aprovar outra adenda (para compatibilizar os procedimentos de aquisição de bens e serviços da CE e do governo brasileiro), a Adenda 2, e esta adenda ainda não foi aprovada (acredita-se que seja aprovada em Julho). O atraso deve-se principalmente à morosidade do processo de aprovação pelo governo, mas também pela CE. Algumas atividades de ATI (assistência técnica internacional) que podiam ser pagas pela DCE diretamente, foram iniciadas em Junho de 2007. O governo brasileiro tem financiado a UGP continuamente. A CE já passou a primeira remessa de fundos ao MDIC, mas não puderam ser utilizados ainda, por falta da aprovação do POA2. Atualmente, está em andamento o processo de licitações, que tem que ser completado antes do dia 19 de Setembro de 2008, que é a data limite para a assinatura dos contratos de execução e fornecimentos (regra “N+3”). Se não se assinarem os contratos antes desta data, os fundos destinados a estes contratos não serão disponibilizados. Também, mesmo se o processo for completado a tempo, o que será bastante difícil, os contratos não podem ser assinados sem a aprovação da Adenda 2, da qual depende também a aprovação do POA 2. A UGP está funcionando num espaço muito reduzido com 6 pessoas (incluindo o Diretor) compartilhando uma sala de menos de 25m². Se/quando o projeto começar em pleno, a ABDI terá que disponibilizar mais espaço.

3. Effectiveness to date.

O fato de o projeto não ter começado ainda significam que a probabilidade de que o projeto atinja o seu OE seja baixa. Porém, se os obstáculos forem ultrapassados, e o projeto continuar depois de Setembro, e a sua duração for incrementada através de uma prorrogação de pelo menos um ano, as perspectivas de atingir o OE seriam muito boas.

4. Impact to date.

O único pressuposto ao nível do OE que não foi válido foi a de que o valor do Real em relação ao Euro não mudaria significativamente. Na realidade a mudança tem sido mais de 30%, o que tem afetado a competitividade das PME's no mercado mundial, mas a UGP considera que o impacto não será tão grande como para colocar em risco o OE, embora possa ter algum efeito negativo. Sendo prioritário para o governo, o setor recebe apoio de várias entidades e um conjunto de instrumentos voltados para pequenas e médias empresas foi desenvolvido no âmbito da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. O potencial de impacto do projeto será reforçada por estes instrumentos e programas.

5. Potential sustainability.

Se os obstáculos ao progresso do projeto não forem ultrapassados, e o projeto for cancelado em Setembro, a questão da sustentabilidade dos seus benefícios será irrelevante. Partindo do pressuposto de que o projeto vai continuar. Todo o projeto visa apoiar o trabalho de instituições (quase todas públicas) e programas (implementadores de políticas nacionais) existentes, e vai ser implementado por eles, portanto está plenamente inserido em estruturas que continuarão a existir depois do projeto. Os beneficiários ao nível das instituições intermediárias de apoio às PME's participaram ativamente na preparação da proposta original do projeto e na preparação do POG e dos POAs 1 e 2, tanto na definição das atividades como nas decisões orçamentais. Os beneficiários implementadores devem participar com um co-financiamento de 60% do valor total do projeto. Acredita-se que não haverá dificuldades para assegurar o co-financiamento, nem deles próprios, nem das PME's beneficiárias, e portanto que os serviços do projeto podem ser custeados por eles. A redução da vida do projeto de 5 a 2 anos, por causa dos atrasos no seu arranque, terá um impacto negativo sobre algumas ações de capacitação (por exemplo a reorientação das lideranças das PME's para a exportação), que idealmente deveriam levar mais tempo.

V. KEY OBSERVATIONS, ACTION(S) RECOMMENDED AND BY WHOM (IN ORDER OF PRIORITY)

1.) Tanto a DCE como a ABDI devem manter o máximo de pressão sobre a CE e o MDIC para que aprovem a Adenda 2 com a maior brevidade possível. 2.) Se o projeto continuar depois de Setembro, a sua duração deve ser prorrogada por pelo menos um ano para assegurar um impacto maior e melhor qualidade de resultados. 3.) A ABDI deve encontrar a forma de segurar o pessoal atual da UDP nos seus postos por mais dois anos, para evitar mais transtornos na implementação do projeto. 4.) A ABDI deve disponibilizar mais espaço (salas) para o funcionamento da UGP. 5.) O projeto deve melhorar a definição e quantificação de alguns indicadores qualitativos ao nível dos resultados, e deve efetuar estudos de linhas de base (*baseline studies*) a fim de poder medir o impacto do projeto. Os inquéritos e pesquisas definidos como meios de verificação devem ser planejados também. 6.) O projeto deve incluir no monitoramento dos resultados e impacto do projeto, a identificação de exemplos de boas práticas (e problemas) que possam ser usados para melhorar as políticas e programas do governo. 7.) O projeto deve monitorar a situação da competitividade das PME's no mercado de exportações, face à valorização contínua do Real em relação ao Euro e ao Dólar estadunidense, e analisar formas de minimizar o seu impacto negativo eventual sobre o projeto.